

Universidade Federal de Juiz De Fora  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social  
Mestrado em Serviço Social

Lorhana Luiza Lopes

**CULTURA E JUVENTUDE: a experiência da rádio comunitária Mega FM  
e a organização da juventude na comunidade Santa Cândida em Juiz de  
Fora – MG**

Juiz de Fora  
2017

Universidade Federal de Juiz De Fora  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social  
Mestrado em Serviço Social

Lorhana Luiza Lopes

**CULTURA E JUVENTUDE: a experiência da rádio comunitária Mega FM  
e a organização da juventude na comunidade Santa Cândida em Juiz de  
Fora – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora  
como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Serviço Social

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina Simões Bezerra

Juiz de Fora  
2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lopes, Lorhana Luiza.

CULTURA E JUVENTUDE: a experiência da rádio comunitária Mega FM e a organização da juventude na comunidade Santa Cândida em Juiz de Fora – MG / Lorhana Luiza Lopes. -- 2017. 136 f.

Orientadora: Cristina Simões Bezerra

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2017.

1. Cultura. 2. Juventude. 3. Pós-modernidade. 4. Neoliberalismo.  
I. Bezerra, Cristina Simões, orient. II. Título.

*À minha mãe (em memória), razão de tudo...*

*Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.  
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:  
Que não são, embora sejam.  
Que não falam idiomas, falam dialetos.  
Que não praticam religiões, praticam superstições.  
Que não fazem arte, fazem artesanato.  
Que não são seres humanos, são recursos humanos.  
Que não têm cultura, têm folclore.  
Que não têm cara, têm braços.  
Que não têm nome, têm número.  
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.  
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.*

*Eduardo Galeano*

## AGRADECIMENTOS

O processo de construção desta dissertação foi permeado por inúmeros desafios pessoais e acadêmicos. A escolha do tema nos mostrou um universo complexo e cheio de contradições que por vezes parecia tornar a finalização deste estudo um horizonte muito distante. Por isso, foi imprescindível a contribuição de tantos sujeitos para a consolidação deste momento.

Agradeço imensamente à minha família e meus amigos que me apoiaram nesta trajetória e que, com muito afeto e nos mais singelos gestos, mostraram que eu era capaz de concluir esta etapa.

À Cristina, principal responsável por este trabalho, quem tanto me inspira com sua paixão pelo conhecimento da realidade social e cultural brasileira, mas, sobretudo pelo seu comprometimento com a construção de uma nova sociedade. Mais que uma orientadora, se tornou uma amiga e quando menos esperava foi também uma mãe. Obrigada por tudo...

Às professoras Cida Cassab e Elizete, que estiveram presentes na banca de qualificação desta dissertação, cujas contribuições foram essenciais para o desfecho deste estudo. Obrigada por contribuírem mais uma vez nesta etapa de finalização. Estou imensamente feliz por compartilhar este estudo com vocês, pois tenho certeza que as colaborações vão ser imprescindíveis para aprofundar, em trabalhos futuros, neste tema escolhido.

Agradeço ao Levante Popular da Juventude por me fazer acreditar que a juventude trabalhadora, permeada por inúmeras contradições, é o sujeito potencial para avançar na construção de um projeto popular para o país. Agradeço, sobretudo, por me fazer enxergar que a arte não é antagonista à organização política e a luta revolucionária.

À Adenilde, grande exemplo de resistência, coerência e comprometimento com as causas populares. Você, que sempre diz que *o morro também tem seus intelectuais*, é nosso maior exemplo de intelectual orgânico da classe trabalhadora. Obrigada por todas as conversas sempre inspiradoras, pela humildade, pelo cuidado e pelo afeto.

Um agradecimento especial à Brigada Apolônio de Carvalho pela acolhida na Escola Nacional Florestan Fernandes em um dos momentos mais difíceis da minha vida. Neste período em que estou contribuindo na Escola renovam-se, a cada dia, meu comprometimento com a luta da classe trabalhadora e com o internacionalismo. Aqui, pude conhecer muitos sujeitos diferentes, homens, mulheres, jovens, crianças, idosos de variadas culturas e idiomas

que se movimentam em torno de uma mesma convicção, a revolução socialista. Obrigada companheiras, obrigado companheiros, o amanhã pertence a nós, trabalhadores!

## RESUMO

A presente dissertação tem como proposta compreender as possibilidades de resistência, na interface com a dimensão da cultura, encontradas pela juventude trabalhadora no Brasil neoliberal. Para tanto, partiremos de um estudo de caso, da rádio comunitária Mega FM, no município de Juiz de Fora - MG que iniciou suas atividades de radiodifusão, em 1997 e se mostrou um instrumento potencializador para a organização política da juventude daquela comunidade. Nosso debate sobre cultura está fundamentado pelo legado marxista, em especial gramsciano, que nos permite delimitá-la como uma categoria histórica, dinâmica e socialmente determinada, é em si uma totalidade (modo de vida, de pensar e expressar) e compõe a totalidade da vida social (cultura, economia e sociedade), mas precisamente se contrapõe ao padrão de dominação capitalista. Sendo assim, este estudo irá problematizar as particularidades da formação social do país, de modo a contribuir na compreensão do terreno em que se engendra a dimensão da cultura brasileira. A partir disso, pretende-se apontar os desafios contemporâneos enfrentados pela juventude trabalhadora na perspectiva de construção de um projeto contra-hegemônico, especialmente, relacionados ao enfrentamento a pós-modernidade enquanto lógica cultural do neoliberalismo.

Palavras-chave: cultura, juventude, neoliberalismo e pós-modernidade.

## **ABSTRACT**

This dissertation intends to understand the possibilities of resistance, in the interface with the dimension of culture, found by the working youth in neoliberal Brazil. To do so, we will start with a case study of the Mega FM community radio in the city of Juiz de Fora, MG, which started its broadcasting activities in 1997 and proved to be a powerful instrument for the political organization of youth in that community. Our debate on culture is based on the Marxian legacy, especially Gramscian, which allows us to delimit it as a historical category, dynamically and socially determined, is itself a totality (way of life, of thinking and expressing) and composes the totality of the Social life (culture, economy and society), but precisely opposes the pattern of capitalist domination. Thus, this study will problematize the particularities of the social formation of the country, in order to contribute to the understanding of the terrain in which the Brazilian cultural dimension is engendered. From this, it is intended to point out the contemporary challenges faced by the working youth in the perspective of building a counter-hegemonic project, especially related to the confrontation of postmodernity as a cultural logic of neoliberalism.

**Keywords:** culture, youth, neoliberalism and postmodernity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPITULO 1 - APONTAMENTOS SOBRE A PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL BRASILEIRA E DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>15</b>
1.1 Elementos para compreender o processo de reestruturação produtiva do capital.....	15
1.1.2 Rebatimentos da reestruturação produtiva do capital na sociedade brasileira.....	25
1.2. Pós-modernidade e os desafios contemporâneos da organização da cultura .....	41
<b>CAPITULO 2 - A EXPERIÊNCIA DA JUVENTUDE TRABALHADORA NO CONTEXTO DE RADICALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL .....</b>	<b>48</b>
2.1. A construção das juventudes .....	48
2.1.1 Alguns apontamentos sobre juventude e pós-modernidade .....	58
2.2. Alguns elementos para pensar a juventude trabalhadora no Brasil neoliberal.....	65
<b>CAPITULO 3 – CULTURA, JUVENTUDE E RESISTÊNCIA .....</b>	<b>89</b>
3.1. Apontamentos teórico-metodológicos acerca da categoria cultura .....	89
3.1.1 Contribuição do pensamento marxista acerca da categoria de cultura .....	93
3.2. A experiência da Rádio Comunitária Mega FM e a organização da juventude na comunidade Santa Cândida.....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>130</b>

## INTRODUÇÃO

Durante o processo de construção desta dissertação, por alguns momentos, seu ponto de finalização parecia que ia se distanciando, o tempo parecia muito curto para abordar um universo tão instigante que se revelava nesta caminhada. Foram muitos os desafios pessoais e acadêmicos que precisaram ser superados neste trajeto. Embora tivéssemos afinidade com a temática que nos propomos estudar, a aproximação do debate sobre cultura em interface com a juventude trabalhadora no Brasil neoliberal, desvelou um campo teórico extremamente complexo e permeado de contradições.

O caminho que levou a abordar esta temática se inicia na graduação em Serviço Social quando tenho a possibilidade de aproximar dos fundamentos da teoria marxista, através do eixo de disciplinas do Pensamento Social, em especial a disciplina *Pensamento Social III*, que privilegia a análise da formação social do Brasil. A aproximação com o debate sobre a realidade brasileira logo despertou um interesse em aprofundar nesta temática, buscando compreender a constituição do povo brasileiro, seus dilemas, desafios, resgatar sua história. Enfim, fortaleceu meu comprometimento com as lutas da classe trabalhadora brasileira e com a construção de um projeto popular para o país.

Este compromisso ganhou ainda mais significado, na graduação em Serviço Social, com a disciplina de *Subjetividade e Cultura*. Através dos debates apresentados nesta disciplina me deparei com o universo complexo que é a temática sobre cultura. A partir disso, pude compreender o fio condutor dos estudos que seguiria que é na dimensão da cultura que estão as possibilidades de concretas da luta de classes. Na dimensão da cultura que os sujeitos conseguem materializar e se identificar com os projetos societários em disputa, mas este processo é permeado de contradições, pois a cultura não é estática, ela se engendra nas relações sociais, na materialidade da vida dos sujeitos.

Todo este debate foi condensado no primeiro esforço de incorporar esta temática como uma linha de análise que pretendemos percorrer, um percurso desafiador e muito enriquecedor. Assim, na construção da monografia,<sup>1</sup> buscamos percorrer um caminho que nos possibilitasse compreender o desenvolvimento da categoria popular, no pensamento social brasileiro, de modo

---

1 POVO E CLASSE: OS DESAFIOS AO PENSAMENTO SOCIAL CRÍTICO NA ANÁLISE DAS CATEGORIAS “POVO” E “POPULAR”, UFJF, 2014.

que pudéssemos problematizar a formação social e histórica do país. A partir deste trabalho percebemos que, para seguir com uma análise crítica que nos permitisse uma visão da totalidade da realidade brasileira era inquestionável a apreensão da esfera cultural.

Neste sentido, reconhecemos que a validade deste estudo se dá pelos fundamentos que a Faculdade de Serviços Social nos proporciona, especialmente para apreensão das contradições do sistema capitalista e com seu comprometimento ético-político em estar atrelada a um projeto societário emancipatório, contra-hegemônico. A apropriação do legado marxista na análise da realidade foi fundamental para a consolidação deste estudo e só foi possível pela formação em Serviço Social, em uma Faculdade que conjuga uma base curricular crítica atrelada ao diálogo permanente com movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, materializado na parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes através do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos.

A possibilidade de poder contribuir como bolsista, durante a graduação, no Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos me fez entender que, embora na atual conjuntura a correlação de forças pareça desfavorável aos trabalhadores e trabalhadoras, existe uma parcela significativa de homens, mulheres e jovens que se dedicam a analisar criticamente a realidade latino-americana para transformá-la. O conhecimento e as experiências de resistência compartilhadas com os educandos nos inspiram a seguir na elaboração de estudos da nossa realidade (para transformá-la), e nos faz ter clareza de que a história nos impõe o desafio de encontrar formas de cessar o saqueio de nossas riquezas, o silenciamento constante de nossa cultura, e encontrar meios de consolidar nossa soberania. Este curso nos faz enxergar que temos o desafio de uma revolução nacional, mas a luta dos trabalhadores e trabalhadoras transcende as fronteiras geográficas.

Nesse sentido, a incorporação da juventude na interface com o debate sobre cultura só foi possível pela inserção orgânica no Levante Popular da Juventude, um movimento social de caráter popular que me mostrou que a organização da juventude pode e deve ultrapassar os limites da universidade. Se nos propomos a organizar a juventude da classe trabalhadora devemos ter clareza de que o ensino superior público foi historicamente negado a esta parcela da população, e mesmo que tenhamos experiência de políticas de ampliação das vagas para a universidade, a maioria dos jovens brasileiros ainda não tem acesso a esse direito. Sendo assim, nos organizamos através do trabalho de base nas universidades, para que sejam cada vez mais

populares, e atuamos também em escolas, comunidades urbanas, acampamentos e assentamentos rurais. Nós temos o objetivo de ser um movimento de massas que pretende atuar para além das demandas específicas da juventude trabalhadora, e contribuir ativamente na construção de um projeto de sociedade contra-hegemônico, nacional e popular. Para isso, nos fundamentamos em uma metodologia que resgata o acúmulo histórico de movimentos populares brasileiros, a agitação e propaganda e a cultura popular e de resistência.

Desta forma, o desejo de construir um estudo sobre a experiência da rádio comunitária Mega FM se materializou pela inserção na Frente Territorial do Levante Popular da Juventude, mais especificamente na construção de um cursinho popular na comunidade Santa Cândida. Através da nossa atuação com o cursinho popular na comunidade, desde 2015, pudemos perceber a importância da rádio comunitária para aqueles sujeitos. Esta experiência permanece viva no imaginário daqueles que participaram ativamente da construção da rádio e que, em cada conversa, deixa transparecer a esperança de que a Mega volte a ser o veículo de informação, instrumento de formação e afirmação dos sujeitos daquela comunidade.

Muitas foram as inquietações que percorreram o processo de construção deste trabalho, mas não é nossa pretensão esgotá-las neste estudo. Sendo assim, buscamos constatar a afirmação de que a cultura é uma dimensão privilegiada para a luta de classes e é preciso nos fortalecer na batalha das idéias. Para isso, a cultura deve ser entendida como parte da estratégia de construção de um projeto contra-hegemônico. Por essa lógica, vai se moldando nossa hipótese de que a juventude trabalhadora é o sujeito potencialmente dotado para contribuir no avanço da construção do projeto da classe trabalhadora. Através da atuação no Levante Popular da Juventude que, fundamenta suas ações no resgate histórico de formas de diálogo com a classe trabalhadora através da agitação e propaganda, me fez ver que a juventude conseguia apreender as contradições da realidade em um espaço direcionado como uma oficina de construção de mural, de intervenção teatral, por exemplo. Daí passa a perseguir a idéia de que a juventude está em disputa e através da cultura conseguiríamos consolidar esta batalha.

Percebemos assim que, o processo de construção da consciência da juventude está em disputa e é na dimensão da cultura que estão postos os elementos que consolidam este processo. Entretanto, o que buscaremos apresentar neste estudo são inúmeros desafios que comprometem a organização da juventude trabalhadora em torno de um projeto societário.

Estes desafios ficam evidenciados no Brasil, na década de 1990, quando o país passa por um processo de aprofundamento das desigualdades sociais, desemprego estrutural, fragmentação da esquerda, por um lado, pela opção das classes dominantes ao projeto neoliberal, por outro lado, pela ofensiva da pós-modernidade como sua base ideológica de sustentação. Com isso, fragmentam-se as relações sociais pelo abandono a perspectiva de totalidade, fortalece a luta pelo local, pelo particular, pelas individualidades. Assim, a pós-modernidade apresenta-se como uma perspectiva antagônica a perspectiva nacional e popular. É na dimensão da cultura que esta batalha será travada.

O conceito de cultura está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade. Ela é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado. Por isso mesmo, tem de ser genuína, isto é, resultar das relações profundas dos homens com o seu meio, sendo por isso o grande cimento que defende as sociedades locais, regionais e nacionais contra as ameaças de deformação ou dissolução de que podem ser vítimas. Deformar uma cultura é uma maneira de abrir a porta para o enraizamento de novas necessidades e a criação de novos gostos e hábitos, subrepticiamente instalados na alma dos povos com o resultado final de corrompê-los, isto é, de fazer com que reneguem a sua autenticidade, deixando de ser eles próprios. (SANTOS, 2000).

Os apontamentos apresentados acima por Milton Santos se materializam na realidade brasileira com o neoliberalismo e se consolidam pela lógica da pós-modernidade, através da tentativa de enfraquecer ainda mais os traços de unidade nacional, a pós-modernidade fragmenta as relações sociais, a identidade nacional até que, como aponta afirma Santos (2000) deixemos de ser nós próprios.

Atrelado a isso, a pós-modernidade consegue aprofundar as contradições da indústria cultural e isso se manifesta com mais intensidade no universo juvenil. No processo de construção de sua identidade a juventude tem sido atravessada pela lógica do consumo, na construção da imagem de um jovem que deve ser comprado, mas que nem todos os jovens conseguem consumir e disso se desdobram inúmeras consequências que buscaremos apresentar neste estudo.

Neste sentido, tentaremos demonstrar através do nosso estudo de caso que o imaginário de juventude construído pela pós-modernidade e aprofundado pela indústria cultural pode ser questionado quando estes jovens têm a possibilidade de construir ações culturais como a rádio, por exemplo. A cultura é em si um modo de vida e ela é quem dá sentido a vida dos sujeitos. Através dela conseguimos pensar e questionar sobre o lugar que ocupamos no mundo, criticar e propor novos rumos. Com isso, a cultura possibilita expressar estas contradições e a Mega FM foi

o instrumento catalisador destas contradições e possibilitou dar um novo sentido à vida daquela juventude.

Buscaremos problematizar ainda que a pós-modernidade, ao analisar a realidade de forma intencionalmente fragmentada, privilegia, como já sinalizamos, o apelo aos coletivos, a valorização das individualidades, do particular, do local, dos bairros, das comunidades. Reflexo do golpe ideológico sofrido pela esquerda na entrada dos anos 1990, da desmobilização das lutas da classe trabalhadora. Isso traz profundas implicações na contemporaneidade, tornando, portanto, este debate extremamente relevante para se pensar na atualidade os rumos das lutas da classe trabalhadora no país.

Desta forma, o cenário traçado pela pós-modernidade nos impõe o desafio de construir as possibilidades para que a classe trabalhadora resgate sua história de forma crítica e seja capaz de construir um projeto de nação que dê unidade às lutas da classe trabalhadora brasileira.

Sendo assim, procuramos organizar nossas reflexões de modo que o primeiro capítulo deste estudo pudesse contemplar a análise da base material em que a cultura brasileira se forja. Buscamos problematizar os elementos da formação social e cultural brasileira, destacando as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país, que se dá por uma via não clássica. Para isso, partimos de contribuições de pensadores do legado marxista que nos dão o fundamento para problematizar as implicações deste processo no modo como vão se desenhar as relações sociais e culturais no país, e como esta via não clássica vai moldar uma forma particular da luta de classes

A partir disso, pretendemos, no segundo capítulo, desenvolver nossas análises da aproximação ao universo juvenil recuperando a construção sociológica da categoria juventude, de modo que nos possibilite ressaltar suas contradições e construir as mediações necessárias para uma melhor apropriação do tema. Com isso, guiaremos nossas reflexões acerca das condições de vida da juventude trabalhadora no Brasil neoliberal.

Feito este panorama, da formação social e cultural do país e suas implicações na forma como a juventude trabalhadora vivencia a juventude na década de 1990 no Brasil, delimitaremos, no terceiro capítulo, nossa concepção de cultura e sua interface com a juventude no estudo de caso da rádio comunitária. Apresentaremos neste momento algumas contribuições do legado marxista sobre esta temática, ressaltando as contribuições gramscianas sobre a concepção de cultura que perpassam todas as nossas reflexões neste trabalho. Com isso, buscaremos situar a

experiência da rádio comunitária Mega FM como a possibilidade de resistência da juventude trabalhadora posta na conjuntura histórica, política e cultural do Brasil na década de 1990.

Seguimos neste estudo, portanto, buscando confirmar nosso entendimento de que a cultura é a esfera privilegiada para a consolidação da luta de classes que engendra nas relações sociais concretas. Nesse sentido, muitos foram os desafios construídos no desenrolar dos anos 1990 no Brasil com a pós-modernidade. Por este motivo, acreditamos que a juventude da classe trabalhadora é o sujeito que tem a potencialidade de resgatar a perspectiva de totalidade e contribuir na efetivação um projeto de sociedade contra-hegemônico.

## **CAPITULO 1 - APONTAMENTOS SOBRE A PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL BRASILEIRA E DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE**

A partir das contribuições teóricas do legado marxista, pudemos compreender que, a inserção e desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deram por uma via particular, *não clássica*. São inúmeros, latentes e extremamente atuais os desdobramentos deste processo, desde a dependência cultural à superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora brasileira. Cabe-nos, neste momento, buscar elucidar os elementos deste processo e apontar os desafios contemporâneos impostos por este capitalismo particular.

O capitalismo é um sistema marcado por crises (cíclicas) e a tendência nestes períodos é que as classes dominantes encontrem alternativas de superar estas crises, em geral, através do desenvolvimento das forças produtivas, avanços tecnológicos e rearranjos nas relações sociais de produção. A história nos mostrou, com nitidez, sintomas de um processo de crise do capitalismo, no início dos anos 1970. Contudo, o que vivenciou-se naquele período não foi um mero episódio de crise cíclica, mas um processo de crise estrutural, pois traduziu-se em graves implicações políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas em escala global.

Sendo assim, nos deteremos neste capítulo, na análise dos rebatimentos desta crise, na sociedade brasileira. Seus efeitos puderam ser percebidos a partir da década de 1990, com a implementação do projeto neoliberal, que representou um momento de transformações significativas nas esferas econômica, política e cultural do país. Com isso, desenhou-se uma nova conformação da luta de classes e, com a pós-modernidade como fundamento cultural do referido projeto, se impôs uma nova dinâmica aos movimentos de resistência naquele contexto.

### **1.1 Elementos para compreender o processo de reestruturação produtiva do capital**

Com o advento do capitalismo - uma relação social que se modifica historicamente pela ação do homem - tem-se uma transformação em todas as esferas sociais. Esse sistema traz inovações jamais vivenciadas, e a principal característica que esse modelo introduz nas relações sociais é a necessária divisão da sociedade em duas classes fundamentais: os detentores dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho.

A partir desta divisão, as sociedades passam a vivenciar experiências sem precedentes, uma vez que o capitalismo altera as relações sociais, traz inovações tecnológicas no processo de produção e a riqueza socialmente produzida passa a ser apropriada por aqueles que detêm a propriedade privada dos meios de produção. Assim, como analisava Marx

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenvelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenvelt). O trabalho não produz somente mercadorias: ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2010, p. 80.).

Com isso, Marx demonstra que o capitalismo emperra a verdadeira construção histórica do gênero humano, pois neste modelo de produção o homem não define o que produz, não engendra a si mesmo, não confirma sua genialidade humana. No processo de produção capitalista, portanto, tem-se a perda do objeto e a perda da atividade do processo de trabalho, pois neste momento quem define o quê e como produzir é o capital.

No entanto, este sistema constrói, necessariamente, uma teia de contradições, afinal, estamos nos referindo, neste momento, a uma sociedade dividida em classes com interesses antagônicos. É nesse contexto, portanto, que faz sentido falar em questão social. Um conceito que surge atrelado a este processo de exploração capitalista e que comporta uma dimensão tanto objetiva - expressa, por exemplo, na pobreza, no desemprego, na exploração do trabalho - quanto subjetiva, e é esta dimensão, essencialmente política, que dá sentido ao conceito de questão social, pois ela se refere ao processo de tomada de consciência desses trabalhadores explorados que passam a lutar pelos seus direitos - por melhores condições de trabalho, de moradia, e mais adiante, pelo próprio fim deste sistema.

Ao longo da história as relações capitalistas vão se complexificando, constituindo novas e mais perversas expressões da questão social, que fundamentalmente trata-se de expressões da contradição entre capital e trabalho, e esta categoria (trabalho) que pretendemos partir para buscar demonstrar como o capitalismo vem se alterando, buscando combinar arcaico e moderno, travestindo formas de exploração, despolitizando ações dos trabalhadores e fazendo com que as contradições se esfumecem, de modo que se possa acreditar que não faz mais sentido tratar de classe trabalhadora, tampouco de trabalho.

Sendo assim, nosso esforço será o de percorrer o caminho que vai desde o processo de crise estrutural do capitalismo até os anos 1990, no Brasil, fundamentados, neste momento, por algumas contribuições trazidas por Antunes (2009), principalmente no que diz respeito a sua análise das transformações no mundo do trabalho e seu comprometimento em comprovar a centralidade do trabalho e da classe trabalhadora na sociedade capitalista, no contexto de mundialização do capital, período em que se multiplicam as teses de esgotamento deste sujeito (classe trabalhadora) e do próprio trabalho.

Antunes afirma que a partir do início dos anos 1970 o capitalismo começa a dar sinais de esgotamento de um padrão de acumulação vivenciado nos anos de taylorismo e fordismo. No entanto, o autor sinaliza que esta crise do padrão taylorista\fordista era apenas expressão de um movimento muito mais crítico e complexo.

Segundo o autor, o fordismo e taylorismo foram os modelos de produção hegemônicos no século XX. O taylorismo baseado no controle da produção pelo cronometro, com uma separação nítida entre quem elabora e quem executa as ações, altamente hierarquizado, visando a intensificação e “racionalização” do trabalho através de formas de exploração que previam a diminuição do tempo e a intensificação do ritmo do trabalho.

Atrelado a estas práticas do modelo taylorista, o fordismo baseava-se na construção de produtos homogêneos, em massa e em série, baseado em uma organização do trabalho altamente hierarquizada e verticalizada, combinando fragmentação à especialização do trabalho em uma rígida separação entre elaboração e execução do processo produtivo.

No entanto, os trabalhadores começavam uma movimentação de questionamento e exigência de melhores condições de trabalho e reconhecimento de direitos. Logo os capitalistas percebem que era preciso ceder a algumas reivindicações, mais por conta do entendimento de que a mais-valia precisa se realizar e para isso era necessário, além da produção em série e em massa, fazer com que os trabalhadores e trabalhadoras tivessem a possibilidade de consumir.

Por esta lógica vivencia-se a fase do WelfareState, ou “Estado de bem-estar social”, que foi uma tentativa de conciliar os interesses (antagônicos) entre capital e trabalho, que segundo Antunes, se erigiu no pós-II Guerra Mundial. Tratava-se de um sistema de “compromisso” e “regulação” do mundo do trabalho, mediado pelo Estado, em que alguns partidos (tanto social-democratas, quanto burgueses) passavam a converter determinados organismos sindicais e políticos para a lógica de co-gestores da produção capitalista. Desta forma, conseguiam, de um

lado, garantir ao proletariado a seguridade social, ao passo que se relegava para um futuro distante a estratégia socialista em troca de um “fetichismo do Estado”. (ANTUNES).

Segundo o autor, o fordismo manteve os níveis de vida das\dos trabalhadores e os lucros elevados, sustentando-se como padrão de produção hegemônico até o ano de 1973. No entanto, a partir desta data, o autor aponta para o início de um processo de recessão e transição do modelo de produção capitalista, começando a despontar os sinais evidentes da crise estrutural em andamento.

Antunes nos apresenta alguns dos elementos mais significativos desta crise, como a queda da taxa de lucro, ocasionada pelo aumento do preço da força de trabalho, bem como o esgotamento do padrão de acumulação devido a retração do consumo que tinha raiz no processo de desemprego estrutural que então se instalava.

Outro elemento importante que o autor nos apresenta é a crise do “Estado de bem-estar social”, a crise fiscal do Estado, que tornou-se justificativa para as classes dominantes pautarem pela redução dos gastos do Estado com setores que não geravam lucro (políticas sociais, por exemplo) aumentando o poder de gestão do capital privado. Com isso, de acordo com Antunes, tem-se um incremento generalizado das privatizações, flexibilização e desregulamentação da produção, dos mercados e da força de trabalho.

Um elemento importante que o autor ressalta é que mesmo se tratando de uma crise estrutural, as classes dominantes procuraram dar respostas no nível da superficialidade, na sua dimensão fenomênica, sem tocar nos pilares do modo de produção capitalista. O que se pretendia, segundo o autor, era reestruturar um padrão de acumulação que pudesse recuperar os patamares de acumulação dos anos de taylorismo\fordismo. Para isso não exitaram em articular mecanismos de dominação arcaicos e modernos.

Além disso, segundo Antunes, as saídas encontradas pelo capital para sua reestruturação não tiveram muitos obstáculos, uma vez que os enfrentamentos entre capital e trabalho, ou seja, as lutas travadas pela classe trabalhadora nos anos anteriores (com seu apogeu em 1960) não trouxeram para o cenário da luta de classes um efetivo projeto contra-hegemônico que oferecesse uma alternativa dos e para os trabalhadores de superação da crise (e da sociedade capitalista).

No entanto, é preciso destacar, que o capitalismo, historicamente, tem demonstrado sua capacidade em se apropriar de pautas dos trabalhadores e não foi diferente nesse período. Antunes nos mostra que a capacidade dos trabalhadores, ao se organizarem contra o capital,

explicitou sua potencialidade de conduzir um movimento reivindicatório dentro e fora das empresas. Com isso, os capitalistas perceberam que para o processo de reestruturação em curso poderiam explorar, além da força motora de trabalho, a capacidade intelectual, criativa e subjetiva destes trabalhadores.

(...) Os capitalistas compreenderam então que, em vez de se limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência. Foi com esse fim que desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores e que remodelaram os sistemas de administração de empresa, implantando o toyotismo, a qualidade total e outras técnicas de gestão. (...). (ANTUNES, 2009, p. 47).

Com este cenário, portanto, Antunes afirma que a partir da década de 1980 percebe-se um período de intensas e radicais transformações no mundo do trabalho, nos meios de inserção da esfera produtiva, bem como na representação política dos trabalhadores, são transformações que atingem inclusive, ou principalmente, os direitos conquistados pelos trabalhadores.

Mas vale lembrar que o sistema capitalista passa por crises cíclicas e em cada uma delas, sua tendência é reorganizar, renovar as forças produtivas e o processo de produção, sem perder, contudo, seu pilar essencial, a exploração da classe trabalhadora. Daí que nessa conjuntura de crise estrutural, o modelo que passou a se desenvolver neste cenário de reestruturação foi o modelo de acumulação flexível baseado no desenvolvimento tecnológico atrelado a uma descontração produtiva privilegiando empresas média e pequenas.

O toyotismo identificado como o modelo de produção flexível, segundo Antunes, é um modelo de produção japonês construído para atender as especificidades daquela realidade no contexto do pós- guerra. No entanto, segundo o autor, este modelo apresenta traços potencialmente universalizantes expressos em uma combinação favorável com a conjuntura econômica, política e social daquela época.

Ao contrário do período do taylorismo\fordismo, o toyotismo orienta sua produção no modelo de acumulação flexível, em que o controle desta produção passa a ser interno, o próprio trabalhador quem controla o processo de produção, forçando-o, portanto, a tornar-se polivalente, flexível, adaptável a mudança.

Desta forma, o toyotismo é uma resposta à crise do fordismo nos anos 1970. Este novo modelo de produção está altamente sintonizado com a lógica neoliberal, na construção de um

trabalhador polivalente, no trabalho em equipe, na horizontalização, na flexibilização, terceirização e precarização do trabalho.

É um modelo que se dispõe a oferecer produtos diferenciados, estimulando a individualidade (sob o codinome da exclusividade) e o consumo exagerado, com uma produção voltada e conduzida pela demanda, ao mesmo tempo, variada, diversificada, pronta para o consumo, fundamentando-se na lógica do estoque mínimo, baseado no modelo de gestão de supermercados norte-americanos, como aponta, Antunes, em que o produto só será repostado quando esgotado. Com isso, o trabalhador necessita operar várias máquinas de modo a atender as demandas mais individualizadas.

É importante destacar que, na esfera política, este modelo tinha como centralidade o enfraquecimento dos sujeitos coletivos da classe trabalhadora, uma vez que foi com a Toyota, em 1950, a primeira derrota do sindicalismo historicamente combativo, no Japão, segundo o autor.

A partir do toyotismo, o sindicalismo japonês foi cedendo lugar a um sindicalismo de empresa, sindicato casa, atrelado ao ideário patronal, constituindo-se em um modelo mais “coorporativo”. Segundo Antunes, portanto, o sindicato foi gradualmente perdendo sua capacidade combativa e de resistência passando a compor a “família Toyota”.

Nesse contexto, - de *sindicato-família, trabalhador-colaborador*- a exploração do trabalho parece escamoteada sob a lógica da cooperação, da família-empresa, ao passo que os direitos trabalhistas tornam-se mais “flexíveis”, entre tantos outros rebatimentos percebe-se que o número de trabalhadores, com o aumento da tecnologia, diminui, ampliando-se o número de horas-extras de trabalho.

Essas mudanças intensificam antigas formas de exploração dos trabalhadores ao mesmo tempo em que introduzem novas expressões da questão social. Como aponta Antunes, acarretam em um processo de intensa desproletarização do trabalho industrial e fabril, com o aumento do uso do trabalho morto e a consequente diminuição da “classe tradicional”.

Como resultado desta lógica, segundo o autor, o que se vivencia neste contexto é o aumento do desemprego estrutural, a expansão do trabalho assalariado no setor de serviços e a introdução precarizada e subordinada das mulheres e jovens no mundo do trabalho. Nesse sentido, vale destacar que o trabalho feminino e da juventude vai ser em maior medida o mais precário, terceirizado, temporário, com menor remuneração, em particular as mulheres que estão sujeitas ao trabalho domiciliar, sem garantias de estabilidade, nem direitos trabalhistas.

Neste contexto destaca-se ainda, segundo o autor, o crescimento da subproletarização, dos subcontratados, a exclusão de idosos do mercado do trabalho; o aumento dos trabalhadores parciais que podem ser demitidos sem custos - em que mais uma vez detém um contingente expressivo de mulheres e jovens e, que, portanto, determina uma particularidade nos meios de organização e luta por direito da classe trabalhadora.

Assim, aponta Antunes, este movimento contraditório e antagônico ao mesmo tempo em que exige uma intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora promove em proporção direta a desqualificação de tantos outros trabalhadores.

Desta forma, Antunes reafirma que a crise aguda e sem precedentes do capitalismo atingiu tanto a materialidade quanto a subjetividade das/os trabalhadores, comprometendo o processo de construção da consciência de classe deste sujeitos, uma vez que seus organismos de representação também foram atingidos pela crise econômica-política-social-cultural-ideológica que atravessa todas as esferas da sociabilidade humana, transforma relações sociais, reconfigura o mundo do trabalho, os espaços de formação da consciência dos trabalhadores – sindicatos, partidos.

O autor afirma ainda que esta crise aguda no sindicalismo iniciou-se por volta dos anos 1980 nos países centrais com a queda do índice de greves, aumento dos casos de corporativismo, xenofobia, racismo, no interior das classes sociais. Assim, os sindicatos passam a atuar na defensiva, na imediatividade abandonando os traços de luta anticapitalista, acabam lutando pelo mais elementar: o direito ao emprego, por exemplo. Nesse sentido, destaca que o sindicalismo de classe cede lugar ao sindicalismo de participação, participar sem questionar a ordem que sustenta o capital, sem questionar a propriedade privada, atuando sob o prisma institucional e distanciando-se cada vez mais de suas bases.

Este quadro de crise do sindicalismo é expressão inclusive do movimento de globalização do mundo do trabalho, como aponta Ianni (2004). Para o autor, o processo de reestruturação produtiva, a lógica do processo de produção flexível reconfigura o mundo do trabalho, traz novas perspectivas e desafios para a organização das/os trabalhadores e conseqüentemente novas e mais agravadas expressões da questão social.

Assim, um elemento importante que o autor apresenta, diz respeito à nova divisão transnacional do trabalho:

No âmbito do capitalismo global, formam-se centros decisórios novos, independentes dos Estados nacionais. Em geral, localizam-se nas cidades que se

tornam globais, de onde operam empresas, corporações e conglomerados, com base na eletrônica e informática. São transnacionais desterritorializadas, mobilizando recursos científicos e tecnológicos para seus diagnósticos, prognósticos, planos, programas e projetos. Operam com base em cartografias “geopolíticas” que envolvem nações, regiões e o mundo todo. (IANNI, p. 77-78, 2004).

Com isso percebemos como a nova divisão *transnacional* do trabalho expressa um movimento imposto de mudanças complexas nas sociedades, e principalmente, um movimento imposto pelos interesses dos países de capitalismo mais avançado que passam a exercer sua dominação política, econômica, cultural através, inclusive, dos centros globais e das transacionais.

Todo este processo, segundo Ianni (2004), traz consequências para as/os trabalhadores também em âmbito global, pois segundo o autor com a reestruturação produtiva, incremento tecnológico, robótica, informática tem-se uma onda de desemprego estrutural em todo o mundo.

Assim percebemos que a redefinição do mundo do trabalho implica em redefinições das expressões da questão social. Seu fundamento essencial está na contradição entre capital e trabalho, mas suas manifestações são particulares em cada conjuntura histórica, em cada país, e em cada estágio do desenvolvimento capitalista.

O que se pode afirmar é que esta reorganização do mundo do trabalho promove um intenso processo de fragmentação da identidade dos trabalhadores, que não se reconhecem enquanto produtores de uma mesma mercadoria, explorados pelo mesmo capitalista. Este processo de fragmentação e alienação se dá, inclusive, pela *transnacionalização* do capital em que se tem uma matriz empresarial que produz celular, por exemplo, nos EUA, a produção das peças deste celular é feita na China e o suporte de venda e informação, na Índia.

Além disso, o que se percebe com este processo é o enfraquecimento das relações de solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras, além de capturar a subjetividade destes sujeitos. A lógica deste modelo de acumulação não se baseia no trabalhador-gestor como no taylorismo, com uma evidente divisão hierárquica das relações de produção. Trata-se neste momento, de uma pseudo-solidariedade entre os trabalhadores, em que cada um e cada uma internaliza o controle que antes (no taylorismo) era externo e passam a controlar os seus colegas. Assim, tornam-se fiscalizadores daqueles e daquelas que não “colaboram” para o bom funcionamento das equipes.

Estes artifícios perversos vão construindo uma atmosfera hostil e individualista no ambiente de trabalho, uma vez que vai se fragilizando a confiança entre os trabalhadores e trabalhadoras, e sem confiança, qual seria a motivação para fazer uma greve com aquele colega “que afeta diretamente o bom funcionamento do seu trabalho”, por exemplo.

No entanto, atrelado a este processo de captura da subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras tem-se a idéia de valorização destes sujeitos, pois não se está lidando mais com trabalhadores-explorados, mas com “colaboradores”. Esta ideologia dificulta a compreensão das contradições entre capital e trabalho, pois como um “colaborador” poderá, nesta conjuntura, se colocar “contra” seus “próprios interesses”.

Podemos perceber ainda, neste processo em que o capital está firmando as alternativas para superar sua crise, algumas características que compõe este bojo das transformações no mundo do trabalho diz respeito a flexibilização e desregulamentação do trabalho. Quando falamos em desregulamentação nos referimos a desregulamentação do acesso ao direito ao trabalho, as políticas sociais, as políticas públicas como habitação, saúde, transporte, por exemplo. Isso atrelado a um processo de flexibilização das relações de trabalho, com o crescimento dos contratos, das terceirizações, do trabalho domiciliar.

Outro elemento essencial nesta nova configuração do mundo do trabalho diz respeito à diminuição da força de trabalho manual pelas máquinas. Essa é mais uma das contradições do capitalismo, pois a tecnologia em si não é um problema, ao contrário, seria uma alternativa de superação da condição de exploração caso fosse usada ao nosso favor, em favor dos trabalhadores e trabalhadoras. Ela é elemento essencial para diminuição da jornada de trabalho, para que muitos trabalhem pouco, mas na lógica da flexibilização do trabalho, ela gesta totalmente ao contrário, é ela quem determina a vida da classe trabalhadora.

É importante lembrarmos o que propomos no início desta reflexão, o esforço de trazer à tona a centralidade do trabalho em meio as novas formas de organização da produção. Sendo assim, frisarmos que toda esta reorganização levou (e ainda leva) muitos autores a acreditarem que o trabalho perdeu sua centralidade nesta sociabilidade.

Ora, pelo exposto acima, percebemos que o trabalho continua sendo a categoria central da organização da vida social, quem define nossa identidade, onde vivemos, estudamos, consumimos, nos divide em classes. A questão é que na atualidade o trabalho tem uma nova exterioridade ideológica, em que as classes dominantes fazem com que acreditemos que estamos

cada vez mais individualizados e fragmentados, faz com que se percam os traços de identidade entre os trabalhadores, ao forçar, por exemplo, o trabalho domiciliar, sem nenhum direito trabalhista ao passo que incentivam a busca permanente de aperfeiçoamento e qualificação, um trabalhador polivalente. Até mesmo os sujeitos que compartilham do mesmo espaço de trabalho, como a universidade, não se reconhecem enquanto trabalhadores e perdem seus laços de solidariedade, em que, em geral, a categoria docente não fortalece a luta dos técnicos, que não fortalecem a luta dos terceirizados, que não fortalecem a luta dos docentes.

Logo, ao buscarmos problematizar as transformações no mundo do trabalho em decorrência da crise estrutural do capitalismo, percebemos que o cenário que se constitui para os trabalhadores é extremamente desafiador. São tempos de agravamento das desigualdades sociais e econômicas, de desemprego atrelado ao afunilamento das políticas sociais que passa a ficar sob a égide da sociedade civil, através do denominado “terceiro setor”. Sob a ideologia da solidariedade promovem um processo reatualização do conservadorismo no trato da questão social que volta a ser alvo de assistencialismo, caridade. Ao mesmo tempo em que desresponsabilizam o Estado do cumprimento de seu dever, ou seja, camuflam o caráter essencialmente político das políticas sociais que são vistas como benesses e não como um dos elementos que expressam as contradições entre o capital e o trabalho. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

São tempos cruéis para as mulheres, que seguem com os postos de trabalho mais precários, por vezes sem nenhum direito trabalhista além de manterem-se responsáveis pelo cuidado do ambiente doméstico; para os jovens que são excluídos do mercado de trabalho restando-lhes, em geral, a criminalidade e a criminalização por parte das elites; bem como para os negros e negras que não conseguiram superar a questão racial no interior da sociedade e seguem, inclusive, geograficamente, às margens do espaço das relações sociais.

São tempos ainda mais desafiadores aqueles que se propõem a afirmar que as questões de gênero, geracionais, raciais são questões que perpassam a classe trabalhadora na atualidade, que as mulheres, jovens, negras e negros devem ter reconhecidas suas particularidades, mas que devem ser entendidas enquanto problemas de classe, de contradições decorrentes deste modo de organização da sociedade, problemas postos e/ou agravados pelo capital.

Sendo assim, nesta conjuntura, torna-se imprescindível o papel do intelectual orgânico da classe trabalhadora, aquele que irá fazer o exercício junto a esta classe de construir criticamente o

entendimento de seu papel nesta sociedade, acirrando as contradições de modo que possa superar as visões do senso comum, construindo as relações de causa e efeito destas contradições, de modo que a classe trabalhadora compreenda seu papel revolucionário, pois são os trabalhadores quem têm interesses inconciliáveis e antagônicos com quem os domina, portanto, é atual também a centralidade de seu papel revolucionário.

### **1.1.2 Rebatimentos da reestruturação produtiva do capital na sociedade brasileira**

Como observamos, as saídas encontradas pelo capital para buscar superar a crise estrutural iniciada na década de 1970 representaram drásticas conseqüências na esfera econômica, política, social e cultural nas sociedades em escala mundial. Os rebatimentos da reestruturação produtiva, na sociedade brasileira, foram mais evidenciados a partir da década de 1990 com os desdobramentos da opção das classes dominantes ao projeto neoliberal.

Nosso objetivo, neste momento, é buscar compreender o processo que levou a vitória do projeto neoliberal e suas conseqüências na sociedade brasileira. Para isso, guiaremos nossas análises sob o prisma de algumas categorias gramscianas de análise da realidade, bem como a partir das contribuições de alguns pensadores do legado marxista que nos fornecem um lúcido e coerente panorama da nossa realidade e da conjuntura em questão.

Sedo assim, tomemos como ponto inicial de nossas reflexões a problematização de duas categorias, que embora não tenham sido desenvolvidas para pensar a realidade brasileira, nos deixam importantes contribuições para compreender a formação social do Brasil.

A *via prussiana* e mais especificamente a *revolução passiva*, respectivamente, categorias desenvolvidas por Lênin e Gramsci, vão guiar nossas reflexões neste momento. Ambas foram categorias construídas por intelectuais que estavam, sobretudo, comprometidos com a transformação da realidade que estavam inseridos. Sob condições distintas, se dedicaram a compreender a realidade de seus países e neste trajeto identificaram que os processos com vistas à modernização não se dariam, necessariamente, por revoluções burguesas clássicas e que alguns países se tornariam capitalistas por uma forma particular.

A inserção no sistema capitalista por uma via não clássica, portanto, traria algumas características particulares para a formação social destes países. Nesse sentido, Lênin, ao buscar reorientar o programa agrário da social-democracia, a partir das experiências revolucionárias de

1905, na Rússia, confronta as idéias que estavam sendo difundidas pelos populistas e pelos socialistas revolucionários que não consideravam os camponeses sujeitos do processo de modernização e insistiam “em considerar exclusivamente as propriedades dos latifundiários como a origem do capitalismo agrário” (LÊNIN, 1980, p.32). No entanto, o autor busca identificar que existem vias distintas para a modernização e justifica sua afirmativa apresentando os elementos do processo de modernização na Alemanha (via prussiana, não-clássica), em contraposição à modernização norte-americana (ou a “via clássica”).

A estes dois caminhos de desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, chamaríamos de caminho de tipo prussiano e caminho de tipo norte-americano. No primeiro caso, a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa-júnker, condenando os camponeses a décadas inteiras de mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo, ao mesmo tempo em que se distingue uma pequena minoria de “Grossbauers” (lavradores abastados). No segundo caso, ou não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução, que confisca e fragmenta as sociedades feudais. (...). (LÊNIN, 1980, p. 30).

Neste percurso, Lênin percebe que a via prussiana para o desenvolvimento capitalista se expressa como uma forma particular de modernização, sem que seja preciso romper com estruturas arcaicas da sociedade. Por esta via, o latifúndio sede lugar gradualmente a empresa capitalista. Com isso, configura-se uma forma particular das relações sociais e culturais deste país, uma vez que, por esta via, é possível manter mecanismos extra-econômicos de exploração da classe trabalhadora devido à manutenção do poder político dos latifundiários. Os grandes proprietários de terra conseguem, desta forma, garantir que seus interesses sejam representados no Estado, podendo, assim, orientar os rumos do processo de modernização.

A obra teórica de Lênin é uma herança muito forte na trajetória intelectual de Gramsci, que, especialmente, a partir da experiência de 1917, se debruça a investigar o motivo pelo qual o modelo da Revolução Russa não ter dado certo na Itália. Ao contrário, ainda ter gerado no país uma onda neo-conservadora.

Preocupado, assim, em compreender as particularidades da realidade italiana, Gramsci desenvolve a categoria revolução passiva como a principal chave de análise do processo de *Risorgimento*, “isto é, do processo de formação das condições e das relações internacionais que permitirão à Itália unificar-se em nação e às forças nacionais desenvolverem-se e expandirem-se”. (GRAMSCI, 2002, p.17).

Neste processo de unificação da Itália, Gramsci percebe que as movimentações que levariam à modernização do país, se davam, fundamentalmente por arranjos feitos pelo alto. O

*Risorgimento*, segundo o autor, foi conduzido por uma minoria que não foi capaz de “ir ao povo” nem ideologicamente. (GRAMSCI, 2002, p.39).

Desta forma, os processos revolucionários na Itália, para Gramsci, serão sempre marcados pela ausência da participação popular. Manifestam-se, portanto, como momentos de *revolução passiva*. A partir desta constatação, o autor nos fornece contribuições enriquecedoras, pois se debruça a pensar a realidade italiana e nos revela que esta forma particular de modernização traz em si características essenciais que vão desenhar um modo determinado das relações sociais, da organização das classes, do Estado e da cultura na Itália. Assim, a categoria via prussiana, atrelada a categoria revolução passiva, nos permitirá lançar luz às particularidades da formação social e cultural do Brasil.

Nesse sentido, é preciso destacar que, para Gramsci, a revolução passiva se expressa como uma resposta das classes dominantes ao que denomina de subversivismo esporádico, à pressão das classes populares. Trata-se de um momento de questionamento vindo de baixo, ainda no nível do senso comum, em que as classes populares se mobilizam por alguma demanda, mas ainda não são capazes de correlacionar causa e consequência. No entanto, o autor destaca que esta movimentação contém certa concepção crítica da realidade que permite um questionamento da ordem vigente.

Sendo assim, os processos de revolução passiva pressupõem dois momentos, a restauração e a renovação. A renovação refere-se a mudanças geralmente atreladas às pautas trazidas pelo subversivismo esporádico, mas são mudanças que não alteram a estrutura das sociedades, explicitam, sobretudo, arranjos feitos entre as classes dominantes para restaurarem seu poder ameaçado.

A partir disso, evidencia-se, por um lado, o fortalecimento da sociedade política. Sociedade política, que em Marx estava relacionada ao Estado, em Gramsci apresenta-se enquanto a esfera que detém o aparato administrativo, burocrático e repressivo que garante a classe dominante o seu poder. (COUTINHO, 2011). Como consequência deste processo, o autor ressalta, por outro lado, a fragilidade da sociedade civil, entendida como o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e\ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, os parlamentos, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc. (COUTINHO, 2011, p. 25).

As implicações deste processo na configuração das relações sociais manifestam-se, como aponta Gramsci, quando o Estado parece maior, como se a sociedade política fosse o sujeito da mudança. Com isso, o autor salienta que os processos políticos tendem a inibir o amadurecimento político das classes trabalhadoras, fazendo com que o saldo organizativo de suas mobilizações pareça sempre negativo, os movimentos de questionamento pareçam não acumular forças.

Este elemento de desmobilização das lutas populares se concretiza pois, a revolução passiva constitui-se ainda de um ingrediente muito perverso, o transformismo.

(...) pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfadas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo. (...). (GRAMSCI, 2002, p.63).

Percebemos, portanto, que as vias para a modernização não se dão de forma homogênea, nem universal, mas são vias distintas, moldadas por elementos que vão delinear uma forma particular das relações sociais. A revolução passiva, enquanto uma via não clássica de modernização, nos revela muitos componentes importantes para pensar a realidade brasileira, inclusive o transformismo, que como vimos, explicita-se enquanto um dos meios que as classes dominantes têm de fazer com que os grupos que se destacaram no processo de subversivismo esporádico saiam sem (ou com pouco) acúmulo político.

Desta forma, é possível partirmos da afirmação de que, no Brasil, as transformações com vistas à modernização se deram pelo que Gramsci denominou de Revolução Passiva. Como processo, segundo autor, que carrega forças tradicionais que imperavam no passado, trazendo o novo ao mesmo tempo em que o velho vem em seu bojo, através de um arranjo entre as classes dominantes que determinam o destino da sociedade.

(...) Nesse sentido, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a Independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular. (COUTINHO, 2007, p. 196).

Sendo assim, pretendemos, aqui, adotar como fio condutor de nossas análises, a afirmação de que, a partir da particularidade do capitalismo brasileiro, marcado por episódios de revolução

passiva, definiu-se o perfil do Estado e das classes sociais brasileiras, bem como suas lutas e a organização da cultura.

Delimitamos este ponto de vista, pois partimos do pressuposto de que a cultura e suas manifestações se forjam nas relações sociais concretas. Sendo assim, torna-se indispensável compreender as particularidades da formação social brasileira e do desenvolvimento capitalista do país para assimilar as possibilidades em que a cultura brasileira se constroi. Com isso, teremos mais clareza para situar o objeto de nosso estudo, as manifestações de resistência da juventude trabalhadora no Brasil neoliberal. Buscando demonstrar, mais especificamente, que a experiência da rádio comunitária Mega FM e os desafios enfrentados para manter a voz do povo nas ondas eletromagnéticas são expressão desta forma particular com que se engendram as relações sociais no Brasil.

Para isso, partimos das contribuições de Schwartz (2003) que nos alerta que o capitalismo tardio também implica tendencialmente, a incorporação de idéias precoces à sociedade, uma vez que o desenvolvimento do país submete-se às regras de acumulação dos países de capitalismo mais avançado. Sobre isso podemos ressaltar o processo de dependência cultural do Brasil, destacando, por exemplo, o período de 1808, com a sede da coroa portuguesa no país. Neste momento, é possível observar que, através da construção de bibliotecas, teatros, enfim, de instituições que difundem seus valores, hábitos e costumes, a cultura europeia impregna-se no país, mas sem que se tivesse a possibilidade concreta de uma oposição nacional relevante.

Nesta mesma lógica, a nossa independência é apontada por Schwartz (2003) como um processo importado, de um país em busca de referências que não são nossas. Contudo, alerta que estas “idéias fora do lugar” não se restringem ao plano ideológico, mas inscrevem-se, sobretudo, no terreno prático e fortalecem o desenvolvimento do capitalismo. Deste modo, mecânica ou criticamente a história da cultura brasileira é apontada como a história da assimilação da cultura universal. A cultura compreendida neste caso como uma mediação das relações sociais.

Desta forma, o que começa, segundo o autor, como uma *imitação* cultural desdobra-se como uma *integração* cultural. Assim, destaca o fenômeno do liberalismo, no momento em que o Brasil fundamentava-se por relações sociais escravocratas. Para Schwartz (2003), as classes dominantes do país começam a pressionar a sociedade para que as idéias liberais “entrem no lugar”, com isso, precipitam ou eliminam processos sociais necessários para a consolidação da consciência das classes trabalhadoras.

Por esta perspectiva, podemos considerar ainda, a incorporação do neoliberalismo no Brasil outro exemplo das “idéias fora do lugar”, pois como é possível pensar um modelo de Estado mínimo em um país extremamente desigual, cujas classes mais populares se encontram profundamente dependentes das políticas sociais?

Gramsci também identifica este caráter de dependência cultural ao pensar o processo de unificação da Itália. Como apresentamos anteriormente, o *Risorgimento* foi um movimento, segundo o autor, antipopular, no sentido de não conseguir envolver ativamente o povo no processo de modernização, demonstrando assim que também a burguesia não se consolidara como uma classe capaz de apresentar um projeto nacional para o país. Desta forma, “portanto, afirma Gramsci, a Itália era órfã de um projeto *nacional e popular* que a fizesse conhecer e criticar sua própria existência e, portanto, se afirmar em torno de seus principais dilemas” (BEZERRA, 2012, p.151).

Para Gramsci, a perspectiva nacional-popular deve relacionar-se a uma estratégia de construção de contra-hegemonia, um movimento capaz de fazer com que as classes populares se apropriem de sua história, de modo a compreender as contradições que engendram as relações sociais capitalistas a fim de superá-las. Trata-se, portanto, de uma categoria histórica, política e com um recorte de classe evidente, pois pretende que as classes populares sejam capazes de direcionar os rumos de seu futuro sob novas bases. (BEZERRA, 2012).

Entretanto, o autor afirma que a fragilidade da perspectiva nacional-popular estaria intrinsecamente ligada à relação entre intelectual<sup>2</sup> e povo.

(...) A ausência deste alinhamento cultural e político entre intelectuais e o elemento popular fez com que as contradições inerentes à formação italiana não fossem conhecidas ou problematizadas pelos setores populares, e que, portanto, a orientação dominante se apresentasse sustentada por um aparente consenso. (...) (BEZERRA, 2012, p.151-151).

O distanciamento entre intelectuais e povo, também é um elemento constitutivo da formação social e cultural brasileira, e assim como na Itália analisada por Gramsci, essa

---

2 (...) Gramsci considera intelectuais todos os que contribuem para educar, para organizar, ou seja, para criar e consolidar relações de hegemonia; por isso, para ele, são intelectuais (ou desempenham uma função intelectual) todos os membros de um partido político, de um sindicato, de uma organização social. (...) faz também uma decisiva distinção entre “intelectuais orgânicos”, que são gerados diretamente por uma classe e servem para lhe dar consciência e promover sua hegemonia, e “intelectuais tradicionais”, que se vinculam a instituições que o capitalismo herda de formações sociais anteriores (como as Igrejas e o sistema escolar) [p.203 ss.] (...). (COUTINHO, 2011, p. 30).

separação traz implicações profundas na construção da identidade deste povo, no reconhecimento de sua história, no caráter de suas lutas e na própria concepção de nação.

(...) Este sentimento e reconhecimento nacional constituem um elemento que fica restrito aos intelectuais enquanto camadas estreitas e pequenas. O resultado seria, então, a marca constante do fatalismo e da expectativa passiva por um futuro que chegará para o elemento popular, visto paternalisticamente, ausente da dinâmica societária mais ampla. (BEZERRA, 2012, p.155).

O nacional para Gramsci é ponto de partida para o internacionalismo, compreender o passado, resgatar a história do seu povo, a memória da classe trabalhadora é imprescindível para construir um novo futuro, e isto deve relacionar-se a um projeto societário emancipatório. Assim como o pensador identifica na realidade italiana, os intelectuais brasileiros não nascem do povo, nem se vinculam aos interesses e projetos do povo; daí ausência, na formação social do Brasil, de uma idéia de nação e de um projeto popular.

As relações sociais e culturais que vão sendo construídas sobre esta forma particular de capitalismo tendem a perpetuar a condição de fragilidade das classes populares. Os arranjos feitos de cima, a apatia dos intelectuais diante os dilemas do povo e a própria concentração da produção cultural nas mãos da burguesia faz com que as classes populares pareçam sujeitos incapazes de pensar os rumos do próprio futuro, incapazes de enxergarem-se enquanto intelectuais.

Neste ponto, é importante situar que, a experiência da rádio comunitária Mega FM, como buscaremos demonstrar, evidenciou sua potencialidade enquanto instrumento capaz de organizar e educar os sujeitos da comunidade Santa Cândida, em Juiz de Fora. Apresentou-se como uma possibilidade para que aquela comunidade pudesse construir os nexos causais da condição de trabalhadores que vivenciavam. Foi capaz, desta forma, de organizar trabalhadores e jovens em torno de pautas unitárias e relevantes para sua realidade. Todavia, esta experiência se depara com limites estruturais de uma sociedade marcada por uma cultura política perversa.

A forma particular com que o nosso capitalismo se desenvolve, a complexidade das relações sociais no período neoliberal e a ofensiva da pós-modernidade convergem para que a história da comunitária permaneça uma experiência pontual.

A Mega FM não estava vinculada organicamente a um projeto societário popular e a forma de resistência que suscitou a organização da juventude, em especial a cultura hip-hop, foi inspirada em manifestações culturais estrangeiras. No entanto, com as chaves de análise que estamos desenvolvendo neste estudo, sobre a formação social e cultural do país, conseguimos entender que estas foram as possibilidades históricas de resistência naquele momento e que sua

relevância está justamente na potencialidade político organizativa incontestável da comunitária que explica, portanto, a radicalidade das ações das classes dominantes e do Estado em silenciar esta experiência.

Para aprofundar nesta discussão é importante situar as contribuições de Florestan Fernandes (2005), especificamente guiados pela produção *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Orientamo-nos por ele, pois foi o primeiro intelectual do pensamento social brasileiro a elaborar com rigor teórico o debate sobre a teoria da dependência, com apontamentos extremamente pertinentes sobre a particularidade do capitalismo brasileiro.

Assim como Lênin e Gramsci, Florestan foi um intelectual comprometido em pensar a realidade em que estava inserido a fim de transformá-la. Um verdadeiro exemplo de intelectual orgânico da classe trabalhadora e com implacável rigor metodológico consegue enxergar, assim como os referidos autores, que o capitalismo no Brasil se desenvolveu de uma forma particular, bem como as classes sociais e o Estado. A partir disso, nos adverte, em *A revolução burguesa no Brasil*, para a necessidade não espelhar a revolução brasileira em outras experiências revolucionárias.

Quando ele faz este alerta já percebe que existe uma “via clássica” e uma “via não clássica” para a revolução burguesa e que disso resultam distintas consequências. No entanto, percebe ainda que a via não clássica não é uma “exclusividade” do Brasil. Entende que existe um capitalismo particular e o caracteriza como *capitalismo dependente*. O capitalismo dependente para o autor refere-se a um bloco de países onde não houve por parte da burguesia a capacidade de congregar desenvolvimento econômico, democracia e soberania nacional.

Com este entendimento, Fernandes (2005) demonstra que o capitalismo dependente estará marcado por algumas características essenciais. Para o autor, existem pequenos grupos que concentram poder extremo e conseguem direcionar os rumos da modernização destas sociedades. Com isso, define-se um caráter autocrático para este capitalismo.

Além disso, o autor destaca que, a superconcentração de poder tende a se personificar no Estado, dificultando o processo de participação das classes populares nas instâncias de organização do poder. Tratando-se, portanto, de um capitalismo antidemocrático, em que as forças sociais da sociedade civil, especialmente das classes trabalhadoras, serão altamente reprimidas, cooptadas. O que Florestan identifica, é que as classes dominantes, pela ausência de

um projeto nacional, querem evitar a luta política, preferem estas medidas de controle e coerção sobre as ações democráticas. Neste caso, o Estado passa a substituir a luta de classes.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica (...). (FERNANDES, 2005. p. 240).

Percebemos que, pelo rigor metodológico de análise da realidade, ainda que Florestan não tenha se debruçado sobre o pensamento social gramsciano, consegue enxergar nas relações sociais e culturais do Brasil muitos dos elementos que o pensador sardo desvela ao analisar a realidade italiana. O desenvolvimento capitalista por vias não clássicas incorpora, portanto, particularidades que ainda estão latentes na contemporaneidade.

Desta forma, segundo Fernandes (2005), o Brasil configura-se por um capitalismo tardio, pois incorpora processos políticos de sociedades que não eram a dele. Além disso, manifesta-se de modo heterogêneo no sentido de uma realidade social que não se desenvolve em torno de um projeto nacional, pautado pelas necessidades de suas classes. Ao contrário, seu desenvolvimento se dá de acordo com as necessidades do grande capital. Assim, para Florestan, nestes países de capitalismo dependente a luta política se organiza em torno de um círculo restrito.

Os países de capitalismo dependente, segundo Florestan, fundamentam-se necessariamente em uma ordem social competitiva e em uma sociedade de classes. As relações capitalistas convergem para uma combinação entre arcaico e moderno, como já sinalizava Lênin (1980), uma combinação que, de acordo com os interesses das classes dominantes, permite ser remodelada, redefinida, reorientada, mas não necessariamente superada. Afinal, por esta lógica, se o capitalismo se desenvolve no campo com o latifúndio, para quê extingui-lo, e fazer reforma agrária, por exemplo?

Perceba, portanto, que este modelo de dependência, reproduzido pelas classes dominantes brasileiras, é um processo cruel, pois impossibilita, ainda dentro da ordem capitalista, melhorias para a classe trabalhadora. Nestas condições, o desemprego é estrutural, as políticas públicas e sociais são extremamente precarizadas e as consequências disto são ainda mais danosas para a juventude trabalhadora, como veremos mais adiante.

Outra característica importante para pensar a particularidade da sociedade brasileira, que se tornou capitalista por uma forma particular de revolução burguesa, é justamente o fundamento

utilizado pelas classes dominantes de fazer com que as classes populares perpetue uma condição de fragilidade, justificando assim a atuação de um Estado autoritário e interventor. Contudo, Fernandes (2005) nos alerta que este processo não clássico traz implicações para todas as classes brasileiras, demonstrando que tanto trabalhadores quanto burgueses têm dificuldade de trazer para o cenário da luta de classes um projeto de sociedade efetivo, nacional e popular. Longe disso, como ressalta o autor, a burguesia segue utilizando-se do aparato estatal para manter sua dominação.

(...) Ela [a burguesia] não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. (...). (FERNANDES, 2005. p. 240-241).

Neste momento é importante situar que o Brasil torna-se capitalista por uma via não clássica, e que, além disso, estamos tratando de um país de capitalismo tardio e dependente e que, portanto, revela o que Fernandes (2005) apontou acima, uma fragilidade de disputa de projetos societários. A burguesia no Brasil não foi capaz de mobilizar amplos setores da sociedade para seu projeto “revolucionário”. Ao contrário, tornou-se dominante sem ser dirigente utilizando-se da esfera estatal como mecanismo de dominação e isso trará implicações concretas para a organização e luta das classes no país.

Segundo Florestan Fernandes, o problema central das economias dependentes é que o processo de modernização fica à mercê de burguesias impotentes para superar a situação de subordinação externa e onipotentes para impor unilateralmente a sua vontade ao conjunto da população. Nesse sentido, o desenvolvimento dependente aparece como o produto de burguesias incapazes de levar às últimas conseqüências as utopias de que são portadoras: a revolução nacional e a revolução democrática. O nó da questão encontra-se na perpetuação de um padrão de luta de classes que impede a emergência do povo no cenário político. (...). (SAMPAIO JÚNIOR, 1999, p.143-144).

No mesmo sentido, quando Gramsci desenvolve suas reflexões sobre o processo de unificação da Itália e, desvela os processos de revolução passiva vivenciados naquela realidade, aponta para um movimento completamente oposto a uma revolução democrático-popular, ou seja, as classes populares são insistentemente excluídas dos processos revolucionários.

Destacamos como elemento essencial para análise da realidade brasileira, o fato de, na construção social e cultural do país, as camadas populares estarem à parte dos processos

“revolucionários”. Os arranjos feitos de cima, os episódios de revolução passiva irão desenhar o caráter das classes sociais no país, do Estado, da relação entre ambos e das formas de resistência e construção da cultura. São justamente estes elementos que irão guiar as análises de Coutinho (1992) para elucidar o processo que culminou na opção das camadas dominantes pelo projeto neoliberal no país.

Para buscar demonstrar o caminho que levou a hegemonia do projeto neoliberal na sociedade brasileira Coutinho (1992) parte do período de esgotamento da ditadura de 1964, do processo de transição democrática do país, que segundo o autor, tratou-se de uma “transição fraca”, isto é, de mais um episódio de arranjos feitos pelo alto. Segundo o autor, a saída para o processo de redemocratização do país, através da imbricada relação entre acordos feitos “de cima” - entre as classes dominantes internas e estrangeiras - e de movimentações vindas “de baixo” - da sociedade civil -, que se manifestam, inclusive, no processo eleitoral controlado pelas forças no poder apenas serviram para, não superar, mas fortalecer elementos tradicionais, arcaicos e arraigados na cultura política do Brasil, traços, como aponta o autor, autoritários e excludentes. (COUTINHO, 1992, p.52-53).

As análises de Coutinho (1992) nos revelam importantes elementos para compreender a realidade brasileira naquele período. De um lado, reforça a idéia de que o jogo político brasileiro adota a revolução passiva como uma tática para as classes dominantes se manterem no poder e que o fim da ditadura não eliminou estes traços, ao contrário. Por outro lado, demonstra a complexificação da sociedade brasileira, pois a ditadura, para ele, permitiu a consolidação de um elemento contraditório que está justamente no fortalecimento da sociedade civil, mais especificamente das organizações políticas da classe trabalhadora. Se de um lado prevalece o arranjo pelo alto, por outro lado, se consolida uma forte movimentação de baixo, em que a sociedade civil vai se fortalecendo e construindo possibilidades concretas de disputa de projetos, de contra-hegemonia. Assim, torna-se visível o processo de “ocidentalização” que o Estado brasileiro vem passando.

Referimo-nos ao processo de ocidentalização baseado nos conceitos de “oriente” e “ocidente” em Gramsci, que não se relacionam com orientações geográficas. Ao contrário, o autor desenvolve seu pensamento em uma conjuntura de complexificação das relações sociais. A política enquanto esfera da vida social se complexificou, e o que Gramsci consegue enxergar, ao contrário do período em que Marx desenvolvia sua teoria sobre a sociedade capitalista, é que o

Estado vem passando por um processo de ampliação, agora se dispõe a construir políticas sociais, por exemplo, e as pessoas se sentem representadas neste Estado. Portanto, as categorias oriente e ocidente são essencialmente políticas.

Nas palavras de Gramsci: (...) “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” [p.297]. (COUTINHO, 2011, p. 22-23). Neste caso, o processo de ocidentalização diz respeito ao momento em que estavam postas, na sociedade brasileira, as condições de manter o equilíbrio de forças entre sociedade política e sociedade civil.

A partir disso, Coutinho (1992) busca demonstrar que existiam sujeitos, naquela conjuntura, que traziam para a disputa política, na sociedade civil, a possibilidade de ter feito uma “transição forte” para a redemocratização. Naquele contexto, atuavam de forma combativa o novo sindicalismo, partidos populares, nesse ponto o autor destaca tanto a Central Única dos Trabalhadores quanto o Partido dos Trabalhadores que conseguiram materializar os anseios dos setores populares da sociedade brasileira, além de contar com o papel importante dos setores progressistas da igreja católica. Deste momento de fortalecimento da sociedade civil foi possível perceber a disputa concreta entre dois projetos societários. De um lado, o liberal-corporativo, modelo hegemônico nos Estados Unidos e que tinha respaldo pelas classes dominantes internas; por outro lado, fomentava-se a construção de um projeto de democracia de massas para o Brasil.

Vale destacar que, este elemento que Coutinho (1992) nos apresenta, da disputa efetiva entre projetos distintos na sociedade brasileira, vai ser essencial para compreender o desenrolar das contradições da década de 1990 no país que culminam na opção pelo neoliberalismo. Por um lado, este quadro demonstra o amadurecimento político das classes sociais brasileiras que trazem para o cenário político projetos societários que disputam a direção dos rumos do país. A sociedade civil se complexifica, possibilitando organização política das classes populares, reforçando a ideia de que o povo pode e deve tomar os rumos do país pelas suas próprias mãos e que é capaz de pensar e fazer política.

No entanto, o que dá o tom fraco de transição para a democracia no país e que, irá construir as bases para a implementação do neoliberalismo, está no fato de que, a burguesia no Brasil, dependente e atrelada aos interesses do capital internacional, utiliza-se de elementos do transformismo, da cooptação para enfraquecer e desmobilizar a organização popular. Desta

forma, o processo de redemocratização do país se desenvolve sem alteração substantiva no bloco de poder.

As organizações populares, movimentos sociais, partidos, sindicatos que se movimentavam desde baixo na sociedade brasileira naquele momento se articulavam em torno de um projeto de democracia de massas, baseado na configuração da sociedade civil da Europa. Segundo Coutinho (1992), este projeto tinha como objetivo principal a participação ativa das massas nas decisões políticas do país, fortalecendo o trabalho e as organizações de base, consolidando sindicatos combativos e partidos programaticamente estruturados. Com isso, reforça a participação política e a confirmação da cidadania, configurando assim, uma sociedade civil mais pluralista, com a disputa política em um nível mais elevado. A partir disso, trazia como pauta a necessidade de executar as reformas estruturais da sociedade, mostrando-se, como afirma Coutinho (1992), ser, este projeto, um caminho necessário para a consolidação do socialismo na sociedade brasileira. (COUTINHO, 1992, p. 59-60).

No entanto, as movimentações políticas internas e externas impossibilitaram a vitória deste projeto na sociedade brasileira. Os arranjos feitos de cima levaram o projeto liberal corporativo a conquistar hegemonia na sociedade. Este projeto fundamentava-se na configuração da sociedade civil norte-americana, com uma organização voltada para interesses corporativos e privatistas, visando a reprodução da ordem capitalista. Desta forma, os partidos não apresentam uma dimensão de classe social, da mesma forma os sindicatos são pretensamente a-políticos e buscam resultados imediatos, corporativos. A lógica deste projeto é a baixa participação política.

As eleições diretas de 1989, no Brasil, conseguem sintetizar a disputa entre os dois referidos projetos e a materialização da transição fraca. Por um lado, Lula representava o projeto de democracia de massas, a esperança de que as classes populares no Brasil pudessem conquistar hegemonia e dar direcionamento para os rumos do país. Por outro lado, Collor era a figura que apresentava o projeto liberal-corporativo e com sua vitória a incorporação do neoliberalismo nos anos 1990 foi uma consequência inevitável. Reorganiza-se o desenvolvimento do país em conformidade aos interesses do grande capital estrangeiro e aprofunda-se os princípios da democracia burguesa.

Para Coutinho (1992), a disputa por hegemonia entre os dois projetos em questão ainda é mais agravada por condições internacionais, em especial, no que se refere à crise do socialismo e

a incapacidade de muitos movimentos e partidos comunistas em construir um efetivo programa e projeto societário.

Esse déficit programático é uma das principais causas da acentuada perda de posições, por parte da esquerda, na batalha pela hegemonia que se trava hoje no plano internacional. Um primeiro reflexo desse recuo hegemônico é a radical diminuição da base eleitoral dos partidos comunistas e, ainda que em menor medida, também dos partidos social-democratas em todo o mundo, mas sobretudo na Europa, que, sob muitos aspectos, foi e continua a ser o continente onde mais fortemente se manifesta a presença da esquerda. Um outro reflexo – mais grave, porque de natureza estrutural – é o fato de que o tradicional “modelo europeu” de estruturação política, que antes chamei de “democracia de massas” começa a ceder lugar na própria Europa ao “modelo americano” ou “liberal corporativo”. (...) Parece assim se consolidar no mundo uma hegemonia neoliberal, como se o “modelo americano” – velho *american way of life* – finalmente realizasse o seu sonho expansionista de dominação universal. (...). (COUTINHO, 1992, p. 69-70).

A conjuntura internacional, de um lado, com a crise do socialismo, de outro, com a crise estrutural do capitalismo, possibilitou a construção da hegemonia norte-americana em torno do projeto neoliberal enquanto a saída para a crise estrutural do capitalismo. A hegemonia do projeto neoliberal e a possibilidade concreta de efetivar “o sonho expansionista norte-americano” trará implicações para as relações sociais e culturais do país.

Este quadro se concretiza, no Brasil, com a vitória de Collor nas eleições de 1989. Desde então, passamos a sentir os efeitos da lógica do neoliberalismo como se vivêssemos um processo constante e profundo de contra-reformas. Através da redução do papel do Estado e do aumento do poder das leis do mercado. O cenário que se materializava era de um crescente processo de privatizações combinado com o sucateamento intencional dos serviços públicos. Neste mesmo pacote de medidas econômicas alinhadas a reestruturação produtiva do capital tem-se a flexibilização das relações trabalhistas, as terceirizações e o aumento do número de desemprego estrutural.

O caminho que se abria naquele momento ia numa direção completamente contrária aos princípios de um projeto democrático e popular construído no período de redemocratização. Isso fica ainda mais evidente na organização dos trabalhadores, como aponta Badaró (2009), uma vez que o novo ciclo do sindicalismo brasileiro, no período de redemocratização, logo começou a dar sinais de declínio, pois para Badaró, em 1989, tem-se a última demonstração da força do sindicalismo brasileiro, uma greve geral, que durou dois dias e contou com a participação de mais de 20 milhões de trabalhadores.

A partir disso, na década de 1990, o quadro do país demonstra uma queda no número de

greves, no número de sindicalizados, a dificuldade das direções em mobilizar as bases, dificuldades financeiras e indefinições político-ideológicas das direções sindicais, agravado principalmente pela instituição do neoliberalismo no país:

(...) a proposta neoliberal chegou ao poder com a eleição de Fernando Collor de Melo para a Presidência da República, em 1989. Collor assumiu a Presidência após acirrada disputa, em segundo turno, contra o candidato do PT – Luís Inácio Lula da Silva -, em campanha marcada pelo discurso de combate à corrupção. Mal tomou posse, por meio de mais um plano econômico baseado em congelamento de salários, o novo presidente deixou claro que os trabalhadores continuariam a pagar a conta. (MATTOS, 2009, p. 128-129).

Com a opção político-ideológica das frações da classe dominante brasileiras de alinhar o país ao ideário neoliberal têm-se as bases para o processo de desmonte da organização dos trabalhadores e do enfraquecimento de seus órgãos representativos.

No plano social o projeto neoliberal que se inicia no governo Collor ganha maior proporção com o primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso

(...) a *direção social* do primeiro governo FHC foi rigorosa, coerente e sistemática: em aberta contradição com seu passado democrático e com suas promessas de campanha, FHC, desde os seus primeiros dias no Planalto, presidiu um governo direcionado contra os interesses e aspirações da massa dos trabalhadores brasileiros. Prova-o, entre outros indicadores mais que suficientes, a condução da política social (ou, se se quiser, das políticas sociais) ao longo do seu primeiro mandato. (NETTO, 1999, p. 75).

Completamente orientado pelos fundamentos do neoliberalismo a postura do governo FHC em relação às políticas sociais no Brasil segue como apontam Behring e Boschetti (2001):

(...) os direitos mantidos pela seguridade social se orientam, sobretudo, pela seletividade e privatização, em detrimento da universalidade e estatização. (...) A saúde pública padece de falta de recursos, o que se evidencia nas longas filas, na demora para prestação dos atendimentos, na falta de medicamentos e na redução de leitos. Há uma forte tendência de restringir a saúde pública universal em um pacote de “cesta básica” para a população pobre, conforme vem apontando os jornais. (BERING e BOSCHETTI, 2011, p. 161).

Completam,

Isso explica o retorno à família e às organizações sem fins lucrativos – o chamado “terceiro setor”, categoria ao bem desmistificada por Montañó (2002) – como agentes do bem-estar, substituindo a política pública. Ao não se constituir como uma rede complementar, mas assumir a condição de “alternativa eficaz” para viabilizar o atendimento das necessidades, esse apelo ao “terceiro setor” ou à “sociedade civil”, aqui mistificada, configurou-se como um verdadeiro retrocesso histórico. (...). (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 162).

Com a crise estrutural do capital as classes dominantes optaram por reduzir os gastos públicos com áreas que não impulsionassem a economia e o pleno desenvolvimento do capitalismo, ou seja, as áreas sociais.

Sendo assim, o alinhamento das classes dominantes brasileiras com o projeto neoliberal caracterizou um dos períodos mais dramáticos da realidade brasileira, sem garantias de direitos e estabilidade no trabalho, com aumento das terceirizações, precarização e desemprego uma parcela significativa da população precisava recorrer às políticas sociais que por sua vez estavam cada vez mais focalizadas. Com a redução dos gastos do Estado com as políticas sociais recai sobre “organizações da sociedade civil” o trato das expressões da questão social, despolitizando-as, invisibilizando seu fundamento - que é a contradição entre capital e trabalho -, e levando para o plano do assistencialismo e da refilantropização.

No plano político, a opção das frações da classe dominante brasileiras de alinhar o país ao ideário neoliberal se expressa no processo de desmonte da organização dos trabalhadores e do enfraquecimento de seus órgãos representativos. O que se presencia no Brasil é um descenso da luta dos trabalhadores potencializado tanto pelas condições objetivas, da situação de precariedade e instabilidade promovidas pelos princípios do neoliberalismo, além do processo de cooptação, como discorremos anteriormente, de grupos e indivíduos que atuaram organicamente para a consolidação de uma democracia de massas no país. Como aponta Badaró (2009) o que fora construído como proposta do novo sindicalismo – de atuar com autonomia e liberdade democrática – não se concretizou, uma vez que a tendência das ações sindicais se reduziu a garantia de planos privados de saúde – haja vista o sucateamento intencional dos serviços públicos, no entanto o que não aparece como pauta é a luta pelo melhoramento destes serviços -, construção de espaços recreativos para os trabalhadores e famílias. Atrelado a isso, outra tendência, como aponta Badaró (2009), é a construção de uma “carreira sindical”, figuras que se apropriam do sindicato para manterem-se nos cargos da direção, em alguns casos, até mesmo utilizam-se do aparelho como meio para impulsionar campanhas eleitorais. Assim, distanciam-se cada vez mais dos interesses da base e perdem a perspectiva ético-política destes instrumentos.

No entanto, não devemos perder de vista as análises de Coutinho (1992) em que podemos constatar que embora o projeto neoliberal tenha conquistado hegemonia na sociedade brasileira, a sociedade civil demonstrou-se plural, complexa e forte. Cabe aos sujeitos coletivos da classe

trabalhadora incidir sobre este elemento ao ponto de construir um campo fértil de disputas, possibilitando a construção da contra-hegemonia pelos setores contrários ao neoliberalismo.

Portanto, para que as classes dominantes consigam manter a hegemonia do projeto neoliberal será preciso renovar constantemente seus modelos de dominação e reprodução. Para isso, entendem que a luta por hegemonia também se constroi no plano superestrutural das relações sociais e será na esfera cultural que o neoliberalismo encontrará sua base ideológica de sustentação, mais especificamente com a pós-modernidade.

## **1.2. Pós-modernidade e os desafios contemporâneos da organização da cultura**

Propomo-nos neste estudo buscar compreender os caminhos de resistência encontrados pela juventude trabalhadora no Brasil neoliberal. Na aproximação desta discussão percebemos que, a pós-modernidade, enquanto uma das bases ideológicas de sustentação do neoliberalismo se apresentaria como um dos desafios para a organização desta juventude, dificultando seu reconhecimento enquanto classe trabalhadora e sua identificação a um projeto societário emancipatório e comprometido com os anseios populares.

Desta forma, buscaremos demonstrar alguns elementos que nos levam a afirmar que a pós-modernidade se manifesta enquanto lógica cultural de reprodução do capitalismo tardio. Partindo do entendimento de que um dos fundamentos da pós-modernidade é negar os princípios do projeto de modernidade, tentaremos elucidar alguns traços do contexto histórico em que se desenvolve esta problemática.

O período de Ilustração foi um momento de intensas mudanças em todas as esferas da sociedade. As ciências e as artes foram áreas que se complexificaram e que estas transformações puderam ser mais evidentes. De modo geral, tratava-se de um momento revolucionário que permitia aos sujeitos daquela época o questionamento, a crítica, fazendo, portanto, com que fosse possível colocar em pauta a construção de uma nova ordem societária.

Este movimento de questionamento foi marcado pela crítica da cultura teocêntrica e a instauração do antropocentrismo, pois naquele momento a humanidade passa a entender o processo de teleologia, e compreende que o mundo não estava regido por leis divinas como se fazia acreditar na Idade Média o que justificava a dominação dos reis e senhores. Com isso, questionava-se o irracionalismo e instaurava-se a era da razão moderna.

A razão moderna instaura o período em que tudo no mundo pode ser conhecido, e ao conhecer, a humanidade é capaz de entender este mundo, de criar relações de causa e efeito, capaz de controlar a natureza, organizar relações sociais, é capaz de questionar, criticar e transformar a realidade.

Constroi-se, portanto, a partir do Iluminismo, nesse contexto de transformações sociais profundas, em que todas as estruturas da sociedade estavam sendo questionadas, as possibilidades históricas para a consolidação do projeto de modernidade.

(...) Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas “para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas”. A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e a da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas. (HARVEY, 2012, p. 23).

É preciso frisar que todas essas mudanças aconteceram num contexto marcado pela crise do feudalismo e ascensão da burguesia. Sendo assim, o projeto de modernidade tinha um sujeito muito bem definido que naquele momento seria capaz conduzir uma revolução, isto é, superar a sociedade feudal e instaurar uma nova sociabilidade que desse conta de abarcar os interesses daquela nova camada social.

No entanto, este projeto revolucionário fez sentido até a consolidação do capitalismo, ou seja, até a burguesia conquistar hegemonia em todas as esferas da sociedade. A partir disso, como vimos, instaura-se a sociedade dividida em classes antagônicas e a burguesia ao tornar-se classe dominante, torna-se uma classe conservadora.

Desta forma, a burguesia perde a necessidade de promover mudanças na estrutura social, perde o horizonte revolucionário. Com isso, torna-se uma classe conservadora, mantenedora da ordem e ela própria começa a construir a ideia da crise do projeto de modernidade. Se a burguesia se propunha a reorganizar as relações sociais de modo a garantir direitos universais, desenvolvimento das ciências e do conhecimento, o que se passou a vivenciar foi uma sociedade baseada na exploração e na dominação. A natureza passou a ser mercantilizada e a riqueza

socialmente produzida passou a ser apropriada de forma privada, da mesma forma que o conhecimento e as ciências.

A opção da burguesia não foi a consolidação dos princípios do projeto de modernidade. Ao contrário, ao abandonar o caráter revolucionário, a burguesia engendra os mecanismos de aprofundamento das relações capitalistas, constroi sua própria sociabilidade. Assim, contraditoriamente, define os fundamentos para a construção de um sujeito que “herda” o projeto de modernidade, de superação da sociedade capitalista, a classe trabalhadora.

A partir disso, o que se desenlaça na história da humanidade é a complexificação, o aprofundamento e o acirramento da luta de classes. Tem-se de um lado, a burguesia, preocupada em manter-se no poder, se apropriando da riqueza socialmente produzida. Para isso, sofisticam-se suas formas de exploração, consolida-se um aparato ideocultural para legitimar seu domínio que se expande por todo o globo, e a apropriação privada desta riqueza concentra-se cada vez mais em um número menor de capitalistas. Por outro lado, a classe trabalhadora, demonstra seu fortalecimento construindo experiências concretas de enfrentamento ao capital, como a Revolução Russa, o “socialismo real”, mostrando sua capacidade de direcionar, sob novas bases, o rumo da humanidade.

Entretanto, com as transformações em curso, a partir da década de 1970, o mundo presenciou sintomas que apontavam tanto para uma crise estrutural do capitalismo quanto uma crise do “socialismo real”. A sociedade parecia estar imersa em um vazio ideocultural, intensificado por uma crise econômica, social, política e cultural do sistema capitalista.

Esse contexto de crise aguda da sociabilidade burguesa e do socialismo real tornara-se, portanto, o terreno fértil para a construção de análises pós-modernas da realidade social. Análises que apontavam para a necessidade de superação e negação da história anterior àquele momento. Logo, de superação e negação do projeto de modernidade.

A crise de superacumulação iniciada no final dos anos 60, e que chegou ao auge em 1973, gerou exatamente este resultado. A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e fragmentação assumiram precedências sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas. (HARVEY, 2012, P. 293).

Nesse sentido, começou-se a desenvolver a crítica à metanarrativas e ao legado marxiano, pois acreditava-se que as teorias marxianas e marxistas não eram capazes de explicar a sociedade

a partir da década de 1970. Como afirma Guimarães (2005), muitos teóricos passaram a defender a idéia da perda da centralidade do trabalho como categoria de análise da realidade. As relações sociais e do próprio mundo do trabalho estavam extremamente fragmentadas devido ao processo intencional de reestruturação das bases de exploração do capital. No entanto, o que se pensava na época é que surgia uma nova sociedade capitalista, mais avançada e que conseqüentemente necessitava de novas formas de interpretação.

Por esta lógica, de fragmentação das relações sociais e individualismo exacerbado, não fazia mais sentido falar em revolução, nem em sujeito revolucionário. A realidade parecia impor a busca pelo reconhecimento das individualidades e das subjetividades coletivas. Com isso, negam-se as metanarrativas, e o que importa são as conquistas e lutas imediatas.

Nesse momento, é importante relembrar algumas considerações, pois quando dizemos que as crises são inerentes ao capitalismo queremos ressaltar que as causas dessas crises advêm da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, e que disso resultam inúmeras manifestações que se expressam, por exemplo, no fato de que estas mesmas crises passam a estimular um movimento que eleva o processo de acumulação a um novo patamar. E é justamente este elemento que gostaríamos de ressaltar, o fato de o capitalismo estar em constante renovação e a fase que se inicia a partir de 1970 complexifica as formas de exploração e dominação do capital, tendo a esfera cultural um espaço privilegiado para sua reprodução, o que nos impõe novos desafios para superação desta sociabilidade.

Entendemos que para o capitalismo seguir seu processo de acumulação, exploração e dominação foi preciso reorganizar as relações sociais em que por um por um lado, no plano político e econômico, tem-se a implementação do projeto neoliberal, como apontamos anteriormente, por outro lado, no plano cultural, utiliza-se dos fundamentos da ideologia pós-moderna como elemento essencial e funcional para a reprodução deste sistema. Jameson (1997) afirma que

(...) a nova cultura pós-moderna global, ainda que americana, é expressão interna e superestrutural de uma nova era de dominação, militar e econômica, dos Estados Unidos sobre o resto do mundo: nesse sentido, como durante toda a história de classes, o avesso da cultura é sangue, tortura, morte e terror. (JAMESON, 1997, p. 31).

O objetivo central do capital é a acumulação, para isso precisa expandir e explorar cada vez mais novos territórios. A cultura é um dos elementos essenciais que possibilita esta expansão

e dominação, pois na dimensão da cultura se complexificam os enfrentamentos travados no plano da estrutura, se assimilam valores, constroem identidades, reconhecimento.

Desta forma, um dos elementos que merece ser situado neste processo é justamente a indústria cultural, que se manifesta como um dos desafios encontrados na contemporaneidade para a organização da juventude trabalhadora. Através do consumo, um dos pilares da indústria cultural, tem-se construído a imagem idealizada de uma juventude, que pode e deve ser comprada.

A indústria cultural radicaliza a lógica mercantilista da sociedade do capital e faz com que a arte e as manifestações culturais obedeçam à lógica capitalista de produção e às exigências do mercado.

(...) a partir da segunda revolução industrial no século XIX e prosseguindo no que hoje em dia se denomina sociedade pós-industrial ou pós-moderna, as artes que haviam se tornado autônomas ou se liberado da submissão à religião, foram submetidas a uma nova servidão: as regras do mercado capitalista e a ideologia da 'indústria cultural' (expressão cunhada por Theodor Adorno e Max Horkheimer numa obra intitulada *Dialética do esclarecimento*, para indicar uma cultura baseada na idéia e na prática do consumo de 'produtos culturais' fabricados em séries. A expressão indústria cultural significa que as obras de artes são mercadorias, como tudo o que existe no capitalismo. (CHAUÍ, 2005, p. 209 apud. GODOIS).

Sendo assim, a atual fase do capitalismo nos impõe o desafio de construir alternativas para romper com a dominação da cultura norte-americana, a imposição de um padrão de vida que vai desde o consumo de determinados alimentos ao consumo de determinadas marcas de roupas, carros e aparelhos tecnológicos. Aliás, a exacerbação do consumo passa a ser o elo fundamental de dominação do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Outro ponto que merece destaque é que mesmo sendo uma lógica funcional ao desenvolvimento do capitalismo a pós-modernidade nos oferece alguns elementos importantes para problematizar. Impõe-nos o desafio de entender que a realidade está em constante transformação e nesse sentido nos faz pensar como os sujeitos coletivos da classe trabalhadora têm absorvido as transformações em curso na sociedade decorrentes do processo de crise estrutural do capital, como incorporam as novas demandas advindas da reestruturação produtiva. Para os mais desatentos a lógica neoliberal realmente parece jogar por terra a noção de classe e revolução, afinal as condições de trabalho estão cada vez mais fragmentadas, e as saídas para as condições precárias de vida são cada vez mais focalizadas e individualizadas.

No entanto, para nós é importante entender que a classe trabalhadora mantém sua centralidade, mas está mais complexa, não se trata de um conjunto homogêneo de sujeitos e se não nos atentarmos para as particularidades que passam a surgir, como questões geracionais, de raça e diversidade de gênero, movimento feminista, ambiental, lgbtt, isso ficará a cargo da pós-modernidade que contempla estas demandas, mas sem nenhuma pretensão de relacioná-las com a totalidade da vida social, a ideologia pós-moderna não está preocupada em relacioná-las ao modo de produção capitalista e fazer o recorte de classe. Sendo assim o projeto de transformação social que nos propomos a construir deve ser capaz de contemplar a complexidade da classe trabalhadora, ou encontramos alternativas concretas para incorporar estas novas demandas, ou deixaremos a cargo da pós-modernidade.

Como sabemos este sistema sobrevive pelas contradições que são inerentes e funcionais a sua reprodução, sendo assim, acreditamos que por um lado a juventude seja o sujeito que está mais vulnerável a incorporação da ideologia pós-moderna, do fetiche das marcas, da tecnologia, seduzidos pelo consumo desde o *fast-food* aos *best-sellers*, passando pelos filmes e os heróis construídos pela indústria cultural. Tendencialmente passam a constituir um modo de vida, pensar e expressar, potencialmente fundamentado pelo efêmero, fragmentado, imediato, atravessado pelas relações de consumo, com dificuldade de assimilar a luta de classes, de entender a totalidade da realidade social, e a necessidade de construir projetos societários. Ainda assim, e pelos mesmos impulsos - o que Groppo (2004) afirma ser a “condição experimental com a realidade presente” - que potencialmente levam os jovens a incorporar a ideologia pós-moderna, centramos nossa análise na juventude da classe trabalhadora que pelas condições concretas em que está inserida nesta lógica capitalista tende a se forjar enquanto o sujeito potencial para contribuir na recuperação e construção da cultura que trará formas de resistência (e superação) ao imperialismo.

O capitalismo, para consolidar sua estratégia da dominação, necessita da destruição da memória do povo, pela introdução de uma nova prática, também destrutiva, em que o homem destrói a natureza ao mesmo passo que se auto-destrói. Na agricultura, matam-se as sementes, na sociedade, matam-se as idéias, a identidade, a consciência. Eliminam-se as sementes das culturas de resistência. (GODOIS)

Nesse sentido, portanto, acreditamos que a juventude é o sujeito essencial para contribuir com o resgate da memória de lutas do povo brasileiro, sujeito imprescindível da classe trabalhadora para trazer para o cenário político o debate sobre o nacional e o projeto popular. A

juventude trabalhadora tem a potencialidade de contribuir na consolidação do debate necessário (diversidade sexual e de gênero, feminismo, negritude, etc.) para dentro do marxismo e dos instrumentos políticos da classe trabalhadora de modo a combater a visão fragmentada desse debate oferecida pela pós-modernidade, e que a cultura é a esfera privilegiada para a construção de alternativas concretas de superação da sociabilidade burguesa. Este é o debate que pretendemos sustentar na continuidade de nosso trabalho.

## **CAPITULO 2 - A EXPERIÊNCIA DA JUVENTUDE TRABALHADORA NO CONTEXTO DE RADICALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL**

Quando nos propusemos a iniciar um estudo sobre juventude, logo percebemos que não se tratava de uma tarefa fácil. A literatura sobre o tema tem nos revelado um universo complexo, desenhado por inúmeros desafios, atravessado por diversas variantes (históricas, sociais, políticas, culturais, ideológicas) e interpretado por diferentes correntes teóricas. A fim de encontrar um caminho para iniciar nossas reflexões sobre esta categoria, buscamos, a partir das contribuições de alguns autores, delimitar consensos e explicitar as principais contradições que perpassam a categoria juventude e que nos possibilitariam formular nossas análises sobre o tema.

Nesse sentido, pretendemos estruturar esta exposição de modo que possamos apresentar a constituição da categoria juventude, ressaltando momentos históricos em que o debate sobre estes sujeitos se fez mais significativo para, a partir disso, relacioná-la às variantes que permitem uma compreensão mais qualificada sobre a complexidade da juventude.

Pretendemos ainda, baseado em dados estatísticos dos censos de 1990, 1995 e 2001, construir um panorama do período mais radical do neoliberalismo no país e apresentar algumas considerações acerca da juventude da classe trabalhadora brasileira neste contexto. Sabemos que estes dados censitários podem apresentar limitações pela primazia de elementos quantitativos que não dão conta de compreender a totalidade da realidade, mas acreditamos que este exercício investigativo nos auxiliará na construção de um esboço a respeito das condições em que os jovens trabalhadores vivenciam a juventude no Brasil.

### **2.1. A construção das juventudes**

Como temos observado, o debate sobre juventude situa-se em um terreno extremamente complexo devido ao fato de não se tratar de uma categoria rígida, estática e universal. Ao contrário, logo se percebe que a apreensão da totalidade do universo juvenil só será possível se situada em um contexto histórico, social, político, cultural e ideológico.

Desta maneira, gostaríamos de traçar um caminho metodológico que nos possibilite uma visão geral da constituição histórica da juventude de modo que nos auxilie, mais a frente, na apreensão de sua complexidade ao relacioná-la a determinadas variáveis que compõem o

universo da juventude - como educação, trabalho, e cultura, ou mais especificamente expressões culturais (de resistência).

Para tanto, vamos nos utilizar neste momento das contribuições de alguns autores, partindo de Cassab (2001), para situar a constituição da categoria juventude. Decidimos iniciar o debate acompanhando o percurso construído pela autora e apresentar historicamente a constituição da categoria juventude, buscando trazer à luz algumas ponderações que pretendemos conseguir desenvolver neste estudo, demonstrar o desenvolvimento da categoria ressaltando as variantes que a compõem e que se manifestam ainda na contemporaneidade, tornando a juventude um debate radicalmente necessário.

De acordo com Cassab (2001), na Grécia Antiga já era possível perceber o desenvolvimento da noção sobre juventude. Naquele contexto, relacionava-se juventude à educação que os jovens recebiam, isto é, homens, das cidades, recebiam como meio de prepará-los enquanto cidadãos, na construção de sua autonomia. Tratava-se, portanto, de uma categoria que excluía deste processo de preparação para uma vida autônoma as mulheres nobres e os homens e mulheres escravizados.

Este aspecto excludente da juventude não é superado em Roma, mas, como demonstra Cassab (2001), inicia-se uma delimitação da juventude como uma fase específica no desenvolvimento humano, com reconhecimento jurídico, passível de tutela e proteção da família. No entanto, esta tutela da família e o respaldo jurídico devia-se quase que exclusivamente à preocupação em manter segura a herança, a propriedade da terra. (CASSAB, 2001).

(...) o jovem que surge no mundo romano é o rapaz oriundo da pequena nobreza e os segmentos que detinham o comércio o qual, pela complexidade das tarefas que assumiria e do patrimônio que deveria ser protegido, demandava um tempo mais longo de educação. Para as moças e jovens mais pobres ainda não havia qualquer reconhecimento desta condição. (CASSAB, 2001, p. 66).

Perceba que em Roma a juventude passa a ter reconhecimento jurídico (com a intenção evidente de perpetuar a manutenção dos bens da família e a propriedade de suas terras) enquanto uma fase específica da vida, mas o que gostaríamos de ressaltar é que está longe de ser superado neste momento a incorporação das mulheres e os sujeitos escravizados nesta fase. Na verdade, ao debruçarmos sobre a construção histórica da juventude percebemos que muitas contradições ainda perpassam estes sujeitos na contemporaneidade, e o que pretendemos problematizar neste estudo é o fato de que os jovens que foram escravizados e que hoje são trabalhadores não estão excluídos deste processo ou fase da vida, ao contrário, o que pretendemos analisar mais à frente é

justamente *como* os jovens das classes trabalhadoras vivenciam a juventude na contemporaneidade.

Seguindo a linha histórica, Cassab (2001) aponta que, na Idade Média, no entanto, essa regulamentação jurídica da juventude se dissolve, “na verdade os jovens não desempenhavam nenhuma função social como grupo” (CASSAB, 2001, p.67). Aos sete anos já se vestiam e começavam a se inserir no *mundo dos adultos*.

Destacamos, a partir das contribuições da autora, que a educação, compreendida como espaço de socialização e construção da autonomia, poderia ser desempenhada em qualquer momento da vida, na Idade Média, mas restrita aos membros das famílias nobres, pois aos sete anos os sujeitos que não pertenciam às camadas da nobreza já eram considerados capazes de executar determinados trabalhos, de criados a aprendizes em oficinas. Ocupavam o lugar na vida adulta, assumindo responsabilidades atribuídas a esta fase da vida sem a necessidade de vivenciar nenhum período de preparação. (CASSAB, 2001). Traçando mais um paralelo com a contemporaneidade, vale dizer que assim como o gênero vai desenhar um modo peculiar como os jovens irão vivenciar a juventude é inegável que a condição de classe também o fará.

Até a Idade Média, como pudemos perceber, a juventude não conformava um grupo social que exigisse dos outros setores da sociedade a construção de formulações densas, específicas, não havia grandes conflitos e contradições que demandassem pensar estratégias para tratar especificamente da questão dos jovens. No entanto, existem elementos presentes neste percurso que são muito relevantes para seguirmos com nossas análises, principalmente quando nos atentamos para o fato de que até aquele momento as mulheres estavam excluídas da noção de juventude, excluídas do processo de preparação para uma vida autônoma, bem como os jovens trabalhadores e escravizados, uma vez que a noção de juventude estava restrita aos homens filhos das famílias mais abastadas.

Na verdade, ao debruçarmos sobre a construção histórica da juventude, perceberemos que muitas destas contradições ainda perpassam estes sujeitos na contemporaneidade, e um dos elementos que pretendemos problematizar neste estudo é o fato de que os *jovens trabalhadores* não são excluídos deste processo ou fase da vida. Ao contrário, o que pretendemos compreender mais à frente é justamente *como* os jovens das classes trabalhadoras vivenciam a juventude, qual o lugar para esta juventude nos projetos hegemônicos do capital e quais as maneiras de resistir e superar esta condição *subordinada* de vivenciar a juventude.

Se até o momento já nos foi possível sublinhar estas contradições, é justamente a modernidade o período em que os autores tendem a consentir como o desenvolvimento mais amplo da noção de juventude e do acirramento e surgimento das contradições que compõem o universo juvenil. Isto só será possível pelo fato de a modernidade ser o momento histórico em que se vivencia de forma mais evidente os embates das classes sociais, mudanças significativas nos padrões culturais que permitem experiências mais complexas para a juventude.

Cassab (2001) afirma que a industrialização é justamente o momento mais marcante na história da juventude. As transformações em curso com a modernidade promovem modificações na sociedade dividindo-a, antagonicamente, em duas classes, o que surtirá em contradições jamais vivenciadas e ainda latentes na contemporaneidade.

Da mesma forma, Groppo (2004) reafirma que a juventude foi uma preocupação constante ao longo da história e que o início dessa problemática está relacionada com o desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, com o capitalismo industrial, o crescente e desordenado processo de industrialização e urbanização dos países europeus trouxe à tona inquietações para intelectuais, cientistas, Estado, instituições privadas a respeito da relação existente entre os efeitos negativos do capitalismo, as expressões da questão social e a questão da juventude, tratada naquele momento como um *problema*, e identificada a grupos de *delinquentes* e criminosos.

Percebemos que com advento da modernidade e a constituição do sistema capitalista constroem-se as condições históricas, sociais, culturais para se desenvolver mais profundamente as configurações no modo de pensar a juventude, mas ainda assim com muitas limitações, uma vez que a compreensão do universo complexo e contraditório que é a juventude parecia ser reduzido a um *problema*. A questão central que se desenlaça neste enredo, e que devemos nos atentar, é que a juventude em si não vista como um problema, mas para as classes dominantes uma determinada juventude estava colocada como um problema, a juventude da classe trabalhadora.

Nesse sentido, parece-nos evidente que reduzir a compreensão sobre juventude a um *problema*, *desvio*, *anormalidade* relaciona-se ao fato de que, como aponta Groppo (2004), a interpretação sobre a juventude ter sido historicamente influenciada pela visão funcionalista e naturalista,

(...) a visão funcionalista absorve parte da concepção naturalista de juventude que permeia a psicologia e a medicina, justamente no que se refere à noção de que existem

estados “normais”, saudáveis, estabelecidos a partir de “leis sociais” positivamente inteligíveis. Se há normalidade, pode haver anormalidade, doença, anomia – aquilo que foge do padrão, do esperado, que destoa e não faz “funcionar” corretamente o sistema social. (GROPPO, 2004, p. 13).

Se partimos para uma interpretação superficial da realidade, é comum que nossas análises se reduzam aos elementos aparentes, aos vícios, a delinquência, ao crime, a pobreza. No entanto, a juventude se desenvolve na modernidade a partir da divisão antagônica da sociedade em classes, e é justamente a exploração de uma classe sobre a outra, através da apropriação privada da riqueza socialmente produzida que se tem a gênese das contradições e dos conflitos do universo juvenil (e não só juvenil).

Ainda sob a influência do pensamento positivo-funcionalista, e para atender às exigências do projeto de modernidade, como aponta Groppo (2004), desenvolve-se a perspectiva de divisão em faixas etárias buscando delimitar o lugar que cada sujeito deveria ocupar na sociedade, bem como seus deveres e direitos, e o papel do Estado. Desta forma, tomavam a juventude como um grupo homogêneo de sujeitos que partilhavam da mesma faixa etária e que demandavam, para além da família, espaços de socialização (institucionalização) para preparação para a vida adulta.

A moderna estrutura das faixas etárias, incluindo a juventude, foi, como muitos outros produtos da modernidade, pensada como uma categoria universal, abstrata, generalizante e mesmo ideal. É mais um dos frutos do pensamento ideológico liberal, pensamento este que unia a interpretação das “leis naturais” com a definição abstrata e genérica dos padrões ideais de civilização e humanidade, padrões que estariam sendo atendidos conforme se respeitavam estas “leis naturais” (Mannheim, 1986). (...). (GROPPO, 2004, p. 12).

Segundo Groppo (2004), as sociedades pré-modernas se organizavam a partir do que ele definiu como grupos heterogêneos, geralmente hegemônicos pela família e por certo grau de parentesco, os sujeitos ali se relacionavam e construíam sua socialização dentro de grupos com sujeitos de diferentes idades.

Para o autor, a divisão da sociedade em grupos etários tornou-se uma necessidade das sociedades modernas que, pela complexificação das relações sociais, exigia uma socialização dos sujeitos para além da família, uma “segunda socialização”. (Groppo, 2004).

No que se refere às instâncias socializadoras advindas do processo de modernização das sociedades, o autor aponta a escola como o espaço privilegiado de socialização da juventude – destaca ainda que na segunda metade do século XX, esse processo de socialização foi hegemônico pelas universidades e pelo mercado de consumo juvenil, tendo os EUA como

precursor deste processo. O autor ressalta que estes espaços vão impondo valores, formas de comportamento que vão desenhando uma forma de ser da juventude.

No entanto, Cassab (2001) nos chama atenção para o fato de que se por um lado, aos jovens burgueses a escolarização aparecia como um caminho de preparação para a vida adulta, aos jovens trabalhadores esta via se fecha e abre-se como alternativa o serviço militar cumprindo a função de educar e socializar estes jovens sob os valores burgueses.

Desta forma, como aponta a autora, logo, tornou-se o alistamento militar obrigatório, ainda que diante de muita revolta entre os jovens. Os jovens trabalhadores que se manifestavam contra o alistamento eram reprimidos, e os jovens burgueses que não queriam se alistar pagavam uma determinada quantia para se eximir da obrigação. Assim (...) “começa a se forjar então um ideal de masculinidade, delineando-se um perfil do jovem viril, distanciado do mundo das “fragilidades e futilidades” femininas, com um corpo forte formado pelo exercício e com um caráter rijo de moralidade e patriotismo.” (CASSAB, 2001, p. 69).

Nesse sentido, como aponta Cassab (2001) constrói-se, por um lado, o jovem, filho da burguesia que pode estudar, freqüentar a universidade para se preparar para gerir os negócios da família. No entanto, a autora ressalta que “a disciplina e a obediência, tal como nas instituições militares, eram a base da pedagogia da época. Esta pedagogia supõe uma estrita vigilância sobre os jovens.” (CASSAB, 2001, p. 67). Assim, ainda reforça que esta vigilância, de um lado, da família, de outro, da escola, baseava-se justamente no fato de que, neste período, os jovens passaram a representar um *investimento em potencial*, portanto, nesta lógica, passíveis de vigilância.

Cassab (2001) aponta que, assim como nas famílias burguesas, a vigilância também se tornara algo comum às famílias operárias da época. Contudo, para estas, o monitoramento dos jovens se dava de modo a impedir determinadas atitudes que estavam muito mais no imaginário que se passou a desenhar do *jovem delinquente*, de impulsos sexuais selvagens, que precisavam ser reprimidos. Constituí-se enfim, como apontamos anteriormente, a imagem daquele jovem “que, inconformado com a existência de pobreza de seus pais e alimentando desejos de consumo, ocupa as ruas da cidade”. (CASSAB, 2001).

A vigilância dos jovens na modernidade se dava, portanto, por interesses muitos distintos. Se por um lado, precisava-se de instituições socializadoras, especialmente escolas e universidades, para os jovens burgueses, era pelo fato destes sujeitos se apresentarem como

investimento em potencial, quem deveria gerir, com excelência, os bens da família. Por outro lado, nas famílias dos jovens trabalhadores, esta vigilância se baseava na repressão, a partir do imaginário construído do jovem delinquente que precisa de regras e disciplina, justificando a obrigatoriedade do serviço militar, por exemplo.

Além da escola e da universidade, Groppo (2004) nos mostra que existiam outros espaços de socialização da juventude, como igrejas e partidos políticos, por exemplo, mas o que busca ressaltar é que neste processo de socialização (institucionalização) dos jovens existe o elemento de contradição, o que denomina de *dialética*, que é justamente o fator de resistência e negação a estes espaços e dos valores e comportamentos que pretendem impor aos jovens.

Nesse sentido, o autor destaca ainda uma onda de organização e mobilização da juventude em torno dos *processos revolucionários* ocorridos no século XVIII, desde a organização em grupos religiosos, místicos ou esotéricos à organização em torno das idéias do “socialismo utópico”. O autor destaca que não se tratava exclusivamente da organização da juventude em torno de um projeto societário revolucionário, movimentos políticos classistas unicamente, mas uma gama variada de concepções políticas, ideológicas, não necessariamente “progressistas” ou de “esquerda”, muitas com viés conservador e reacionário inclusive, mas que, segundo o autor, revela um inconformismo e a vontade pela experimentação presentes no que ele considera ser uma condição juvenil. (GROPPO, 2004).

Groppo (2004) se propõe a construir um caminho de análise da juventude que permita superar os limites da visão funcionalista, pois “mesmo sendo capaz de levar em conta o caráter social e histórico da juventude, a concepção funcionalista acaba decaindo nos defeitos científicos e do ‘naturalismo’, que em tudo buscam padronização e equilíbrio sistêmico” (GROPPO, 2004, p.14). Com isso, o autor buscará desenvolver a ideia de *dialética das juventudes* de modo a buscar contribuir na análise do universo juvenil na modernidade e contemporaneidade.

Concebo a dialética das juventudes e da condição juvenil, primeiro, como a presença de elementos contraditórios no interior dos diversos grupos juvenis, elementos que colocam constantemente aquilo que é definido institucional e oficialmente em estado de superação, pela própria dinâmica interna das coletividades juvenis e de suas relações com a sociedade mais geral. (GROPPO, 2004, p. 14).

Groppo (2004) procura demonstrar que nas sociedades modernas existem processos de institucionalização de grupos juvenis através da escola, igreja, orfanatos, partidos políticos, entre outros. Instituições cujo objetivo é o de inculcar determinados valores, padrões de socialização a

estes grupos que partilham de uma mesma faixa etária. No entanto, a dialética das juventudes se consistiu justamente nas possibilidades destes grupos não se adaptarem às normas e padrões impostos e encontrar caminhos de superá-los, de resistir e de construir sua autonomia. No entanto, devemos destacar que a dialética das juventudes expressa-se sobretudo pelo elemento da contradição, e não devemos cair na generalização de acreditar que a juventude detém em si o ímpeto revolucionário. Ao contrário, a dialética que Groppo (2004) nos apresenta é apenas uma possibilidade para os jovens. Algumas juventudes não estão interessadas na transformação social, mas na reprodução da sociabilidade e dos valores burgueses. Nesse sentido, portanto,

É possível dizer que a força e fraqueza das juventudes modernas advém desta condição de relação experimental com a realidade presente. Esta condição contém o perigo da desvalorização de experiências acumuladas e comprovadas racionalmente. Mas, por outro lado, contém a possibilidade de que se conteste aquilo que parecia imutável ou de (falso) valor absoluto. (GROPPO, 2004, p. 17).

Essa é uma das contribuições essenciais para guiar nossas análises, uma vez que reforça e fundamenta nosso horizonte de ser a juventude da classe trabalhadora o sujeito potencialmente necessário para contribuir na construção de um projeto de sociedade que irá superar a sociabilidade burguesa. A condição experimental com a realidade presente é um fator extremamente contraditório, pois supõe a vulnerabilidade da juventude em incorporar os valores hegemônicos do capital, mas, ao mesmo tempo, esta condição permite a estes sujeitos o questionamento do sistema capitalista que se apresenta como imutável.

Partindo deste processo de compreender a juventude como uma categoria social, *dialética*, contraditória e complexa, situada em um determinado período histórico e cultural, vale destacar que, para a visão da constituição da juventude na modernidade deve-se levar em conta os antagonismos de classe que a perpassam e como isso vai influenciar o desenvolvimento dos jovens trabalhadores e burgueses.

Desta forma, destacamos das contribuições de Cassab (2001) que “(...) passados os 13 anos, o trabalho é o destino dos jovens pobres do século XIX, que, mesmo ainda vivendo com seus pais, eram responsáveis por seu próprio sustento, mas não eram independentes em relação a eles.” (CASSAB, 2001, p.71). como percebemos, embora seja na modernidade o período em que mais amplamente se discute a questão da juventude, é também neste momento em que se aprofundam os antagonismos entre os jovens *trabalhadores* e *burgueses*. A juventude burguesa está para iniciar seu processo de preparação e qualificação para uma vida autônoma, enquanto os

jovens trabalhadores estão livres para vender sua força de trabalho e ingressar prematuramente na vida adulta.

Nesta lógica, como aponta Cassab (2001), a classe operária da época englobava um significativo contingente de jovens que não conformavam com a condição de exploração de seus pais e sua própria condição de explorados, vindo daí a identificação, segundo a autora, da juventude aos ideais revolucionários. “(...) Esta identificação que, de certo modo, se inicia na Revolução Francesa, vai se expandir muito no século XIX, até explodir nos anos 60 do século XX. (...)” (CASSAB, 2001, p.72).

Esse processo de identificação entre juventude e revolução, como aponta Cassab (2001) vai construir um movimento na sociedade em que a juventude passa a ser colocada como oposta aos adultos. Como a autora aponta, passou a existir um incômodo por parte das gerações anteriores no sentido de desacreditar que aquela juventude teria condições de assumir o mundo até então construído por eles.

Este incômodo geracional tem seu ápice, segundo Cassab (2001), na década de 1960, especialmente no episódio das revoltas de 1968. Neste momento, estavam postas as possibilidades de construção, por um lado, de mercadorias que expressavam a identidade da juventude, por outro lado, a contestação, por parte destes jovens, na defesa de sua autonomia e liberdade, em que vale ressaltar nesse sentido, o movimento feminista protagonizando a luta pela liberdade sexual e exigindo reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos. (CASSAB, 2001, p. 73).

Perceba que as contradições latentes e inerentes ao sistema capitalista, como a opressão e a exploração, a totalidade das relações sociais, a arte e a cultura reduzindo-se a mercadorias, possibilitaram, concretamente, um momento de inflexão da categoria juventude. Esta conjuntura, portanto, fez com que os jovens se consolidassem como sujeitos políticos na história.

Para Groppo (2004), a onda de revoltas em todo mundo naquele período deveria ser entendida não como manifestações isoladas, mas como uma onda mundial que continha seus elos de unidade. A começar, se tratava de manifestações protagonizadas por jovens, no entanto, hegemonicamente jovens universitários oriundos das classes médias.

Além disso, o autor destaca, que, embora seja inegável a importância do maio de 1968, na França, e das experiências de outros países europeus como Alemanha e Itália, devia-se atentar para o protagonismo da juventude do “Terceiro Mundo”, pois (...) “a onda mundial de revoltas

teve eventos tão importantes quanto inesperados para um olhar que espera apenas do “Ocidente civilizado” os ímpetus de emancipação da humanidade”. (GROPPO, 2008).

Mesmo sem desconsiderar as particularidades que cada revolta significou para cada país, Groppo (2004) ressalta que o contexto histórico possibilitou unidade em torno das pautas principais destas revoltas, elementos da geopolítica como Guerra Fria, a rejeição ao imperialismo norte-americano e a contracultura eram alguns desses exemplos. No entanto, segundo o autor, se o caráter anticapitalista predominou na maior parte dessas revoltas valia dizer que muitos jovens se organizaram para romper com o caráter autoritário e burocrático que muitos regimes socialistas estavam adotando. Enfim, tratava-se de um momento de contestação e inconformismo com as contradições sociais e que teve expressão no campo das artes através de manifestações contrárias à dominação da indústria cultural, o movimento *hippie*, nos Estados Unidos, foi uma das principais manifestações dentro da variada gama das expressões de resistência cultural pelo mundo.

Naquele momento, os sujeitos coletivos da classe trabalhadora, movimentos sociais, partidos políticos de toda a América Latina estavam entusiasmados pelo sentimento de esperança com o êxito da Revolução Cubana. Não era diferente o sentimento que envolvia o povo brasileiro que se organizava em torno das reformas de base, reformas estruturais. Juntavam-se trabalhadores do campo e operários, jovens, intelectuais, artistas em torno, dentre outras bandeiras, da reforma agrária, universitária, reforma urbana.

No Brasil estava se consolidando as bases para edificar uma produção cultural genuinamente brasileira, nacional, comprometida com a superação de todas as formas de dominação e exploração do povo brasileiro.

Para ilustrar uma das experiências mais significativas da época, destaca-se o protagonismo dos jovens estudantes da UNE através dos Centros Populares de Cultura, que mesmo com os limites que possam ter surgido desta experiência, os frutos deste processo foram extremamente valiosos. Materializados em peças teatrais nas portas de fábricas ou na produção cinematográfica, por exemplo, as expressões artísticas comprometidas com a transformação da sociedade brasileira traziam sempre elementos que possibilitavam o questionamento das contradições do sistema capitalista.

No entanto, um elemento muito pertinente que vale a pena ressaltar desta efervescência político-cultural é que, os sujeitos que estavam à frente destas mobilizações, que tinham a

possibilidade de inserir na luta política, nos movimentos estudantis, eram, em suma maioria, os jovens filhos da *classe média*.

Os estudantes universitários no Brasil, que tiveram papel fundamental nas mobilizações do país na década de 1960, enfrentaram, como principal opositor o golpe militar de 1964. Groppo (2004) afirma que, ainda durante o ano de 1968, mesmo ano de instauração do Ato Institucional nº5, vivenciou-se importantíssimas revoltas, contraditoriamente desencadeadas pelas ações repressivas do regime. Cita que com a morte de um estudante secundarista no Rio de Janeiro, desencadeou-se uma série de passeatas em solidariedade à luta dos estudantes.

No entanto, como destaca o autor, a ditadura se empenhou em reprimir com ferocidade a organização dos jovens, com decretos que vedavam as passeatas, até então uma das formas mais potentes de contestação do movimento, atrelado ao impedimento das greves e ocupações das unidades estudantis. Sendo assim,

(...) a rebelião juvenil bifurcou-se em duas frentes. Uma delas, a da rebeldia comportamental de nossos hippies, amantes da liberdade sexual e da experimentação psicodélica, não tinha interesse central pela transformação do regime político. A outra, a da luta armada, organizações de esquerda que entraram em clandestina mas sangrenta batalha contra o regime, pouco puderam diante da violência quase absoluta daquele Estado(...). (GROPPO, 2008, p. 41).

A partir do exposto percebemos, portanto, que o futuro da juventude está permeado de desafios e incertezas. As contradições da relação entre capital e trabalho se manifestam com mais intensidade no seio da juventude, tornando os jovens que sofrem esta exploração sujeitos potenciais para a luta contra o capitalismo. Contudo, o que se pode concluir é que a luta da juventude situa-se em um campo aberto de disputa, e em cada conjuntura histórica o capital se ocupa em integrar as juventudes na sua lógica de reprodução.

### **2.1.1 Alguns apontamentos sobre juventude e pós-modernidade**

Temos buscado demonstrar ao longo deste trabalho que a crise estrutural do capitalismo, na década de 1970, tem trazido implicações drásticas e perversas para as relações sociais, em especial, à juventude da classe trabalhadora.

A partir do panorama que temos apresentado, Groppo (2008) revela que “a partir dos anos 1970 inicia-se um novo ciclo de integração da juventude, através principalmente da ação das indústrias culturais, do marketing e mercados de consumo juvenil.” (GROPPO, 2008, p.15).

Atrelado a isso, vale lembrar, neste momento, que Groppo (2004) afirma que a cronologização e institucionalização do curso da vida, ou seja, a formação de grupos etários homogêneos cujo processo de socialização ficaria por conta do Estado, direito, escola, igreja, partidos, entre outros, são produtos do projeto de modernidade.

Contudo, diversas análises indicam que vem acontecendo contemporaneamente a “desinstitucionalização do curso da vida”, um processo que estaria engendrando, a partir dos anos 1970, uma sociedade na qual as faixas etárias não seriam mais essenciais para determinação do curso da vida no aspecto privado (Kohli & Meyer, 1986; Debert, 1999). Esse processo faz com que as intervenções institucionais baseadas na cronologização do curso da vida, como aquelas feitas pelo Estado, tenham seu peso cada vez menor, obrigando indivíduos e grupos sociais a procurar soluções particulares para as dificuldades inerentes ao ritmo biológico da vida (como envelhecimento). Trata-se da “reprivatização do curso da vida”. (GROPPO, 2004, p. 18).

Entendendo que juventude é uma categoria social, histórica e cultural devemos atentar ao período em que estas transformações estão ocorrendo. Isto é, a desresponsabilização do Estado na área social, a intensificação das ações da indústria cultural são algumas das respostas ao processo de crise estrutural do sistema capitalista, em que os autores tendem a consentir como ponto inicial a década de 1970.

Com a crise estrutural do capitalismo, na década de 1970 - com rebatimentos significativos na esfera econômica, política, cultural e social das sociedades em todo o globo - o capital se empenhou em reestruturar formas de exploração e dominação, passa a engendrar meios de superar a crise, ainda mais complexos e perversos. Para seguir seu processo de acumulação, exploração e dominação foi preciso reorganizar as relações sociais, e o que se manifesta a partir da década de 1970, nas esferas política e econômica, foi a implementação do projeto neoliberal, e na esfera cultural, tem-se a pós-modernidade enquanto lógica cultural de reprodução do capitalismo tardio<sup>3</sup>.

Nesse sentido, podemos perceber um claro exemplo da funcionalidade da ideologia pós-moderna à reprodução do sistema capitalista, na citação anterior, pois uma das saídas para superação da crise estrutural do capitalismo na década de 1970 foi a implementação do projeto neoliberal, onde um dos fundamentos é a desresponsabilização do Estado na área social, com políticas sociais cada vez mais fragmentadas e focalizadas. Sendo assim, afirmar que juventude não se reduz a faixa etária e deve ser entendida como um estilo de vida que pode ser comprado

---

3 Ver: JAMESON, F. Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo, Ática, 2004.

em qualquer idade torna ainda mais vulnerável esta parcela da sociedade. Também não nos limitamos em conceituar juventude como um conjunto de sujeitos homogêneos que partilham uma mesma faixa etária, mas negar esta cronologização reduz ou exclui ações do Estado no sentido de garantir direitos a estes sujeitos.

Percebemos na década de 1970, a reestruturação produtiva do capital, como um período em que a discussão sobre juventude volta à tona. No entanto, a discussão sobre juventude se pauta “através principalmente da ação das indústrias culturais, do marketing e mercados de consumo juvenil.” (GROPPO, 2004, p. 15), novamente por uma visão conservadora, como um problema social, haja vista os altíssimos índices de desemprego estrutural entre esta parcela da sociedade, o que leva a ações que variam entre paternalismo, caridade, repressão, políticas públicas ou criminalização. (GROPPO, 2004, p. 10).

Contudo, este mesmo período histórico, que impôs mudanças drásticas nas relações sociais – no plano político e econômico com o projeto neoliberal, e no plano cultural com o desenvolvimento da ideologia pós-moderna - faz-nos novamente frisar a importância de repensar o papel da juventude nos projetos hegemônicos do capital e quais as formas de resistência encontradas por esta juventude

Como é possível concluir, este período marca o processo de constituição tanto histórico quanto teórico da pós-modernidade que legitima o processo de reestruturação produtiva do capital e fortalece o projeto neoliberal. Assim,

Nesta pretensa sociedade “pós-moderna”, a própria juventude teria perdido sua razão de ser no seu sentido hegemônico durante a modernidade, de transitoriedade, construção da individualidade e aquisição de experiências sociais básicas. Parece se impor algo que várias vezes antes havia se anunciado e esboçado: a juventude seria, sobretudo, um “estilo de vida”, um “modo de ser” – a juventude “bastaria a si mesma”. A juventude desaparece para dar lugar a “juvenilização”, deixa de ser uma vivência transitória para ser um estilo de vida identificado ao bem viver consumista. O juvenil é “juvenilizado”, desvinculando-se da idade adolescente e tendo retirado de si conteúdos mais rebeldes, revolucionários ou meramente disfuncionais. (...). (GROPPO, 2004, p.18).

A disputa da juventude permanece incorporada à estrutura social, pela lógica do capitalismo, e transformada em uma mercadoria que pode e deve ser consumida. Como tudo na sociabilidade burguesa o capital busca transformar a juventude em uma mercadoria, num desejo de consumo, num crescente esforço de despolitizar estes sujeitos.

Como aponta Groppo (2004) a negação da juventude em seu sentido moderno, de institucionalização, implica a “regressão de certas conquistas sociais, de certos direitos sociais e aspectos positivos da universalização relativa das juventudes modernas” (Groppo, 2004, p. 19).

Groppo enfatiza,

Ainda que a dialética de Marx afirme que, segundo “leis” do movimento histórico, tudo está fadado a ser superado, talvez possa se dizer que ainda não chegou o momento da juventude ser superada como elemento estrutural da sociabilidade contemporânea. (GROPPO, 2004, p. 20).

A partir desta afirmação de Groppo (2004) cabe ressaltar que nosso esforço no curso da construção deste trabalho será ainda de buscar comprovar a atualidade e necessidade de se debruçar sobre algumas categorias essenciais para compreender (e transformar) a realidade. Acreditamos que a juventude é uma dessas categorias centrais de análise da realidade e que o marxismo é a lente mais apropriada para enxergar as contradições do sistema capitalista e que irá proporcionar os fundamentos para a consolidação de um projeto societário da classe trabalhadora.

Nesse sentido, é importante apresentar algumas contribuições de Abramo (2005) quando nos esclarece sobre a relevância da categoria juventude e o que a torna singular ante os diferentes segmentos populacionais. A autora reafirma que, na sociologia, se convencionou dizer que o termo começa a ser problematizado com o advento da sociedade moderna, identificado com a experiência dos jovens burgueses que vinham construindo para além da família a necessidade de novos espaços de socialização, hegemonizados pela escola.

Reforça ainda que, no Brasil, o debate sobre juventude durou pelo menos até 1960 em torno da juventude escolarizada, dos filhos das classes médias que tinham as possibilidades de se organizarem em torno do movimento estudantil, da contracultura e partidos políticos. No entanto, a autora ressalta que, anos mais tarde, o debate passou a ser hegemonizado pela preocupação com as crianças e adolescentes em situação de risco, aparecendo como sujeitos de direitos materializado na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Desta forma, Abramo (2005) nos apresenta o fato de que a concepção de juventude para além da classe média e da adolescência em risco é um debate recente, que acompanha as transformações histórico e sociais, e nasce principalmente, como diz a autora, pelo aparecimento dos sujeitos, por parte dos setores populares, principalmente ligados a estilos culturais. Esses jovens aparecem para demandar ações específicas, diferenciadas das vivenciadas por gerações anteriores e que exigiam do Estado e da Sociedade Civil se debruçar na formulação,

planejamento, execução de políticas específicas para a juventude. (ABRAMO, 2005, p. 38-39). A partir disso, Abramo (2005) nos alerta para a definição da condição juvenil:

A noção da condição juvenil remete, em primeiro lugar, a uma etapa do ciclo de vida, de ligação (transição, diz a noção clássica) entre a infância, tempo da primeira fase de desenvolvimento corporal (físico, emocional, intelectual) e da primeira socialização, de quase total dependência e necessidade de proteção, para a idade adulta, em tese a do ápice do desenvolvimento e de plena cidadania, que diz respeito, principalmente, a se tornar capaz de exercer as dimensões de produção (sustentar a si próprio e a outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (nas decisões, deveres e direitos que regulam a sociedade). (ABRAMO, 2005, p. 40-41).

É justamente essa conceituação da condição juvenil que leva, segundo a autora, a uma tensão na teoria sociológica sobre juventude ao perceber que essa condição (de segunda socialização, hegemonicamente materializada na escola e na universidade) estava restrita aos jovens (esses jovens, como apresentamos anteriormente, referiam-se inicialmente aos homens) das classes médias, e que, portanto, ao se debruçar sobre a juventude deveria se atentar a uma condição de classe.

Nesse sentido, Abramo (2005) nos mostra que a análise sobre a juventude deve contemplar a distinção entre a *condição* juvenil e a *situação* juvenil, isto é, devemos nos atentar ao fato de que determinados jovens irão vivenciar de formas diferentes esta condição – a partir de seu recorte de classe, gênero, étnico-racial.

Além disso, precisamos ter clareza das condições históricas, sociais, culturais em que esta juventude se desenvolve, pois como a autora nos alerta, a partir das transformações em curso com a reestruturação produtiva do capital, com a implementação das políticas neoliberais, passou-se a introduzir no debate a questão da *extensão* da juventude. Esta extensão se dá, por um lado, com o aumento da duração desta etapa da vida (segundo a autora, podendo o período que corresponde a juventude variar entre 10 e 15 anos). Por outro lado, se refere a abrangência do termo, em que, ao falar de jovens, não mais se restringe aos homens burgueses. Além disso, o termo contempla outros espaços de socialização para além da escola e da universidade, passando a incorporar os espaços vinculados ao lazer e cultura como espaços de construção de sociabilidade, identidades e valores. (ABRAMO, 2005).

A partir desta complexificação da sociedade e da concepção da categoria, a autora afirma que as abordagens teóricas sobre juventude na contemporaneidade já nos trazem outros alertas que contemplam justamente esse acúmulo histórico e social. Sendo assim, na atualidade, os estudos apontam para a necessidade de se falar em *juventudes* e não tratar no singular com o

pesar de esquecer as diferenças e desigualdades que englobam a categoria. (ABRAMO, 2005, p.43). Além disso,

Emerge dessas transformações também a importância de examinar as condições de vivência juvenil e não apenas os modos de passagem para a vida adulta, ou seja, como chama a atenção Miguel Abad (2003), os processos que marcam a juventude como singularidade, abrindo para os jovens dificuldades e possibilidades específicas, e não somente o modo pelo qual os jovens deixam de ser jovens. (ABRAMO, 2005, p. 45).

É justamente nesta *condição* de ser jovem que pretendemos seguir nossa linha de análise sobre a juventude. Buscando contribuir na superação dos limites de restringir o olhar sobre a juventude como uma faixa etária, um ciclo, uma transição, mas como uma *condição* e *situação* que exigem maior reflexão e atenção para as demandas e necessidades que dela surgem.

Nesse sentido, Abramo (2005) chama a atenção para a necessidade de compreender as contradições e a complexidade do universo juvenil. A autora aponta a evidente distinção que deve ser feita entre adolescência e juventude. Isso porque ao analisar os dados da pesquisa do Projeto Juventude<sup>4</sup>, em que a grande maioria das questões era referente ao mundo do trabalho, educação, lazer, cultura e dependência familiar percebeu que tanto para os adolescentes quanto para os jovens a família ainda é o seio em que estes sujeitos se forjam, aparecendo em muitas respostas como o pilar para formação pessoal de cada sujeito. No entanto, para os mais novos a educação aparecia como uma das maiores preocupações, enquanto para os jovens com mais de 20 anos o trabalho torna-se o elemento central de suas preocupações.

Logo, tomaremos o trabalho como elemento central para guiar nossas análises sobre a juventude no Brasil, pois é ele quem irá definir a condição de classe dessa juventude, que nos possibilita explicar o desemprego estrutural que atinge os membros da família dos jovens da classe trabalhadora, as condições precárias de educação que recebem, a dificuldade de acesso à produção cultural e a dificuldade de se enxergar como sujeito que produz cultura.

A cultura, ao lado do lazer e da diversão, compõem uma dimensão extremamente relevante para os jovens entrevistados na pesquisa citada acima. Contudo, quando os jovens são interpelados a tratar dos direitos mais importantes para a juventude o direito à educação aparece em primeiro lugar com 35% das respostas, seguida do direito ao emprego (15%), em terceiro o

---

4

Os dados apresentados a seguir foram retirados do artigo de Helena Wendel Abramo, intitulado *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*, como parte de uma compilação de artigos que integram o livro *Retratos da Juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, que traz à luz as análises da pesquisa Projeto Juventude, realizada em 2003 com jovens de todas as regiões do país.

lazer (4%) e por fim a saúde (3%) (ABRAMO, 2005, p.66). O que gostaríamos de destacar é justamente o fato de a cultura não aparecer para estes jovens como um direito, o que a autora chama atenção, como um fator sintomático, pois ainda que vejamos muitos movimentos e grupos organizados em torno de expressões culturais, exigindo melhores condições de acesso e produção da cultura, esta esfera ainda é extremamente desvalorizada em termos de políticas públicas efetivas. Portanto, sequer é percebida pelos jovens enquanto um direito, ficando, tendencialmente, restrita aos guetos e às periferias, formas de autêntica resistência, com elaborações artístico-culturais complexas e potentes, mas limitadas a um público específico, ou pior, fragmentado.

Percebemos, ao longo deste trajeto, que um estudo sobre juventude deve se debruçar nesta singularidade, superando a visão de moratória e transição para a vida adulta, mas entendendo que trata-se de uma vivência específica da sexualidade, do trabalho, do estudo, da construção de identidade, valores.

Disso decorre que as políticas para jovens devem ser capazes de abordar esta singularidade de modo de inserção, menos do que supor a suspensão ou adiamento destas esferas. E também, que não basta pensar na dimensão da formação, mas também nas da experimentação, da iniciação, da realização, participação. (ABRAMO, 2005, p.69).

Entendemos que, em nossas análises sobre juventude, devemos nos atentar às contradições que compõem o universo juvenil, situando-a em um tempo histórico, delimitando o contexto social, político, cultural em que se desenvolve, bem como atentando para seu recorte de classe, gênero, etnia. Sendo assim, nosso desafio neste estudo será o de apreender a condição que os jovens da classe trabalhadora vivenciam a juventude no Brasil.

Nesse sentido, portanto, podemos afirmar que para analisar a situação da juventude brasileira no neoliberalismo, devemos atentar para o recorte de classe como elemento central para nossa investigação. A partir do entendimento de que a condição de classe irá desenhar formas distintas de vivenciar a juventude conseguiremos compreender que o desemprego estrutural é a realidade de uma parcela determinada de jovens, que a educação, como um espaço potencializador da emancipação e construção da autonomia dos sujeitos está colocada em um patamar de privilégio e não direito universal, bem como o incentivo a produção cultural, que contribui no amplo desenvolvimento intelectual e artístico parece restrito ao universo das classes dominantes.

## **2.2. Alguns elementos para pensar a juventude trabalhadora no Brasil neoliberal**

Como temos tentado demonstrar, compreender o universo juvenil é possível quando relacionamos estes sujeitos a um determinado tempo histórico, numa determinada formação social, política e cultural. Sendo assim, nos propomos neste trabalho a compreender o lugar destinado à juventude da classe trabalhadora brasileira no contexto de radicalização das políticas neoliberais, entre os anos 1990 e 2002, bem como ressaltar os caminhos que estes jovens encontraram para resistir ao projeto hegemônico do capital no período referido. Para isso, acreditamos que será importante apontar os principais elementos que compõem o universo das juventudes no Brasil que nos possibilite arriscar alguns apontamentos sobre sua condição de classe e suas formas de resistência.

Desta forma, iniciaremos nossas problematizações ressaltando que no Brasil, as transformações com vistas a modernização, isto é, a inserção do país na dinâmica capitalista, se deram pelo que Gramsci denominou de Revolução Passiva, entendida enquanto um processo de “renovação” que carrega forças antigas, tradicionais, que imperavam no passado. Com isso, traz o novo fazendo com que o velho venha em seu bojo, através de um arranjo entre as classes dominantes que determinam o destino da sociedade. Daí, uma “revolução passiva”, ou seja, que se desenrola por um acordo de cima para baixo, sem participação ativa e efetiva dos trabalhadores.

Isso se desdobra em uma série de particularidades que estarão presentes na organização das classes sociais e na relação destas com o Estado, na fragilidade de projetos societários em disputa, na constituição de uma cultura genuinamente nacional e popular, e principalmente, na opção de articular elementos arcaicos e modernos no desenvolvimento do país. Com isso, acirram-se as contradições entre capital e trabalho, acentuando as expressões da questão social, que arriscamos dizer, se radicalizam na vivência da juventude.

Nesse sentido, cabe-nos apresentar um perfil da população jovem no país no período em que pretendemos tratar neste estudo:

**Tabela 1 – Percentual da população jovem em relação ao total da população brasileira, por domicílio, no ano de 1990**

	Total	URBANO	RURAL
População Brasileira	144.305.524	108.105.721	36.199.803
População Jovem de 15 a 24 anos	27.965.590	20.853.073	7.112.517

Fonte: IBGE, PNAD, 1990

**Tabela 2 - Percentual da população jovem em relação ao total da população brasileira, por domicílio, no ano de 1995**

	Total	URBANO	RURAL
População Brasileira	152.374.603	120.350.537	32.024.066
População Jovem de 15 a 24 anos	28.784.131	22.928.514	5.855.617

Fonte: IBGE, PNAD, 1995

**Tabela 3 - Percentual da população jovem em relação ao total da população brasileira, por domicílio, no ano de 2001**

	Total	URBANO	RURAL
População Brasileira	169.369.557	142.099.680	27.269.877
População Jovem de 15 a 24 anos	33.248.925	28.072.241	5.176.684

Fonte: IBGE, PNAD, 2001

**Tabela 4 - População residente, por situação de domicílio e sexo, segundo os grupos de idade no ano de 1990**

Grupos de idade	Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15 a 17 anos	6.687.161	3.320.986	3.366.175	2.597.653	1.373.715	1.223.938
18 e 19 anos	4.183.70	2.035.632	2.148.148	1.446.198	779.221	666.977
20 a 24 anos	9.982.132	4.810.320	5.171.812	3.068.666	1.630.032	1.438.634

Fonte: IBGE, PNAD, 1990

**Tabela 5 - População residente, por situação de domicílio e sexo, segundo os grupos de idade no ano de 1995**

Grupos de idade	Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15 a 17 anos	7.859.562	3.910.690	3.948.872	2.187.563	1.189.768	997.795
18 e 19 anos	4.550.696	2.254.787	2.295.909	1.180.562	633.351	547.211
20 a 24 anos	10.518.256	5.118.277	5.399.979	2.487.492	1.317.205	1.170.287

Fonte: IBGE, PNAD, 1995

**Tabela 6- População residente, por situação de domicílio e sexo, segundo os grupos de idade no ano de 2001**

Grupos de idade	Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15 a 17 anos	8 483 578	4 209 452	4 274 126	1 825 129	960 081	865 048
18 e 19 anos	5 996 046	2 972 191	3 023 855	1 115 800	605 057	510 743
20 a 24 anos	13 592 617	6 541 317	7 051 300	2 235 755	1 206 034	1 029 721

Fonte: IBGE, PNAD, 2001

A partir dos dados que apresentamos acima podemos reforçar nossa afirmação de que a questão da juventude no Brasil é um debate radicalmente necessário, pois a população de jovens em relação à população total além de ser extremamente significativa, demonstra um crescimento igualmente significativo no decorrer dos anos 1990. Se este crescimento não for acompanhado de uma ampliação dos direitos e das políticas sociais para estes sujeitos o cenário de desigualdades e contradições que envolve a juventude será devastador.

Outro elemento que merece destaque ao analisarmos a população jovem no Brasil, na década de 1990, é a questão discrepância entre a juventude urbana e a do campo. Sobre este aspecto, do êxodo rural no período neoliberal, Villas Bôas sintetiza de forma precisa

(...) a sociedade brasileira que emerge após essas duas décadas é resultado de uma violenta migração do campo para a cidade, consequência da modernização do maquinário agrícola que torna desnecessário o grande contingente de mão-de-obra humana e expulsa os camponeses da terra pois, além de não mais necessitar deles, o desenvolvimento tecnológico do sistema produtivo permite o plantio em áreas mais

extensas, dizimando as condições de competitividade das pequenas propriedades<sup>5</sup>. (...). (VILLAS BÔAS).

Perceba que em um país em que se desenvolvem, articulada e contraditoriamente, a modernização no campo combinada com o ranço arcaico do latifúndio, surtem inúmeras contradições, isto é, a questão agrária (no que diz respeito ao uso, posse e propriedade da terra) se materializa enquanto particularidade do sistema capitalista, e se expressa nos conflitos entre capital e trabalho, constituindo-se, portanto, como expressão da questão social. Para a juventude do campo, esse conflito se materializa nas condições precárias do acesso (quando há) a educação e emprego, constituindo um dos motivos de abandono do campo e fuga para as cidades, ocupando as periferias e favelas, engrossando a massa dos desempregados ou ocupando os postos de trabalho mais precarizados. (...) Menos de um terço dos jovens residentes no campo e que trabalham na cidade tem sua situação regularizada com carteira assinada (30%). Os demais integram o mercado informal de trabalho (...) (CARNEIRO, 2005, p.251). Assim, como veremos mais a frente, trabalho e educação estão entre os principais problemas enfrentados pela juventude brasileira, não importa se do campo ou da cidade, o que nos faz ressaltar que as relações sociais, de trabalho, de habitar e viver comportam elementos para desconstrução histórica da dicotomia campo-cidade (SPOSITO e WHITACKER, 2006). Devemos compreender que ambos são complementares e constituem uma unidade, uma totalidade do desenvolvimento do espaço capitalista brasileiro.

Da mesma forma precisamos pontuar a questão da juventude negra no Brasil, pois carregamos a marca de um país com 400 anos de exploração de mão-de-obra escravizada, num momento em que o trabalho era visto como algo indigno, e, portanto, restrito àqueles que não eram considerados indivíduos, mas tratados, explicitamente, como mercadorias. Este episódio cruel de nossa história traz algumas implicações para a constituição do povo brasileiro, em que as negras e os negros, ao conquistarem o *status de trabalhadores livres* não têm garantidas as

---

5 Segundo Luiz Henrique Gomes de Moura, do Setor de Produção do MST e do grupo Modos de Produção e Antagonismos Sociais, em comentário ao texto, naquele período “a maioria do maquinário era de tratores utilizados para o revolvimento do solo, que normalmente já era feito com animais, e para o plantio. Mas a grande parcela dos trabalhadores volantes, que eram camponeses e vendiam a força de trabalho durante um período, era utilizada nas colheitas, o que só teve mudança tecnológica substancial depois da década de 1990, com as colheitadeiras. Penso que três processos foram centrais na expulsão dos camponeses: as nulas chances de competitividade, que liquidou a renda das famílias; maior necessidade de venda da força de trabalho para suprir a renda liquidada, o que acabou por definitivamente inviabilizar as unidades camponesas, já que não haviam mais braços para lavrar a própria terra; e os conflitos agrários. (...) (VILLAS BÔAS).

condições mínimas de ingressarem na dinâmica capitalista com as mesmas oportunidades dos trabalhadores brancos. Assim, seguem sua história ocupando os piores postos de trabalho, conseqüentemente com maior índice de evasão escolar, além de lidar diariamente com o racismo, de uma sociedade que vive no mito da *democracia racial*. No entanto, ainda que seja longo e tortuoso o caminho de superação da discriminação racial no Brasil, as ações do movimento negro têm conseguido resgatar a categoria raça e trazê-la para o debate tanto no âmbito teórico quanto prático, possibilitando a organização destes sujeitos em torno de suas identidades raciais e em protesto à discriminação sofrida cotidianamente. Desta forma, “essa mudança refletiu positivamente na autopercepção dos jovens nascidos nos anos 1980 e 1990. Eles têm uma nova atitude ante a realidade que discrimina, agora ela está sendo reconhecida”. (SANTOS; SANTOS; BORGES, 2005, p.299).

A partir do exposto, é preciso ainda sublinhar o modo diferenciado com que as mulheres vivenciam a juventude, pois são elas que se deparam com mais limites na construção de sua autonomia, hegemonicamente ocupando-se de tarefas dentro de casa, sob vigilância dos pais, com dificuldade de circular pelo bairro, pela cidade, pois sabemos que “os homens possuem maior mobilidade sociocomunitária no espaço público, enquanto as mulheres estão mais circunscritas ao espaço doméstico e têm menor mobilidade para praticar atividades extrafamiliares” (BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2005, p.211). Sendo assim, quando saem da casa da família, em geral por conta do matrimônio, a vigilância que era dos pais transfere-se para os maridos e elas mantêm-se no trabalho doméstico e no cuidado dos filhos.

Percebemos assim, que juventude não é uma categoria homogênea. Ao contrário, o universo juvenil é composto por variadas questões, complexas e contraditórias, que se articulam e repelem nos impondo a necessidade de ter um olhar atento sobre a singularidade e as especificidades destes sujeitos. É válido adiantar que as contribuições com vistas a superar a situação em que as juventudes se encontram no país não devem ser entendidas como conjunturais e nem restritas ao âmbito de gênero, etnia, e das identidades em geral, mas devem ser entendidas pelo seu caráter de classe, e que, portanto, só têm condições de serem superadas com transformações estruturais.

Desta forma, cabe apresentarmos um panorama da conjuntura em que as jovens e os jovens vivenciaram a juventude no Brasil na década de 1990, quando de uma revolução passiva,

as classes dominantes optam pela incorporação do projeto neoliberal. Assim, é importante saber que

O neoliberalismo contraiu os rendimentos da população, afetou a capacidade de consumo, aumentou a superprodução de mercadorias e agravou várias modalidades de superacumulação de capital. Além disso, intensificou uma deteriorização do meio ambiente que ameaça desencadear desastres ecológicos inéditos. (...) O neoliberalismo perdura pelo retrocesso que impôs aos trabalhadores. Sustenta-se pelo cansaço político gerado pela alternância de conservadores e sociais-democratas na administração do mesmo modelo. Tudo indica que a reversão desta etapa exigirá grandes vitórias populares impostas de baixo para cima. (KATZ, 2016, p.81).

Por esta ótica, Paul Singer (2005) afirma que os jovens dos anos 1990 e 2000 situam-se em uma geração em tempos de crise social, e nos apresenta algumas contribuições para iniciarmos nossas análises e interpretações sobre a juventude brasileira. Para o autor, podemos pensar a juventude, de fato, como uma parcela da população em que sujeitos de uma mesma faixa etária, de uma *coorte* são frutos da “evolução histórica que as coortes que seus pais e avós construíram” (p.28.), e que em condições ideais vivenciam uma mesma conjuntura histórica e as contradições políticas, econômicas, sociais, culturais de uma determinada conjuntura.

Sendo assim, os jovens que nasceram em tempos de crise apresentarão características que irão desenhar sua constituição e o modo de relacionar-se com o mundo. Singer (2005) destaca, são jovens, que se não pertencem a famílias abastadas, ou seja, se estamos nos referindo aos jovens da classe trabalhadora, estarão submetidos as mais variadas formas de contradições do sistema capitalista, ressaltando o desemprego e a morte prematura. (SINGER, 2005).

Singer (2005) nos adverte ainda que os jovens do período referido são filhos de pais que vivenciaram em sua juventude, por um lado, uma efervescência das lutas populares, como a Revoluções Sandinista, Revolução Cubana, dos Cravos em Portugal, e todas estas experiências revolucionárias com participação ativa dos jovens. Isso despertou o sentimento revolucionário da juventude naquele momento que acreditava na efetividade da tomada de poder pela força, com um grupo reduzido de guerrilheiros, enfrentando instituições dominadoras e lutando pelo fim da propriedade privada dos meios de produção.

No entanto, aponta Singer (2005), esses pais também vivenciaram os limites de algumas dessas experiências, que não foram exitosas no que pretendiam que era melhorar a vida dos sujeitos explorados, eliminar as desigualdades sociais, abolir a propriedade privada dos meios de produção e caminhar para extinção das classes sociais. Contudo, o que se presenciou foi uma

onda contrária as idéias comunistas no mundo, em que também parte da juventude se organizava em torno dessas ações.

Acompanhado a essa desilusão com a via política para revolução, presenciava-se transformações sociais e econômicas drásticas a partir da reestruturação produtiva do capital, com a implementação das políticas neoliberais como diminuição dos investimentos públicos em políticas sociais, processo intenso de privatizações, desemprego estrutural, o que levou, como aponta o autor, a um crescente voluntarismo, que segundo Singer (2005), “ganha os corações daquela juventude, que se não se estimula para mudar a sociedade através da militância a faz pela ação direta por meio do voluntariado”. (p. 31-32).

Assim destaca o autor que, para a atual *coorte* dos jovens que se desenvolve na década de 1990 e início dos anos 2000, tem-se uma mudança ideológica profunda, com a desilusão da via revolucionária passam à ação direta do voluntarismo, isso se explicita nos dados analisados na pesquisa do Projeto Juventude em que os valores mais importantes para os jovens naquela conjuntura aparecem respectivamente “solidariedade (55%), respeito às diferenças (50%), igualdade de oportunidades (46%), temor a Deus (44%) e justiça social (41%)” (p.33).

No entanto, é preciso atentar para não cair em generalizações, se a via do voluntariado apareceu como uma alternativa de organização da juventude é certo que não foi a única. Caso contrário, estaríamos negando o elemento da dialética e da contradição que compõem o universo juvenil. Sendo assim, devemos lembrar que, os anos 1990 no Brasil foram também de muita resistência e a juventude esteve à frente de muitos destes movimentos de contestação, as rádios comunitárias são um exemplo deste enfrentamento às políticas neoliberais e se não aparecem em destaque no cenário político é pelo fato de a correlação de forças ainda estar desfavorável para a classe trabalhadora.

Isso nos faz refletir sobre algumas questões importantes que pretendemos desenvolver neste estudo, pois quando nos propusemos a compreender melhor o universo juvenil muitas foram as chaves de análise que apareceram ao longo do trajeto – juventude e indústria cultural, juventude e cultura de resistência, juventude e políticas sociais, juventude e trabalho, educação, violência... – no que tange ao debate de políticas sociais voltadas para a juventude, logo percebemos que seria inevitável pensar articuladamente a respeito de políticas de educação, trabalho e cultura. Temos clareza de que não será possível esgotar este debate, mas é justamente a complexidade deste elo que pretendemos esboçar nas linhas seguintes.

Se podemos falar de alguns consensos que temos encontrado na literatura sobre juventudes, é certo que o trabalho e educação se encontram entre os mais recorrentes, principalmente quando trazemos para a realidade da formação social brasileira que demonstra limites estruturais de superar desigualdades, atrelado a dependência externa e as políticas neoliberais, a juventude da classe trabalhadora torna-se radicalmente mutilada de seus direitos.

Nesse sentido, partimos do consenso de que o trabalho (e a forma que assume na sociedade capitalista – emprego assalariado) pode ser considerado o elemento que tem desenhado uma identidade para os jovens brasileiros, como aponta Antonio Lassance (2005). De acordo com as contribuições do autor, podemos falar da existência de um perfil da jovem e do jovem brasileiro, pois sem negar as inúmeras contradições e divergências em vivenciar a juventude (seja pelos antagonismo de classe, pelas diferenças de gênero e étnico-raciais) é justamente o emprego (ou como podemos acrescentar o desemprego) a *questão nacional*.

Para elucidar melhor esta questão podemos apresentar alguns dados sobre a ocupação da juventude na década de 1990 no Brasil

**Tabela 7 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo a situação do domicílio e grupos de idade**

Situação de domicílio e grupos de Idade	Condição de atividade na semana de referência					
	Economicamente ativas			Não economicamente ativas		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Urbana						
10 a 14 anos	1.353.680	892.316	461.362	10.548.526	4.990.923	5.558.703
15 a 17 anos	3.084.052	1.935.429	1.158.623	3.593.109	1.385.557	2.207.552
18 e 19 anos	2.680.344	1.583.756	1.096.588	1.503.436	451.876	1.051.560
20 a 24 anos	7.225.783	4.354.845	2.870.938	2.766.349	455.475	2.300.874
Rural						
10 a 14 anos	1.615.721	1.179.135	436.586	3.462.123	1.455.322	2.006.801
15 a 17 anos	1.656.056	1.150.539	505.517	941.597	223.176	718.421
18 e 19 anos	1.025.888	719.480	306.408	420.310	59.741	360.569
20 a 24 anos	2.202.807	1.579.294	623.513	865.859	50.738	815.121

Fonte: IBGE, PNAD, 1990

**Tabela 8- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo a situação do domicílio e grupos de idade**

Situação de domicílio e grupos de Idade	Condição de atividade na semana de referência					
	Economicamente ativas			Não economicamente ativas		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Urbana						
10 a 14 anos	1.776.640	1.159.706	616.934	11.675.788	5.593.414	6.082.374
15 a 17 anos	3.605.305	2.203.996	1.401.309	4.251.403	1.705.358	2.546.045
18 e 19 anos	2.932.587	1.705.168	1.227.419	1.616.738	549.379	1.067.359
20 a 24 anos	7.865.400	4.573.386	3.292.014	2.650.121	544.319	2.105.802
Rural						
10 a 14 anos	1.823.107	1.190.885	632.222	2.294.089	960.030	1.334.059
15 a 17 anos	1.509.757	1.009.898	499.859	677.806	179.870	497.936
18 e 19 anos	881.021	577.530	303.491	299.541	55.821	243.720
20 a 24 anos	1.961.524	1.252.495	709.029	525.968	64.710	461.258

Fonte: IBGE, PNAD, 1995

**Tabela 9 –Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo a situação do domicílio e grupos de idade**

Situação de domicílio e grupos de Idade	Condição de atividade na semana de referência					
	Economicamente ativas			Não economicamente ativas		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Urbana						
10 a 14 anos	1.091.806	686.603	405.203	12.404.152	6.099.886	6.304.266
15 a 17 anos	3.067.942	1.804.185	1.263.757	5.414.438	2.404.069	3.010.369
18 e 19 anos	3.755.628	2.133.325	1.622.303	2.238.871	838.300	1.400.571
20 a 24 anos	10.186.218	5.670.495	4.515.723	3.404.681	869.622	2.535.059
Rural						
10 a 14 anos	1.049.915	729.985	319.930	2.113.032	922.833	1.190.199
15 a 17 anos	1.074.888	721.778	353.110	750.241	238.303	511.938
18 e 19 anos	773.945	526.319	247.626	341.855	78.738	263.117
20 a 24 anos	1.702.536	1.129.654	572.882	532.653	75.814	456.839

Fonte: IBGE, PNAD, 2001

Os dados acima contribuem com a idéia de que o trabalho é o elemento central na vida da juventude brasileira. É significativo o contingente de jovens que ingressa no mercado de trabalho e assustador o número de sujeitos entre 10 e 14 anos que estão economicamente ativos. Como temos buscado demonstrar, a lógica capitalista empurra precoce e precariamente a juventude trabalhadora para a esfera produtiva.

Percebemos um aumento progressivo do total de jovens economicamente ativos do início até o final dos anos 1990 no Brasil. Ao mesmo tempo em que diminui o número de ocupações nas áreas rurais, explicitando a lógica perversa de modernização no campo em detrimento do

desenvolvimento dos pequenos agricultores e camponeses que são impelidos para as áreas urbanas na esperança de encontrarem trabalho e melhores condições de vida.

Outro elemento importante para apresentarmos refere-se ao contingente de mulheres jovens economicamente ativas. Embora o número de mulheres ocupadas tenha demonstrado aumento singelo (nas áreas urbanas, pois a lógica do êxodo rural também pode ser percebida na diminuição do número de mulheres ocupadas no campo) ao longo da década, ainda é evidente a discrepância no número de ocupação em relação aos homens, tanto no campo, quanto na cidade.

Contudo, se pode nos causar espanto o número de jovens economicamente ativos no país, inseridos precocemente na esfera produtiva, fica ainda mais preocupante quando nos deparamos com os daqueles que estão fora desta lógica. O número de jovens não economicamente ativos cresceu significativamente ao longo do período referido e este é um dos efeitos da opção pelo neoliberalismo, a tendência é o aprofundamento do desemprego e as consequências desta lógica serão drásticas para a vida da juventude brasileira.

Nesse sentido, Nadya Guimarães (2005) nos chama atenção para o desenrolar da crise de 1970 e das idéias que passaram a ser difundidas na década de 1990 a respeito da perda da centralidade do trabalho. O que a autora busca demonstrar é justamente que o trabalho, especificamente o emprego assalariado, aparece como elemento central para as juventudes no Brasil, como um meio de garantir renda para auxiliar nas despesas da família, também garantindo a possibilidade de desfrutar de sua autonomia relativa através do consumo, do ir e vir nas cidades, no lazer.

No entanto, como sabemos, em uma sociedade como a nossa, marcada pelo desemprego estrutural, pela superexploração da força de trabalho, pela flexibilização dos direitos trabalhistas e pela redução e focalização das políticas sociais é certo que os postos de trabalho que estes jovens têm ocupado (quando os ocupam) são os mais precários.

Desta forma, é importante buscarmos identificar, por um lado o movimento que tem empurrado estes jovens para uma inserção precoce no mundo do trabalho. Por outro lado, tentar pontuar alternativas que caminhem para a superação desta condição. Nesse sentido, já adiantamos uma via que pretendemos desenvolver neste estudo como possibilidade de garantir aos jovens o direito de vivenciar a juventude é justamente a necessária articulação entre políticas de educação, cultura e trabalho.

Iremos nos desafiar a buscar identificar elementos que nos permitam desconstruir alguns “sentidos comuns” que permeiam o universo juvenil, tentando diferenciar o que de fato compõe este universo e o que a ele é imposto. Nesse sentido, a autora nos alerta que, ao contrário dos valores que são identificados à juventude - como o individualismo, *delinquência*, apego sexual e apego às experiências imediatas -, o desemprego aparece como a maior preocupação entre os jovens, de modo que quase não há variação significativa no universo juvenil a esse respeito. (GUIMARÃES, 2005).

Embora não existam diferenças significativas em relação à centralidade do trabalho para a juventude brasileira é importante sublinhar que a preocupação com o trabalho tem mais evidência para os homens, maiores de dezoito anos, com menor escolaridade e situados nas faixas de renda menores (GUIMARÃES, 2005), ou seja, corrobora com a linha de argumentação que estamos buscando traçar neste estudo, da centralidade do trabalho, por ser o elemento que definirá a condição de classe da juventude. Desta forma,

(...) Vale dizer que, quando tratamos da juventude brasileira, convém não suprimir um outro adjetivo imprescindível a tratar da sua especificidade: trata-se da juventude *trabalhadora* brasileira. Juventude esta que, em parcela não desprezível, ingressa no trabalho ainda na infância; nada menos que 33% deles iniciam sua carreira como trabalhador entre 5 e 14 anos, e somente um quarto deles o faz depois da maioridade. (...). (GUIMARÃES, 2005, p.167).

Partindo deste dado, acrescentaremos ao debate as contribuições de Frigotto (2004) ao afirmar que o emprego tem sido uma das principais questões da juventude, mas, especificamente, a juventude da classe trabalhadora, aos jovens que estão cotidianamente levados a um processo que denomina de *adultização precoce*, “uma situação, portanto, muito diversa da dos jovens de ‘classe média’ ou filhos dos donos dos meios de produção, que estendem a infância e a juventude” inserindo-se no mundo do trabalho após os 25 anos, tendencialmente, ocupando os melhores e mais remunerados postos e atividades de trabalho. (FRIGOTTO, 2004).

Frigotto (2004) afirma que a mutilação dos direitos da juventude da classe trabalhadora é uma constante na história do Brasil, marca estrutural do nosso modo de desenvolvimento capitalista. Portanto, com possibilidades de superação desta condição apenas no plano das reformas estruturais com vistas a romper com a dependência à dinâmica externa do capitalismo.

O autor aponta ainda que neste cenário perverso de políticas neoliberais não devemos nos manter no imobilismo. Ao contrário, ainda que as mudanças devam caminhar na direção das transformações estruturais não nos impede de articular a políticas emergenciais, uma vez que a

questão da juventude trabalhadora é urgente, e que se “a tendência tem sido de políticas focalizadas de cunho assistencialista, que atacam de forma superficial os efeitos da desigualdade, isso não impede que se implementem políticas redistributivas e de caráter emancipatório de grupos específicos mais violentados e, ao mesmo tempo, que se busque atacar os problemas estruturais.” (FRIGOTTO, 2004, p.211).

Nesse sentido, o autor ressalta a necessidade de políticas públicas redistributivas que garantam aos jovens, até os 24 anos, terminarem o ensino médio, e aos que já estão inseridos formalmente no mercado de trabalho que lhes seja garantido por lei um tempo necessário para o estudo, bem como a garantia de uma *bolsa de estudos* que assegure o retorno à escola.

No entanto, Frigotto (2004) nos faz um importante alerta e diz que embora emprego e escolarização sejam elementos que se relacionam na vida das jovens e dos jovens não devem ser entendidos como complementares, pois se nos atentamos a condição de classe destes sujeitos, inseridos em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais, radicalizadas pelas políticas neoliberais e pelo desemprego a possibilidade de altos níveis de escolarização não será, necessariamente, a garantia de ocupação de um *melhor* posto de trabalho com *maior* remuneração.

É válido problematizar neste momento o consenso na literatura sobre juventude em que a escolaridade é considerada um dos elementos essenciais para os sujeitos inserirem-se de forma mais qualificada no mundo do trabalho, conseguindo desta forma, ultrapassar a condição de pobreza de seus antecessores. No entanto, precisamos nos atentar inclusive para a qualidade do ensino e a função que historicamente a escola tem cumprido com o papel de socializadora das juventudes, difundindo os valores da sociedade do capital ao mesmo tempo em que prepara os jovens trabalhadores para uma inserção subordinada no mercado de trabalho.

(...) A origem etimológica da palavra escola vem do grego, significa lugar de ócio. Um lugar, portanto, onde crianças e jovens vivem um longo tempo incorporando valores, conhecimento e amadurecendo para a vida futura. Mas o mesmo retrospecto histórico nos evidencia que esta não era e nunca foi a escola para todos. Como mostram inúmeros estudos, a escola para a classe trabalhadora sempre foi outra – uma escola para a disciplina do trabalho precoce e precário. (FRIGOTTO, 2004, p.195).

Nesse sentido reforçamos, que (...) “a inserção precoce no emprego formal ou ‘trabalho informal’, a natureza e as condições de trabalho e a remuneração ou o acesso ou não à escola, a qualidade dessa escola e o tempo de escolaridade estão ligados à origem social dos jovens.” (FRIGOTTO, 2004).

A educação deve ser entendida como um direito, e este direito deve ser garantido aos jovens trabalhadores, de modo que a escola seja um espaço de ocupação de boa parte do tempo livre destes sujeitos desde que ofereça atividades que possibilitem conhecimento crítico da realidade, interação entre os estudantes, lazer e estímulos a arte e esportes. Arelado a isso, é mais que possível a garantia de uma política de redistribuição de renda, como apontou Frigotto (2004), na forma de uma bolsa de estudos garantida pelo Estado de modo a coibir a evasão escolar, que em geral se dá para que os jovens se insiram no mercado de trabalho. Como reafirma Martoni Branco (2005)

(...) são em sua maioria jovens os indivíduos relegados ao preenchimento de posições ocupacionais de baixa qualidade, ostentando vínculos precários e de menor remuneração, situados na camada inferior do setor informal. Com frequência, uma parcela significativa desses jovens que aceitam trabalhar sujeitando-se a tais condições o faz comprometendo sua escolarização ou mesmo já estando fora da escola, sem que neste caso tivesse sequer completado os ciclos educacionais compatíveis com sua idade. (BRANCO, 2005, p.130-131).

Sobre isso, vale observar o quadro da alfabetização da juventude no Brasil, no decorrer da década de 1990, e perceberemos os dados de uma realidade cruel.

**Tabela 10 – Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio e sexo, segundo a alfabetização e grupos de idade**

Alfabetização e Grupos de idade	Urbano			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alfabetizadas						
15 a 19 anos	10.294.594	4.990.192	5.303.402	3.214.709	1.590.265	1.624.444
20 a 24 anos	9.418.774	4.514.187	4.514.187	4.905.587	2.364.238	1.161.640
Não alfabetizadas						
15 a 19 anos	576.347	366.425	209.921	829.142	662.671	266.471
20 a 24 anos	562.358	285.133	266.225	714.428	437.434	276.994

Fonte, IBGE, PNAD, 1990

**Tabela 11 – Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio e sexo, segundo a alfabetização e grupos de idade**

Alfabetização e Grupos de idade	Urbano			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alfabetizadas						
15 a 19 anos	11.905.406	5.835.622	6.069.784	2.792.928	1.406.506	1.385.422
20 a 24 anos	10.031.424	4.831.307	5.200.117	1.992.144	991.786	1.000.356
Não alfabetizadas						
15 a 19 anos	502.520	329.356	173.164	574.629	416.045	158.584
20 a 24 anos	486.302	286.817	199.485	494.776	324.847	169.929

Fonte: IBGE, PNAD, 1995

**Tabela 12 – Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio e sexo, segundo a alfabetização e grupos de idade**

Alfabetização e Grupos de idade	Urbano			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alfabetizadas						
15 a 19 anos	14 170 019	7 004 471	7 165 548	2 690 666	1 398 434	1 292 232
20 a 24 anos	13 128 289	6 261 725	6 866 564	1 863 046	952 024	911 022
Não alfabetizadas						
15 a 19 anos	309 245	177 172	132 073	250 051	166 7014	83 347
20 a 24 anos	462 747	279 176	183 571	372 709	254 010	118 699

Fonte: IBGE, PNAD, 2001

O que mais nos chama a atenção nos dados acima é a diferença evidente entre os jovens alfabetizados nas áreas urbanas e os jovens das áreas rurais. O início dos anos 2000, no Brasil, apresenta um quadro com 14.170.019 milhões de jovens alfabetizados nas áreas urbanas, entre 15 a 19 anos, enquanto no campo este número cai para 2.690.666 milhões. É certo que o número de

jovens que vivem no campo é significativamente menor do que os jovens urbanos, mas o fato é que os dados explicitam o descaso do Estado com as políticas sociais para o campo. Sem a garantia do direito à educação, à cultura, ao trabalho, com a ofensiva do capital no campo, a fuga para as cidades aparece como a melhor alternativa para a juventude camponesa.

Além disso, é preciso observar que, embora o número de sujeitos não alfabetizados tenha diminuído ao longo da década de 1990, não significa dizer que a analfabetização será extinta no país. Não será extinta enquanto os projetos do capital mantiverem-se hegemônicos, pois está não é prioridade das classes dominantes. Ao contrário, o que temos buscado demonstrar é que as políticas neoliberais acirram as contradições do capitalismo, deixam mais evidentes os antagonismos de classe, precarizam ao extremo as condições de vida da classe trabalhadora, deteriorizam as políticas sociais e elevam a um patamar jamais vivenciado as expressões da questão social.

Sendo assim, a queda nas taxas de analfabetização da juventude brasileira, neste momento, se inserem em mais uma manobra do neoliberalismo. Isso diz respeito a ampliação das vagas oferecidas nos níveis básicos e médios de escolarização, a *reforma* da educação no governo FHC na década de 1990

(...) Essa abertura de escolarização dos jovens acentuou-se na década de 1990 e ocorreu sob a égide de uma forte crise econômica que estagnou o crescimento, acentuou desigualdades e fez aumentar os índices de desemprego. Nessa década constata-se também um movimento de reordenação do sistema educativo, observado nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, atingindo os mecanismos de financiamento do ensino público, provocando alterações curriculares e medidas de correção de fluxo, visando atenuar as reprovações e evasões, em um quadro inalterado de recursos destinados à educação. (...). (SPOSITO, 2005, p.96).

Perceba, portanto, que o caráter desta reforma em nada implica em transformações na estrutura da educação brasileira, pois não significou a diminuição dos jovens no mercado (informal) de trabalho, tampouco inibiu sua inserção precoce. Além disso, uma reforma na educação deveria, como já sinalizados, estar inserida em um projeto societário comprometido com transformações estruturais da sociedade, buscando romper com a condição de dependência do país que é um dos fundamentos de muitas de nossas contradições.

A partir deste panorama, podemos afirmar que as jovens e os jovens brasileiros vivenciam um grau elevado de frustração imposto pelas condições objetivas em que estão inseridos, pela condição de classe, pois, como afirmam Brenner, Dayrell e Carrano (2005) a maioria dos jovens brasileiros realiza atividades que se distanciam absurdamente das que gostariam de realizar e

estas são exatamente atividades relacionadas à cultura, incluindo entre elas o desejo de viajar. No entanto, os autores nos revelam ainda que os maiores empecilhos para realizarem tais atividades se encontram, em primeiro lugar, a falta de dinheiro, seguida da falta de tempo.

Vale destacar ainda que, ao tratar da viagem como um desejo de ocupar o tempo livre, existem variações significativas em relação à renda, em que o dobro dos jovens com maior renda familiar conseguem vislumbrar viagens para o futuro. “(...) Isso revela forte componente de classe no que se refere ao encurtamento ou alargamento das expectativas de ter viagens de lazer como formação cultural e humana.” (p. 203).

Sobre isso vale dizer que

O tempo livre não é espaço apenas para atividades de lazer, cultura desinteressada e entretenimento. É também momento de construção de relações sociais com múltiplas mediações e interesses em jogo, desde os mais orientados para a satisfação de necessidades pessoais objetivas até aqueles voltados para o estabelecimento de vínculos sociais, afetivos e espirituais mais ou menos desinteressados. (...). (BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2005, p.212).

Nesse sentido, ainda que não seja uma surpresa, não deixa de ser assustador os dados que os autores vão nos apresentar no que diz respeito ao acesso e qualidade das atividades com que os jovens ocupam seu tempo livre. Disso é preciso ressaltar o papel que desempenham os meios de comunicação na ocupação do tempo dos jovens que tendem a ocupar o tempo livre em todos os dias da semana assistindo TV (91%) e Rádio (89%). (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005, p. 189).

Neste momento, é preciso atentar para também não cair em generalizações, pois dentro da própria classe trabalhadora existem jovens que vivenciam a juventude de formas distintas, jovens da cidade e do campo, homens, mulheres, lgbs, negras e negros. Sendo assim, nem mesmo o tempo livre vai ser ocupado da mesma forma. A juventude no campo, por exemplo, tem a maior parte do seu tempo ocupado com a reprodução de sua vida social.

Entretanto, se o tempo livre na juventude é o espaço privilegiado de construção de valores e identidades, é no mínimo preocupante que boa parte destes valores estejam sendo construídos pela TV e pelo rádio que são veículos, hegemonicamente, controlados por sujeitos alinhados aos interesses do grande capital. Sendo assim, podemos apontar que, na sociedade capitalista, o tempo livre das juventudes tem sido sistematicamente apropriado pela Indústria Cultural, o que tendencialmente, tem definido a identidade dos jovens que deveria ser construída em espaços que potencializassem a construção crítica dos valores, das afinidades, dos projetos.

Os espaços de cultura e lazer, com todas as suas potencialidades, se colocam na perspectiva do direito. Falar em direito cultural implica criar condições de produção cultural, esta compreendida como acesso a produtos, informações, meios de produção, difusão e valorização da memória cultural coletiva. Espera-se que uma política pública democrática neste âmbito seja capaz de promover cidadania cultural que amplie a capacidade crítica dos jovens ante a tendência de indústrias culturais de homogeneizar e reforçar guetos de identidade. (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005, p.177).

Nesse sentido, reforçamos a idéia de que as escolas e os espaços públicos deveriam ser utilizados como instrumentos de promoção da cultura a fim de possibilitar a socialização dos jovens, pois

A existência de tempo livre não implica necessariamente lazer. O tempo livre do trabalho muitas vezes pode significar o espaço da penúria, da opressão e da falta de oportunidades. Este é o caso dramático do desemprego e da desocupação, situação vivida por uma expressiva parcela de jovens brasileiros. O lazer é atividade social e historicamente condicionada pelas condições de vida material e pelo capital cultural que constitui os sujeitos e coletividades. (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005, p.178).

Sendo assim, se a falta de dinheiro aparece como principal elemento que impede as jovens e os jovens a fazerem o que gostariam, nos leva a pensar que a ocupação dos espaços públicos seria um meio essencial de possibilitar o acesso e a produção de expressões artísticas, troca de experiências, construção de valores, identidades.

A realização de eventos culturais públicos tais como bailes, shows, concertos, recitais, etc. é uma maneira de estimular a convivência coletiva de múltiplos grupos juvenis e a intergeracionalidade. A praça como lugar de encontro, festa e convívio social é emblemática de cidades que cultivam a sociabilidade pública em contraposição à privatização da subjetividade, tendência das sociedades de consumo. (...). (BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2005, p.183).

Isso nos leva a problematizar como o consumo e a mercadoria ocupam nosso tempo livre, pagamos para sair de casa, pelo direito à cidade, as marcas, cinema, lanchonete, muitos dos elementos que compõem o universo juvenil tem um preço, e ao contrário de serem ampliadas as atividades nos espaços públicos muitas vezes o que resta a estes jovens são os *shoppings*, o apelo exagerado às mercadorias da indústria cultural - que não podem ser consumidas por todos os jovens. Os jovens que em sua maioria estão desempregados, sem uma política de garantia de renda que o permita manter-se na escola estão, tendencialmente, sendo cooptados pela prática de violência (como furtos e roubos) e à associação ao tráfico. Bem como sinaliza Beatriz Carlini-Marlatt (2005)

(...) Oferecendo identidade, respeitabilidade, rendimento financeiro e “plano de carreira” para grande parcela da juventude socialmente excluída, o comércio de drogas

arregimenta sem dificuldades enorme contingente de adolescentes. Considerando-se que o Brasil é país de ponta na manutenção do tráfico internacional e que o mercado interno de drogas é pequeno, mas em expansão, trabalho não falta. (CARLINI-MARLATT, 2005, p.311).

Embora a associação ao tráfico de drogas apareça como um problema maior que o próprio uso de drogas ilícitas, a autora nos alerta para o marketing das multinacionais e indústrias de tabaco e álcool que são consideradas drogas lícitas, mas que cumprem um papel danoso na sociabilidade da juventude, ressaltando o número elevado de homicídios e acidentes de trânsito ocasionados por jovens em situação de embriaguez.

Retomando a linha investigativa que nos interessa neste estudo, percebemos que o tempo livre da juventude brasileira tem sido hegemonicamente ocupado pela TV, seguida do rádio, espaços privilegiados para difundir valores da sociedade do capital. Os jovens e as jovens estão sendo mutilados em seu direito de produzir e acessar cultura, seu tempo livre que deveria ser o momento enriquecedor de possibilidade de construir valores e identidades, está sendo ocupado pela lógica das grandes mídias, do monopólio dos meios de comunicação, atrelado a dependência cultural de nosso país apresentam uma simbologia da juventude construída pela indústria cultural, altamente vinculada à cultura do consumo.

Nesse sentido, são muito pertinentes as contribuições de Maria Rita Kehl (2004) para pensar a relação da juventude com a indústria cultural. A autora nos adverte que ao contrário de outros períodos da história, a juventude nem sempre foi vista como objeto de desejo. No Brasil da década de 1920, como afirma, os jovens queriam logo se incorporar no meio dos homens de 50 anos.

Homens e mulheres eram mais valorizados ao ingressar na fase produtiva/reprodutiva da vida do que quando ainda habitavam o limbo entre a infância e a vida adulta chamado de juventude ou, como se tornou hábito depois da década de 1950, de adolescência. (KEHL, 2004).

Perceba que a autora nos remete ao período histórico em que esta mudança se inicia, nos reportando para os anos 1950, em que ,como demonstra, a adolescência que antes era tanto uma fase confusa, conflituosa, de limbo, entre a infância e a fase adulta, tornou-se uma fase de desejo, pois justamente o mercado passou a enxergar nesses sujeitos um campo privilegiado de consumidores em potencial. E essa lógica, precursora nos EUA, logo se espalha para todas as sociedades capitalistas.

Como demonstra Kehl (2004), juventude passou a ser uma identidade construída pela indústria cultural, com isso constrói-se uma gama variada de *mercadorias* a serem *consumidas* como músicas, roupas, os *fast-foods*, até lugares específicos para os adolescentes em que a combinação que ilustra muito bem este cenário é o *Mc Donald's* e a *Coca-Cola*. No entanto, como a autora ressalta, esse processo engendra uma contradição, pois não são todos os jovens que podem consumir esta identidade, mas esta identidade tem se tornado o desejo de consumo de quase todos os jovens.

Na sociedade pautada pela indústria cultural, as identificações se constituem através das imagens industrializadas. Poucos são aqueles capazes de consumir todos os produtos que se oferecem ao adolescente contemporâneo – mas a imagem do adolescente consumidor, difundida pela publicidade e pela televisão, oferece-se à identificação de todas as classes sociais. (...). (KEHL, 2004).

A sociabilidade capitalista é marcada pelas relações de consumo, os sujeitos antes de serem cidadãos desejam ardentemente serem consumidores, isto porque os cidadãos na lógica capitalista são os consumidores,

(...) como, na economia capitalista, do boi se aproveita até o berro, essa longa crise que alia o tédio, a insatisfação sexual sob alta pressão hormonal, a dependência em relação à família e a falta de funções no espaço público, acabou por produzir o que as pesquisas de marketing definem como uma nova fatia de mercado. A partir daí – viva o jovem! Passou a ser considerado cidadão porque virou consumidor em potencial. (KEHL, 2004).

No entanto, podemos afirmar que esta lógica tem deixado marcas cruéis numa juventude que está desamparada de políticas sociais que garantam as mínimas condições de sobrevivência, e que, portanto, não consegue se inserir na dinâmica das relações de consumo.

A essência da sociedade capitalista, como sabemos, está na esfera da produção, no processo de apropriação privada da riqueza socialmente produzida, em que a burguesa explora e se apropria do fruto do trabalho dos trabalhadores. Entretanto, a história nos mostra que o processo de desenvolvimento capitalista se fortalece também na esfera da reprodução, disputando a formação da consciência da classe trabalhadora, incidindo principalmente na juventude, em que este processo dialético de formação da consciência passa a ser mediatizado por relações de consumo, e através da indústria cultural, por vezes, reproduzimos os valores hegemônicos da cultura capitalista, nos apropriando de sua forma de pensar.

Romper com esta lógica não é uma tarefa fácil, não existem regras a serem seguidas, mas sabemos que um caminho possível é organizar a classe trabalhadora em torno de um projeto que incorpore seus interesses e que esteja comprometido com transformações que comprometam

diretamente as estruturas que mantêm erguidas este sistema fundamentado na exploração. Como temos sinalizado, a reforma agrária, bem como a reforma na educação brasileira, juntamente com o fim do monopólio dos meios de comunicação seriam exemplos de reformas necessárias para melhoria das condições de vida do povo brasileiro, e da sua juventude.

Buscamos demonstrar que a situação da juventude trabalhadora no Brasil é uma questão imperativa e que, articulada com transformações estruturais, exige políticas no plano *emergencial*. No entanto, parece que nos deparamos com mais um desafio na realidade brasileira quando pretendemos tratar de políticas sociais. Isso porque, como sinaliza Cohn (2004), não temos em nosso histórico a experiência dos países que vivenciaram os anos gloriosos do *Welfare State*, de políticas de pleno emprego, que caminhavam para a universalização do acesso as políticas sociais - ainda que, como aponta a autora, a juventude não tenha sido público privilegiado neste processo, por carregar a noção de que são os jovens os responsáveis pela construção de um futuro próspero, gozando de disposição, vigor, cabendo-lhes o acesso a saúde e educação (como ressalta a autora, bens básicos necessários para a garantia de condições de atividades laborais na fase adulta). (COHN, 2004).

No Brasil, como demonstra a autora, as políticas sociais se dividiam basicamente em dois grandes grupos, dos que podem pagar e dos que não podem. Partindo desta afirmativa, Cohn (2004) procurou nos apresentar como, historicamente, sempre articulada aos projetos societários hegemônicos, as políticas sociais no Brasil demonstram-se grandes muralhas para impedir qualquer alternativa que buscasse construir formas de garantir políticas sociais universais, equitativas e redistributivas. (COHN, 2004).

Além disso, é importante ressaltar que o caráter das políticas sociais no país sempre estiveram atrelados ao mundo do trabalho. Como aponta a autora, para dar conta dos interesses do projeto de modernização (conservadora) no país, o Estado desenvolvimentista iniciado na era Vargas garantiu o acesso a determinadas políticas sociais para os sujeitos inseridos no mundo do trabalho, e por muito tempo estes sujeitos eram aqueles que atuavam em setores estratégicos para a economia. Nesse sentido, estavam alijados dos direitos sociais uma parcela significativa de sujeitos trabalhadores (camponeses, autônomos, empregadas domésticas que só tiveram reconhecimento destes direitos na década de 1970), e a juventude que no *limbo* entre infância e fase adulta não estava (formalmente) vinculado mercado de trabalho. (Conh, 2004).

A autora apresenta que com a crise do Estado desenvolvimentista, que durou entre 1930 a 1980, as políticas sociais deixam de se restringir aos sujeitos formalmente vinculados ao mundo do trabalho. Contudo, é preciso frisar que, nos projetos societários dominantes em nossa sociedade, as políticas sociais estiveram sempre submetidas a esfera econômica, isto é, o social sempre esteve submetido aos interesses econômicos destes projetos, compreendido enquanto um gasto, motivo de crises do Estado, e com o neoliberalismo esta lógica não se rompe, ao contrário focaliza-se nas políticas desenvolvidas para *combate à pobreza* (mas nem precisa ressaltar que estas políticas nem de longe estavam interessadas em extinguir a origem estrutural da pobreza). (Conh, 2004).

Pobreza e desigualdades sociais que a partir do neoliberalismo ficam cada vez mais explícitas, afetando drasticamente a maneira com que as jovens e os jovens trabalhadores vivenciam sua juventude. E quando reportamos aos jovens das grandes periferias são eles que têm sido os mais afetados nesta condição imposta pelo capital, de mutilação dos direitos e de qualquer perspectiva de uma vida melhor, tornando-se presas fáceis da vida desumanizada da prostituição, do tráfico, dos crimes e furtos cotidianos, e do cerceamento precoce de suas liberdades com as instituições *sócio-educativas*

(...) Por tratar-se de jovens que foram mutilados em sua existência, o caminho de volta é tortuoso, demorado e nem sempre bem-sucedido. De imediato, a inclusão na escola ou no trabalho não lhes são mais atrativas. Algumas experiências indicam que este caminho de volta pode se dar no âmbito de atividades culturais e do mundo da arte (teatro, música, dança, etc.). O investimento ampliado para essas políticas não só é mais barato que a perspectiva policial e da criminalização, mas eticamente imperativo. (FRIGOTTO, 2004, p.210-211).

Nesse sentido, ressaltamos que, numa sociedade marcada por desigualdades sociais alarmantes, advindas de uma absurda concentração de renda, articulada a uma situação de desemprego estrutural que afeta a juventude da classe trabalhadora, a inserção no mercado de trabalho não deve ser a principal forma de garantia dos (mínimos) direitos sociais a estes sujeitos. Justamente nesse sentido gostaríamos de reforçar a necessidade de articular ao debate a problemática da educação, da cultura e do trabalho. Cabe afirmar que estes três universos não são dependentes e nem resolveriam as mazelas das juventudes na sociedade brasileira, mas articulá-los torna-se imprescindível para tentar avançar em uma melhoria significativa da condição de vida destes sujeitos, principalmente quando se consegue pensar em alternativas de articulação de políticas emergenciais e estruturais.

Como apontou Frigotto (2004) a particularidade da formação social e histórica do Brasil tornou a situação da juventude no país uma questão estrutural e incompatível com todos os projetos societários que estiveram no poder até hoje, as políticas de proteção aos jovens, crianças e adolescente (como o Eca, por exemplo), foram iniciativas importantes e necessárias, mas que de longe são capazes de superar a situação de radicalizada fragilidade das juventudes no Brasil.

Desta forma, concordamos com algumas contribuições trazidas por Frigotto (2004) no que tange a educação e políticas de redistribuição de renda, sempre articuladas com políticas de acesso e produção de cultura, para jovens do campo e da cidade, respeitando as especificidades de gênero e raça. A partir disso, podemos pensar em atividades que possibilitem a construção de uma cultura potencialmente crítica, que incida sobre as contradições do sistema, que ocupe o tempo livre das jovens e dos jovens, que seja capaz de superar a dominação cultural que tem na indústria cultural sua face mais cruel.

As desigualdades sociais, a articulação entre elementos arcaicos e modernos na produção das relações sociais no Brasil são funcionais aos projetos hegemônicos no país, vinculados e extremamente dependentes das economias estrangeiras do grande capital. Sendo assim, se não partir do povo organizado a disputa real de um projeto nacional e popular, não sairão do papel as intenções de mudança da vida das juventudes trabalhadoras.

A organização política das jovens e dos jovens trabalhadores certamente nos interessa neste estudo. São evidentes o fracasso e a fragilidade do nosso sistema político que não rompe com as práticas autoritárias da nossa formação social e histórica, e que ao longo da constituição da sociedade brasileira, insistentemente, deixou o povo alijado dos espaços de tomada de decisão sendo cruelmente reprimido em suas tentativas de organização popular. Disso resultam alguns limites na organização da classe trabalhada e de sua juventude, pois não estamos falando de jovens que têm uma herança vívida de lutas de massas, mas estamos nos referindo a uma juventude que pelos mecanismos de restauração, cooptação, revolução passiva, teve a memória de seu povo silenciada, enquanto urge pelas ondas da TV e do rádio um imaginário do jovem construído pela indústria cultural. Cabe-nos, portanto, desvelar os caminhos de resistência encontrados pelos jovens trabalhadores, bem como buscar identificar as alternativas possíveis de fortalecer a organização da juventude trabalhadora.

### **CAPITULO 3 – CULTURA, JUVENTUDE E RESISTÊNCIA**

Desafiaremos-nos, neste momento, a construir um movimento de síntese dos debates que temos desenvolvido nos capítulos anteriores. Pretendemos reforçar nosso posicionamento sobre a concepção de cultura, entendida aqui, como uma esfera que não deve ser descolada das relações sociais concretas, da interação humanidade-natureza, e, portanto, inserida no contexto da luta de classes.

Desta forma, as questões trabalhadas nesta pesquisa ganharão materialidade na interface com a trajetória da Mega FM. Faremos aqui, um estudo de caso, de uma rádio comunitária que iniciou suas atividades de radiodifusão em meados dos anos 1990, no município de Juiz de Fora. O que nos cabe destacar deste processo é justamente a potencialidade deste instrumento para a mobilização popular, em especial, para da juventude da comunidade em que esta rádio se fez presente.

#### **3.1. Apontamentos teórico-metodológicos acerca da categoria cultura**

A aproximação ao debate sobre cultura nos revela um terreno muito complexo, pois a própria origem e desenvolvimento do termo é permeada por muitas contradições, em que a cultura assume distintas definições e se relaciona com diferentes processos. Nas ciências naturais, quando se começa a construir os fundamentos deste termo, a noção de cultura nasce atrelada da necessidade de caracterizar o processo em que a humanidade ao se relacionar com a natureza descobre, por sua dimensão da racionalidade, que a natureza, objetivamente, não lhe oferece o suficiente para sobreviver. É, a partir da sua capacidade criativa, e de não contentar-se com o que a natureza lhe propicia de imediato, que a humanidade passa a produzir cultura, naquele momento, como aponta Willians (2007), identificando-a como o cultivo de algo, especificamente, o cuidado com a colheita e os animais. Desta forma, as origens do termo já nos apontam para a especificidade da cultura como um processo que não deve ser entendido como natural. Ao contrário, o termo tem uma materialidade definida, o cultivo, naquele momento, expressava-se na relação humanidade-natureza, através do trabalho. O trabalho permite que a humanidade construa as possibilidades de aperfeiçoar sua intervenção na natureza, complexificando as técnicas de

cultivo, da agricultura, do cuidado com os animais, enfim, criando condições melhores de sobrevivência ao mesmo tempo em que se humaniza neste processo, complexifica-se a si própria.

Esta relação intrincada entre cultura e trabalho é o elemento que fundamenta nossas reflexões neste estudo, ambos entendidos como elementos constitutivos do ser social é o que nos diferencia dos outros animais e, por uma perspectiva marxista de análise, é o que define o lugar que ocupamos no mundo e como nos enxergamos neste mundo. Desta forma, através do processo em que a humanidade entende que é possível fazer o cultivo de algo, a relação humanidade-natureza vai amadurecendo, as bases de intervenção na natureza se complexificam e as relações sociais vão se consolidando. Este processo é permeado de contradições e se materializa em condições históricas objetivas, tanto que a partir do Iluminismo começam a se gestar as possibilidades de ampliação da conceituação de cultura. Naquele momento, a humanidade passa a compreender também que é possível cultivar as próprias faculdades humanas.

Esta concepção da cultura enquanto um modo de pensar a si próprio e as relações sociais que está inserido foi uma das primeiras concepções do termo a ser delineada pelas ciências sociais. Neste processo, identificava-se cultura à capacidade de “refinar-se” intelectualmente, atrelava-se a uma noção extremamente elitizada do termo, em que este “refinamento” intelectual era medido pelo acúmulo de conhecimento.

A partir deste processo em que, a cultura permite pensar a si próprio, sua relação com a natureza e com outros sujeitos, passa a se desenvolver a compreensão do termo cultura enquanto conjunto de significados, isto é, a capacidade da humanidade, no interior de sua vida social, de atribuir sentido e significados as coisas, de construir valores, costumes, criar identidades. É, na materialidade das relações sociais, na interação com outros sujeitos em sociedade que se engendram os sentimentos de exclusão e pertencimento. Assim, pelas lentes do marxismo, conseguimos enxergar que, é na esfera produtiva, na estrutura social, que a cultura pode se materializar como um modo de vida, que não é natural, mas produto das relações sociais e históricas.

Na complexidade das relações sociais se engendram os elementos que vão permitir à humanidade compreender-se enquanto um conjunto de sujeitos capazes de expressar artística e intelectualmente a vida em sociedade. No entanto, o meio pelo qual a humanidade expressa aquilo que pensa sobre sua vida, não é autônomo, aliás, não é uma autonomia absoluta, mas relativa, pois estes sujeitos estão atravessados pelas contradições inerentes às relações sociais. Se

pensarmos a sociedade capitalista, dividida em classes sociais antagônicas, a cultura, enquanto modo de expressar o que vivemos e o que pensamos sobre o que vivemos, pode assumir tanto um ponto de vista conservador, quanto o elemento da resistência.

Em síntese, segundo Willians (1979), o termo cultura foi utilizado até o século XVIII pelas ciências naturais sendo denominado como o cultivo de algo. No entanto, é preciso destacar que a incorporação do termo pelas ciências sociais foi possível, histórica e socialmente, com o advento da modernidade, a crise do feudalismo e o surgimento do capitalismo como modo de produção. Esta incorporação se dá, naquele momento, pelo elemento da “razão moderna”, sob o fundamento do Iluminismo, em que a humanidade passa a entender que é capaz de conhecer, questionar e agir. Nesse processo, o termo passa a constituir-se como uma totalidade que é ao mesmo tempo modo de viver, de pensar e de expressar.

É importante sinalizar que a cultura é uma especificidade humana, construída em um determinado tempo histórico, fruto de um processo social e determinada pelas relações sociais. Para nós, é imprescindível que a cultura seja apreendida em sua interface com o trabalho, pois ela desenvolve-se enquanto esfera dependente e determinada pelo lugar que os sujeitos ocupam na divisão social e técnica do trabalho, uma vez que pensamos e expressamos o que conhecemos e o que vivemos. Deste modo, não devemos pensar a cultura como um conceito estático, mas como um processo que compõe a totalidade da vida social, numa relação imbricada entre sociedade, economia e cultura.

Sociedade, economia, cultura: cada uma dessas “áreas”, agora atadas a um conceito, é uma formulação histórica relativamente recente. “Sociedade” era companheirismo, associação, “realização comum”, antes de se tornar a descrição de um sistema ou ordem geral. “Economia” era a administração de uma casa e depois a administração de uma comunidade, antes de tornar-se a descrição de um determinado sistema de produção, distribuição e troca. “Cultura”, antes dessas transições, era o crescimento e cuidado das colheitas e animais, e por extensão, o conhecimento e cuidado das faculdades humanas. No desenvolvimento moderno, os três conceitos não se moveram no mesmo ritmo, mas cada um deles, num ponto crítico, foi afetado pelo movimento dos outros. (WILLIAMS, 1979, p. 17-18).

Ressaltar a relação imbricada da totalidade cultura, economia e sociedade, respeitando suas particularidades, é reafirmar nossa concepção de que cultura deve ser apreendida na sua interface com o trabalho, e que, nas sociedades capitalistas, portanto, é imperativo que se leve em

conta seu recorte de classe. Neste ponto, é importante atentar para a necessária diferenciação do termo cultura e civilização

O conceito de “cultura”, quando considerado no contexto amplo do desenvolvimento histórico, exerce uma forte pressão contra os termos limitados de todos os outros conceitos. Essa é sempre a sua vantagem; é sempre também uma fonte de dificuldades, tanto na definição como na compreensão. Até o século XIII ele ainda era um processo objetivo: a cultura de alguma coisa – colheitas, animais, mentes. As modificações decisivas em “sociedade” e “economia” começaram antes, em fins do século XVI e no século XVII, e grande parte de sua evolução essencial completou-se antes que “cultura” viesse a incluir seus significados novos e alusivos. Estes não poderão ser compreendidos se não entendermos o que aconteceu a “sociedade” e “economia”, e nenhum deles poderá ser plenamente compreendido se não examinarmos um decisivo conceito moderno que exigiu uma nova palavra no século XVIII – civilização. (WILLIAMS, 1979, p. 19).

Nesse sentido podemos perceber que no decorrer da história o conceito de civilização passou a caracterizar um determinado grau de desenvolvimento das relações sociais, políticas, econômicas e culturais de determinada sociedade, e, no capitalismo, este nível de desenvolvimento foi pressuposto para “civilizar” outras culturas, dominá-las.

A noção de “civilizar”, como sendo a absorção dos homens por uma organização social, já era conhecida, é claro – baseava-se em *civis* e *civitas*, e seu âmbito se expressava no adjetivo “civil”, indicando ordenado, educado, cortês. (...) [“civilização”] expressava mais dois sentidos que estavam historicamente unidos: um Estado realizado, que se podia contrastar com a “barbárie”, mas também agora um estado realizado de desenvolvimento, que implica processo histórico e progresso. Foi essa a nova racionalidade histórica do Iluminismo, combinada de fato com uma celebração que se auto-referia de uma condição realizada de refinamento e ordem. (WILLIAMS, 1979, p. 19).

Cultura, nesse sentido, passou a se relacionar com o estado de desenvolvimento das relações sociais, lembrando que estamos falando do mesmo momento em que passa a se desenvolver as relações capitalistas. Assim, o que passa a se apresentar é um modelo de dominação. Com isso, justifica a dominação de uma cultura sobre a outra, delimitando o caráter conservador e elitista de cultura, intimamente ligado a um modo de produção e sociabilidade capitalista. Por essa ótica, justifica-se a invasão dos europeus no Brasil impondo coercitivamente aos nativos um novo padrão de relação daqueles sujeitos com a natureza, impondo novos valores, novas crenças, novos significados para a vida. Se antes os nativos trabalhavam para subsistência (valor de uso), passaram a trabalhar para produzir excedentes, se viviam numa espécie de comunismo primitivo foram incorporando a lógica da propriedade privada, aprenderam o que era

mercadoria tornando eles próprios uma mercadoria. Esta dominação, portanto, implica um padrão civilizatório imposto por uma sociedade que julga ter uma cultura, arte, intelectualidade, ciência mais desenvolvidas e aptas a impor um modelo de civilização (capitalista). Poderíamos afirmar que este seria um dos elementos originários da nossa dependência econômica e cultural, mas é importante frisar, como apontamos anteriormente, que este sistema (capitalista) tem contradições intrínsecas ao seu funcionamento e se por um lado prevalece a dominação e a imposição da “cultura dominante”, a tendência é que haja, por outro lado, a resistência.

Delimitamos, desta forma, os elementos que compõe o entendimento que fazemos da categoria cultura. Categoria histórica, dinâmica, socialmente determinada, é em si uma totalidade (modo de vida, de pensar e expressar) e compõe a totalidade da vida social (cultura, economia e sociedade), mas precisamente se contrapõe ao modelo de civilização, ou melhor, ao padrão de dominação capitalista.

Portanto, pretendemos guiar nossas análises sobre cultura, dentro da perspectiva marxista, partindo da compreensão de que a cultura deve ser entendida por um recorte de classe, e potencialmente marcada por um viés de resistência quando nos referimos à classe trabalhadora que é o objeto de nosso interesse. Além disso, temos clareza que a esfera da cultura é uma importante chave de análise que possibilita a compreensão das particularidades da realidade brasileira e subsidiará nossas reflexões sobre a organização da juventude da classe trabalhadora no Brasil.

### **3.1.1 Contribuição do pensamento marxista acerca da categoria de cultura**

A categoria cultura, por ser uma categoria histórica, dinâmica e socialmente determinada teve um vasto universo de definições e apropriações. Tem sua origem nas ciências naturais, complexifica-se quando incorporada às ciências sociais ao mesmo tempo em que ganha um novo contorno no desenvolvimento do sistema capitalista. Todo este trajeto sinuoso da construção desta categoria, para nós, deve ser compreendido na sua relação imbricada com o trabalho. Desta forma, é importante apresentarmos algumas contribuições do legado marxista sobre cultura, o fundamento sobre o qual desenvolvemos nossa concepção sobre esta temática.

O debate sobre cultura passa a ser incorporado com mais rigor pela tradição marxista a partir dos anos 1950 e 1960. Esta incorporação tardia pode ser explicada pelas contradições que

passam a se desenvolver no interior da II Internacional Comunista, com a apropriação enviesada do legado marxiano. Assim, quando a III Internacional Comunista entra em crise tem-se o ponto inaugural de renovação do marxismo, com o surgimento da “nova esquerda” caracterizada pelo retorno às obras de Marx e o reencontro de seus princípios. A partir disso, passa-se a ter conhecimento de obras de autores marxistas como Gramsci, por exemplo, e são introduzidos novos temas para serem debatidos dentro do marxismo como o método, Estado e Cultura.

As contribuições do legado marxiano e marxista se incorporam nas formulações dos intelectuais brasileiros e nas universidades do país de forma tardia, segundo Francisco de Oliveira (2006), por volta das décadas de 1960 e 1970. Segundo o autor, esse marxismo logo teve interlocução com os intelectuais e trabalhadores, mas também com os militares, e essa primeira aproximação tornou o marxismo brasileiro permeado de ideias positivistas e nacionalistas que se materializam nos trabalhos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, instituto que tinha um claro caráter doutrinário-nacionalista. Arelado a estas ideias doutrinárias internas, havia ainda, a influência doutrinária do movimento comunista internacional:

No campo marxista, as deformações tiveram por base as influências positivistas, dominantes nas elaborações dos principais pensadores (Plekhanov, Kautsky) da Segunda Internacional, organização socialista fundada em 1889 e de grande importância até 1914. Essas influências não foram superadas – antes se viram agravadas, inclusive com incidências neopositivistas – no desenvolvimento ideológico ulterior da Terceira Internacional (organização comunista que existiu entre 1914 e 1943), culminando na ideologia stalinista. (NETTO, 2011, p. 12).

Essas influências, internas e externas, do *marxismo-positivista* e *neopositivista doutrinário*, dificultaram a apropriação dos fundamentos da teoria marxiana no pensamento social brasileiro até a década de 1960. Não quer dizer que até este momento não tivéssemos contribuições importantes para pensar a realidade do país, sobre isso Oliveira (2006) ressalta o esforço de alguns intelectuais que conseguiram contribuir na interpretação do país de forma crítica como é o caso de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré.

O autor nos mostra ainda que o marxismo brasileiro sofreu influência, em maior ou menor medida, pelo *leninismo* e *pelotrotskyismo*. Demonstra que a matriz marxista-leninista teve maior influência no país, ao contrário do marxismo de tradição social-democrata alemã que, segundo Oliveira (2006), não teve influência nem mesmo nos partidos socialistas brasileiros. Já o trotskismo, segundo o autor, sempre esteve restrito a um pequeno grupo, mesmo que tenha tido um pouco mais de relevância nos anos 1980, mas nada significativo, pois esta matriz, como

afirma Oliveira (2006), não consegue ter expressividade dentro do próprio cenário político brasileiro, nem interlocução com os trabalhadores.

No período da ditadura, como aponta o autor, o marxismo ganhou as universidades devido ao aumento dos cursos de pós-graduação das ciências humanas. Com isso, passa a influenciar os intelectuais da classe média. No entanto, Oliveira (2006) afirma se tratar naquele momento de um marxismo de “importação europeia”, principalmente da França, o que causava um movimento contraditório nesta incorporação, pois como avalia o autor, esses intelectuais poderiam ser considerados de esquerda e com caráter revolucionário, mas não conseguiam construir um diálogo efetivo com as classes populares, não se comunicavam com as massas de trabalhadores e trabalhadoras que aumentava em larga escala nos anos do “milagre econômico”.

O pensamento social brasileiro, como pôde perceber, não esteve imune à apropriação conflituosa e dogmática da teoria marxiana. As primeiras aproximações com este legado se deram a partir da importação do modelo marxista europeu (o chamado “marxismo vulgar”), buscando imprimir as categorias de análise da realidade europeia para interpretar a sociedade brasileira. O nó desta questão centrava-se no fato de que a apropriação sem crítica destas categorias chocou-se com as particularidades da formação social e cultural do Brasil. Disso, desdobraram-se diversas interpretações sobre a formação social do país e alguns apontamentos equivocadas sobre nossa realidade e os rumos da revolução brasileira.

A partir das possibilidades históricas concretas foi possível aos intelectuais do pensamento social crítico brasileiro construir os caminhos de superação desta herança do marxismo vulgar. Desta maneira, destacamos a necessidade de retomar “Marx por ele mesmo”, de modo a tentar contribuir nesta perspectiva que, visa superar análises da realidade permeadas por estes equívocos, para, assim, buscar compreender as contribuições marxianas acerca do debate sobre cultura.

É importante destacar que o pensamento marxiano se formula a partir de três fontes, mas sem limitar-se a elas. Ao contrário, o que podemos perceber é que o autor se propõe a superar os limites da filosofia clássica alemã; a economia política inglesa e o socialismo utópico francês, e entendemos que o debate do termo cultura no pensamento marxiano irá perpassar estas três fontes. No entanto, Marx só terá condições históricas e políticas para desenvolver alguma contribuição sobre o termo quando se defrontar (e superar) a filosofia clássica alemã, mais especificamente Hegel e o idealismo.

Nesse momento, ideologia para Marx e Engels estava relacionada à filosofia clássica alemã. Para eles, ideologia tinha um caráter negativo no sentido de identificá-la como “falsa consciência”, afirmavam que os autores da filosofia clássica alemã estavam enganando os sujeitos quando diziam que eram as ideias que criavam a realidade. Com isso, Marx e Engels avançam em uma das contribuições mais importantes para o processo de entendimento da cultura enquanto dimensão socialmente determinada.

Os elementos para o desenvolvimento da concepção materialista da cultura ficam ainda mais evidentes na obra *A Ideologia Alemã* (1845-1846). Esta obra marca a ruptura com a filosofia clássica alemã, pois dá aos autores a concepção de materialismo. Deste modo, o materialismo histórico dialético nasce na perspectiva de inversão do sistema hegeliano, pois, para Marx e Engels, ao contrário do que dizia Hegel, os pensamentos, as idéias, são determinados, isto é, se engendram a partir de uma base material concreta.

Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, com base no seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos [Reflexe] e ecos ideológicos desse processo de vida. (...) Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. (...). (MARX e ENGELS, 2009, p.31-32).

Partindo destas contribuições marxianas, entendemos que a dimensão da cultura se desenvolve a partir de uma base material concreta. Os processos históricos nos revelam que, para além de uma manifestação da consciência social que se tem da realidade, como afirmavam os autores, a cultura, se apresenta enquanto uma esfera de reprodução e legitimação das relações sociais, espaço privilegiado da disputa ideológica e que permite o processo de construção da consciência de classe dos sujeitos.

Se partirmos da concepção de que o sistema capitalista é necessariamente contraditório, nosso objetivo neste trabalho é demonstrar que na esfera da cultura também estão os elementos essenciais para construir um enfrentamento concreto à dominação capitalista e o que buscaremos demonstrar é que a juventude da classe trabalhadora é o sujeito potencialmente dotado de características para travar esta luta.

Gramsci é um dos pensadores marxistas que se apropria profundamente deste debate, amplia e complexifica a conceituação da categoria cultura. A partir das contribuições

apresentadas pelo autor que guiaremos nossas reflexões neste estudo. Para tanto, é imprescindível apresentarmos alguns dos elementos do seu pensamento social sobre esta temática.

Em 1913, Gramsci inicia sua militância no Partido Socialista Italiano e fazia parte de um grupo denominado Juventude Socialista (influenciado por Croce e Gentili). Para este grupo, além das batalhas diretas na esfera econômica existiria outra luta a ser travada para a revolução socialista, a luta ideocultural. Ainda influenciados pelo idealismo e o neohegelianismo, colocam uma nova tarefa ao partido, a construção de sujeitos revolucionários capazes de incidir na batalha de ideias, construindo condições subjetivas para a revolução. (Coutinho, 2011).

Nesse momento, o autor demonstrava uma visão conservadora sobre o debate de cultura, que era vista como sinônimo de educação formal. Assim, para Gramsci, o PSI precisava tornar sua militância mais culta, alfabetizar sua base atrelada a um processo de formação política. No entanto, quando o autor desenvolve estas formulações já nos faz perceber que sua perspectiva não se reduz ao idealismo, pois já se revelam em sua análise elementos da luta de classes. Com isso, nos apresenta importantes contribuições para o entendimento do processo de formação de consciência, uma vez que, para o autor, sem se investir no processo de formação cultural o horizonte revolucionário fica cada vez mais distante.

Gramsci preocupou-se em sua vida militante em desvelar qual instrumento político capaz de conduzir à revolução, e aponta o partido como elemento de centralidade, mas não o pensa com finalidade eleitoral, mas por uma finalidade de organização e formação política das classes populares. Sendo assim, por incompatibilidade ideológica com o PSI, funda, em 1921 o Partido Comunista Italiano.

Neste processo, durante o cárcere, Gramsci passa a aprofundar na análise de que através da cultura os sujeitos conseguem ter consciência do lugar histórico que ocupam na sociedade construindo possibilidade concreta de romper com a alienação. No entanto, o autor ressalta que, deixados a própria sorte os trabalhadores não superam sua condição de dominação. Daí fortalece seu debate sobre a importância dos intelectuais neste processo de construção da perspectiva nacional e popular, salientando o papel do partido político.

Nesta lógica gramsciana, são os espaços coletivos e plurais da sociedade civil, orientados em especial pelos grandes aparelhos “privados” de hegemonia, que são os *partidos políticos*, que incorporam uma ideologia política e, atuando sobre um “povo disperso e pulverizado”, restrito ao espaço da vida econômica, procuram despertar e organizar sua vontade coletiva. Nesse processo, marcado hegemonicamente por um princípio educativo, se fortalece e se expande o nível cultural histórico-político que atuará coletivamente sobre a realidade concreta. A vontade coletiva pressupõe, portanto,

um certo grau de homogeneidade e organicidade a ser permanentemente conquistado, renovado e fortalecido. (BEZERRA, 2012, p.148).

A cultura, desta forma, deve ser compreendida como um processo, construída historicamente e não uma evolução natural. Ela é uma dimensão constitutiva do ser social, o que lhe proporciona sentimento de pertencimento e exclusão, propulsão ou repulsa, que nasce na esfera econômica, mas não se limita a ela.

É na dimensão da cultura, portanto, que se consolidam os meios de compreensão das contradições vivenciadas no sistema capitalista e se constroem as possibilidades concretas de superação desta sociabilidade. Para isso, deve estar atrelada a um projeto societário emancipatório, nacional e popular. No entanto, um dos desafios enfrentados na contemporaneidade para a construção desta perspectiva nacional e popular está justamente na pós-modernidade, na lógica cultural do neoliberalismo.

O que buscamos demonstrar neste estudo é que, além do neoliberalismo ter aprofundado as contradições do sistema capitalista e tornado mais aguda as desigualdades sociais, ele consegue, através da pós-modernidade, enfraquecer ideologicamente a luta da classe trabalhadora. Neste sentido, a perspectiva nacional-popular deve ser entendida como uma dimensão antagônica à pós-modernidade que se fortalece na radicalidade da alienação das classes populares.

A pós-modernidade ao negar as metanarrativas e não analisar a realidade por sua perspectiva de totalidade, fragmenta a visão das relações sociais e passa a privilegiar uma análise particularizada do todo. Esta concepção ganha forma no Brasil a partir dos anos 1990 e se materializa na fragmentação da esquerda, na dificuldade de construção de sínteses coletivas e de unidade entre as lutas no seio da classe trabalhadora. É nesta conjuntura que se desenlaça a experiência da rádio comunitária Mega FM, em Juiz de Fora. Este terreno construído pela pós-modernidade faz com que a luta local, nos bairros, nos coletivos pareça ser a forma mais eficiente de transformar a realidade.

### **3.2. A experiência da Rádio Comunitária Mega FM e a organização da juventude na comunidade Santa Cândida**

Iniciamos este estudo abordando as particularidades da formação social brasileira, buscando ressaltar como os processos de revolução passiva desenham a formação social e

cultural do país tornando particular a constituição das classes sociais, do Estado e as relações entre ambos. Afirmamos ainda que estes processos se apresentam como respostas das classes dominantes na tentativa de sufocar reações das classes populares, são as maneiras encontradas pela burguesia para buscar eliminar as formas de resistência do povo brasileiro.

Sendo assim, nos desafiaremos, neste momento, a trazer à luz uma das inúmeras experiências de resistência do povo brasileiro que são sistematicamente silenciadas por aqueles que historicamente têm se mantido no poder. Pretendemos resgatar a memória da rádio comunitária Mega FM (90,7), mas, sobretudo, ressaltar como esta comunitária representou um movimento de resistência extremamente relevante na cidade de Juiz de Fora - MG, contribuindo para a mobilização de homens, mulheres e jovens na luta incansável contra as investidas de silenciamento da sua história.

Sobre isso vale resgatar na história da sociedade brasileira as experiências concretas e exitosas da relação orgânica entre intelectuais e povo nas décadas de 1950 e 1960. Foi nesta conjuntura que se consolidaram as bases concretas para edificar uma produção cultural genuinamente brasileira, nacional, comprometida com a superação de todas as formas de dominação e exploração do povo brasileiro:

(...) Esta produção cultural se articulava, então, com a necessidade de participação que o momento político tanto favorecia, o que acabou por influenciar as expressões artísticas no que se referia ao conteúdo e à forma. A militância política e a cultural se interagem e, muitas vezes, se confundiam, dando aos movimentos desta última esfera uma clara intenção e uma suposta capacidade de conscientização e politização. A arte surgiu, então, ao lado de outras manifestações intelectuais, como um elo para fortalecer a proposta de superação das contradições da realidade social que direcionava a ação de intelectuais, artistas, estudantes, trabalhadores e setores populares. (BEZERRA, 1998, p. 70-71).

Os elementos da geopolítica, como já sinalizamos neste estudo, proporcionaram uma grande mobilização nesta conjuntura. As contradições do sistema capitalista estavam cada vez mais evidentes, sentiam-se os efeitos da crise de superacumulação, ao mesmo tempo que estavam postas condições de resistência. Muitas foram as experiências que influenciaram a juventude e o povo brasileiro, a Revolução Cubana talvez tenha sido a mais significativa, pois rompe com a visão eurocêntrica de revolução e demonstra que cada país, com suas particularidades deverá empenar-se com sua própria revolução. Este sentimento se expressou no Brasil ao organizarem-se trabalhadores do campo e operários, jovens, intelectuais, artistas em torno, dentre outras

bandeiras, da reforma agrária, universitária, reforma urbana, empenhados na transformação estrutural da sociedade brasileira.

A organização dos intelectuais, artistas e do povo brasileiro se manifestou em uma das experiências mais significativas da época, em que se destaca o protagonismo das/os jovens estudantes da UNE através dos Centros Populares de Cultura:

Foi no Rio de Janeiro, no ano de 1961, que surgiu o primeiro CPC ligado à UNE e com a proposta de construir uma cultura “nacional, popular e democrática de esquerda”. Os intelectuais fizeram dos CPCs uma manifestação da cultura engajada, interessados em manter, através de sua prática, uma atitude conscientizadora junto às classes populares. Para isso, contavam com artistas e intelectuais que assumiram um projeto revolucionário de transformação social bastante condizente com o clima político do país naquele início de década. (BEZERRA, 1998, p. 71).

Dada a potencialidade desta efervescência política e cultural em curso na sociedade brasileira, a burguesia interna em articulação com o capital estrangeiro (EUA) forjaram mais um episódio de “revolução passiva” na história do país. Uma “transformação pelo alto” que afetou drasticamente o elo entre intelectuais e povo, prejudicando a articulação dos movimentos populares na construção de um projeto contra-hegemônico para a sociedade brasileira. Além disso, com o golpe de 1964

(...) o domínio dos meios de produção da cultura permanece monopolizado nas mãos da elite e de frações da pequena burguesia. Ao mesmo tempo em que os militares destruíram os então recentes e promissores vínculos por meio dos quais se operava um processo de transferência dos meios de produção de técnicas e linguagens artísticas aos camponeses e operários, o regime dos fuzis incentivou a criação de um sistema nacional de televisão – do qual o maior expoente foi a Rede Globo. O objetivo era respaldar esteticamente o projeto de modernização conservadora do país, por meio da imposição da imagem de desenvolvimento, progresso e integração da nação, com a qual os militares e a elite nacional pretenderam justificar seu predomínio brutal no poder. (ESTEVAM; COSTA; VILLAS BÔAS, 2015, p.39).

A experiência da comunitária já foi abordada em alguns estudos, sempre destacando sua potencialidade no sentido de contribuir na construção da cidadania dos sujeitos da comunidade Santa Cândida e de possibilitar que a história do povo brasileiro, historicamente silenciada, fosse propagandeada nas ondas eletromagnéticas. Para nós, é imprescindível ressaltar deste trabalho sua potencialidade em incidir sobre elementos estruturais da nossa sociedade, como a luta pela democratização dos meios de comunicação, que permanecem monopolizados pela burguesia e tornam-se espaço privilegiado para a luta ideológica. Por uma lógica contrária a esta, a

comunitária possibilitava o acesso e a produção de informação, arte e cultura, e a partir disso fomentando a organização popular, especialmente da juventude.

É importante situar ainda que nossas reflexões acerca da rádio Mega FM, bem como nossos apontamentos sobre a contribuição desta comunitária para a organização da juventude da comunidade Santa Cândida estão fundamentados na análise de documentos que registram este marco histórico, em artigos acadêmicos, tese (LAHNI, 2005) e monografia (BARRA, 2010); relatorias de reuniões, estatutos, artigos de jornais e fotografias disponibilizados por integrantes da rádio.

Não é nosso objetivo neste estudo aprofundar o debate sobre a constituição das rádios comunitárias no Brasil e no mundo, mas é importante situar o movimento histórico que impulsiona a organização destas experiências para conseguirmos compreender melhor o solo em que se forja a Mega FM, principalmente para entender que esta não foi uma experiência isolada na história do município de Juiz de Fora.

As rádios comunitárias, como pretendemos sinalizar, manifestam-se como importantes instrumentos que auxiliam na luta ideológica. Materializam as reflexões que estamos desenvolvendo neste estudo, pois dão conta de, na dimensão da cultura, explicitar as contradições inerentes ao sistema capitalista e possibilitar a construção dos nexos causais dessas contradições. Através das rádios é possível transmitir informações necessárias para a compreensão do nosso lugar no mundo, propagandear idéias contra-hegemônicas e fomentar a organização popular.

Nesse sentido, a Mega apresenta-se como parte de um conjunto de iniciativas que encontram nas rádios comunitárias uma alternativa para dar voz aos sujeitos historicamente marginalizados denunciando os impasses tanto estruturais da sociedade brasileira – referentes ao monopólio da produção e difusão de informações-, quanto conjunturais.

Desta forma, como aponta Barra (2010), a história das rádios comunitárias, no Brasil e no mundo, sempre esteve atrelada a um interesse comum, muitas delas vinculadas a movimentos populares e à luta das\dos trabalhadores. Nesse sentido, ressalta a importância das rádios comunitárias na América Latina, em especial nas décadas de 1960 e 1970, na luta contra os regimes ditatoriais e na propagação dos processos revolucionários.

Vale ressaltar a experiência das rádios comunitárias da Bolívia, em que se tornaram instrumento fundamental dos trabalhadores das minas tanto para divulgar as bandeiras de luta do sindicato dos mineiros e na denúncia das condições precárias de trabalho, quanto para aproximar

e mobilizar as comunidades ao redor, uma vez que pelos princípios das rádios comunitárias o acesso a produção e difusão das informações estava garantido a todas as pessoas que quisessem contribuir. A rádio dos mineiros foi ainda importante veículo de denúncia e resistência ao golpe militar, além de prestar apoio aos guerrilheiros cubanos, mas tem sua programação encerrada com o declínio das atividades mineradoras e a evasão dos trabalhadores para as cidades. (BARRA, 2010, p.22).

Percebe-se que a história das rádios comunitárias, se forja na luta pela democratização do acesso, produção e difusão da informação, mantendo-se como instrumento de denúncia, reivindicação e resistência, sobretudo, como espaço para transmitir idéias contrárias às dominantes, construindo a disputa ideológica nas ondas eletromagnéticas. Por esta lógica, é importante citar ainda as experiências da Rádio Sandino, na Nicarágua e da Venceremos em El Salvador, além da experiência da Rádio Rebelde, construída por iniciativa de Che Guevara, em 1958, em Cuba. A Rebelde foi um importante meio para dar coesão às frentes de batalha durante a guerrilha além de propagandear as idéias revolucionárias para o povo cubano. (BARRA, 2010, p.22).

No Brasil as rádios comunitárias começam a se desenvolver na mesma conjuntura histórica que as rádios dos países vizinhos da América Latina, segundo Barra (2010) datam da década de 1970 as primeiras experiências no país. Contudo, o início das rádios comunitárias brasileiras se dá por um viés diferente daquele de enfrentamento direto, denúncia e resistência ao golpe militar. O início das rádios comunitárias no país pareceu estar atrelado bem mais ao interesse e à curiosidade pela técnica da radiodifusão do que pelas lutas políticas. (BARRA, 2010).

Já na década de 1980, com o processo de redemocratização do país, retomada da mobilização da classe trabalhadora e a efervescência dos movimentos populares, as rádios comunitárias passam a delinear um caráter mais questionador, apresentando-se como instrumento de denúncia, expondo a insatisfação com a programação das rádios comerciais e passam a levantar a bandeira da democratização dos meios de comunicação. (BARRA, 2010).

Neste período, surge uma das experiências mais significativas de rádio comunitária no país, a Rádio Favela FM, situada no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte (Minas Gerais), uma comunidade com aproximadamente 140 mil habitantes. A Favela FM estava sintonizada na frequência 106,7 e logo se tornou uma referência para diversas comunitárias comprometidas em

resistir aos valores e princípios de uma sociedade em que se apropriam de forma privada da riqueza socialmente produzida.

Um elemento central nas comunitárias se expressa justamente pelo fomento à organização popular, e a experiência da Rádio Favela FM estava propiciando uma mobilização na comunidade do Aglomerado da Serra fazendo com que a comunitária logo se tornasse alvo de perseguições, ações cruéis típicas daqueles empenhados em manter intacta a ordem de privilégios, monopólios e latifúndios da sociedade brasileira.

Em meados da década de 1990, a Favela FM vivencia um processo intenso de repressão, em que a Polícia Federal, recebendo ordens diretas do então presidente Fernando Henrique Cardoso e dos sujeitos diretamente ligados ao monopólio das comunicações, age a partir de ações truculentas e invasões às casas da comunidade uma vez que a rádio não tinha sede e as transmissões eram feitas das casas dos moradores.

Em 1999 a Favela FM obteve concessão federal para atuar como educativa. Mas até a sua legalização houve muita luta da população e prisões de suas lideranças. Essas ações da polícia contra a Rádio Favela, no morro, antes de sua legalização, foram numerosas e grandes. Para exemplificar, uma delas levou ao morro mais de 700 policiais e dois helicópteros. (...). (LAHNI, 2005, p.127).

Sob este viés contestador e em meio a uma onda de repressão, as rádios comunitárias começam a multiplicar pelas diversas regiões do país na década de 1990. (BARRA, 2010). É justamente nesta onda de avanço, quantitativo e qualitativo, das rádios comunitárias que nasce a Mega FM (90,7).

Esse processo de organização das rádios comunitárias no país, na década de 1990, pode ser entendido pelo fato de aquele período, como temos ressaltado ao longo deste estudo, ter representado um momento de radicalização das contradições do projeto neoliberal, evidenciadas, por exemplo, nos altos índices de desemprego, na precarização e flexibilização das relações trabalho, além disso, verifica-se um aumento da população jovem e sua consequente demanda por inserção na esfera produtiva tornando-se um *problema* para o Estado e instituições privadas ao demandar seu direito ao trabalho e deparar-se com estes dilemas referidos.

Se a classe trabalhadora no Brasil estava sobrevivendo sob condições precárias é certo que seriam inúmeras suas experiências de resistência, e as rádios comunitárias apareceram como um dos instrumentos de mobilização destes sujeitos. No entanto, como buscamos demonstrar, o neoliberalismo traz consigo uma lógica cultural que possibilita sua reprodução, pois constroi no plano das ideias o individualismo que se organiza na esfera produtiva, fazendo com que

experiências como as das comunitárias pareçam estar isoladas em seus morros, descoladas da realidade concreta, pois é a partir desta lógica que busca nos atomizar e alienar que a pós-modernidade ganha força.

Neste sentido, torna-se extremamente fundamental para a luta da classe trabalhadora o resgate de sua memória, de sua história, de sua resistência. Assim, relembramos que a rádio comunitária Mega FM estreia suas atividades de radiodifusão no dia 19 de junho de 1997. Com sede na rua Dante Bellei, número 70, no bairro Santa Cândida, no município de Juiz de Fora – MG, começa a espalhar pelas ondas do rádio ideias que irão movimentar de forma jamais vivenciada os moradores das comunidades onde a rádio atingia, em especial, as/os jovens.

É interessante situar que o processo que culminou na construção da rádio Mega FM se desenvolveu no decorrer do ano de 1996, quando Luiz da Conceição Bispo (Dj Nonô), técnico em eletrônica, começa a desenvolver um trabalho na escola do bairro (Escola Estadual Cândido Motta Filho) por uma demanda do grêmio estudantil, que havia reconhecido a necessidade de um espaço para divulgar as ações da entidade. Decidem, portanto, pela construção de uma radioescola e contam com o auxílio de Nonô para a empreitada. (LAHNI, 2005).

Vale destacar ainda que neste mesmo ano, a *Rádio Capital*, uma rádio comercial da cidade, que apresentava um programa feito por moradores das comunidades com apresentações de hip hop, pagode, samba, ao ser vendida, para uma rádio evangélica, deixa de exibir esta programação, e os moradores ficam sem espaço para compartilhar a cultura da periferia. (LAHNI, 2005).

Fica evidente que os espaços para a valorização da cultura popular estavam cada vez mais restritos nos meios de comunicação burgueses, as rádios que funcionavam a partir do financiamento das propagandas de grandes empresas (e ideologias) restringiam sua programação para a divulgação das mercadorias da indústria cultural, afinal, o imaginário popular não nos deixa esquecer que no Brasil *quem paga a banda escolhe a música*.

A partir disso, os estudantes do grêmio estudantil juntamente com a equipe de som do Dj Nonô passam a organizar, periodicamente, bailes abertos à comunidade na Escola Estadual Cândido Motta Filho. No entanto, perceberam que havia um cenário artístico-cultural expressivo na comunidade, e que os bailes já não eram mais suficientes para a demanda de expor, compartilhar e conhecer as formas de expressão cultural produzidas na e pela comunidade. (BARRA, 2010).

Como meio para superar este impasse Nonô e o grêmio estudantil decidem organizar uma assembléia com os moradores da comunidade, fazendo o convite através de visitas, de casa em casa, e abordagens pelo bairro, a fim de discutir sobre a possibilidade de construir uma rádio que viabilizasse o diálogo entre a comunidade, além de ser um espaço de compartilhamento de informações, arte e cultura produzida por eles.

Esta assembléia ocorreu no dia 25 de março de 1997 e contou com cerca de cem moradores. Para esta ocasião, os sujeitos que estavam à frente deste processo já haviam buscado mais informações sobre outras experiências de comunitárias, especificamente, neste caso, com a rádio Novos Rumos<sup>6</sup>, de Queimados, no estado do Rio de Janeiro. Através do acúmulo de outras experiências foi organizado, previamente, um estatuto para a rádio e apresentado na assembléia, o qual foi aprovado por aclamação. (LAHNI, 2005).

Além de definir um estatuto, com os objetivos e os princípios da rádio, nesta assembléia, também se elegeu uma diretoria (Nonô eleito como presidente, Adenilde Petrina Bispo como vice-presidente, Paulo Roberto Gomes como secretário e Alexandre Augusto de Oliveira como tesoureiro), e foi levada ainda para a discussão a programação da rádio. No debate sobre a programação houve contribuição de muitas das pessoas presentes naquele momento no sentido de colocarem-se à disposição para apresentar determinados programas, de pagode, samba, capoeira, por exemplo. Assim, a rádio Mega FM (90,7) inicia suas atividades em permanente diálogo com a comunidade. (LAHNI, 2005).

A partir dos princípios firmados em seu estatuto a Mega FM surge com o objetivo principal de difundir e fortalecer os valores da comunidade. Isso significa que os sujeitos envolvidos na construção desta experiência estavam preocupados em valorizar os laços de companheirismo entre os moradores, envolvê-los nas ações referentes ao bairro e à cidade, e acima de tudo tornar a rádio um espaço de valorização da produção cultural feita por eles, um espaço de valorização e auto-estima de sujeitos estigmatizados pela mídia burguesa que insistentemente criminaliza a pobreza.

---

6 A Novos Rumos surge no cenário das comunitárias em 1990, uma conjuntura em que as rádios comunitárias no Brasil estavam mais consolidadas e se forjam por um viés de resistência. Seguindo o mesmo destino das experiências mais relevantes de rádios comunitárias no país, a Novos Rumos foi fechada, mas conseguiu voltar às atividades através de mobilização popular. (LAHNI, 2005).

Neste ponto, é válido ressaltar que, o contexto em que a Mega FM se forja era de radicalização das políticas neoliberais e acirramento das contradições do capital. Os sujeitos coletivos da classe trabalhadora estavam desmobilizados, por um lado, pelas condições objetivas de desemprego estrutural e aumento da pauperização, por outro lado, pela ofensiva da pós-modernidade que enfraqueceu ideologicamente a luta da esquerda. Desta forma, quando os princípios da rádio se fundamentam no fortalecimento dos valores da comunidade, na difusão da produção cultural construída por aqueles sujeitos específicos, materializa os elementos engendrados pela pós-modernidade da luta particularizada, da valorização dos coletivos, das transformações possíveis, locais.

As condições de vida dos sujeitos que residem na Zona Leste de Juiz de Fora, onde a comunitária ganha vida, não destoam do quadro que apresentamos no capítulo anterior. São muito semelhantes as condições (precárias e desumanas) vivenciadas pela classe trabalhadora e sua juventude no Brasil, em qualquer região que ela esteja. São inclusive semelhantes os lugares em que vivem os trabalhadores, nas periferias, nas favelas, nos morros, nas comunidades. Basta olhar para a história da formação social brasileira para perceber que as classes dominantes caminham numa tentativa sistemática de manter a classe trabalhadora isolada e restrita aos espaços periféricos da sociedade (SANTOS 2001), impossibilitando seu direito de vivenciar a cidade, limitando seu acesso a determinadas experiências concentradas nas regiões centrais e de maior circulação de capital, reproduzindo a lógica de que os trabalhadores são sujeitos excluídos.

Neste ponto, Milton Santos (2001) chama atenção para a rapidez e a lentidão na configuração desta forma de viver no território que são desenhadas pelas relações capitalistas. O autor problematiza que o conjunto de condições materiais que permite que a fluidez ocorra e a rapidez aconteça está atrelado a uma condição de relações sociais desenvolvidas, isto é, o circuito das relações dos sujeitos constitutivos pelo processo de acumulação seleciona os lugares para que isso aconteça. O lugar de mandar e obedecer está fundamentado na divisão social do trabalho.

Por entender que a luta de classes também se faz na esfera cultural e ideológica, era preciso tornar a comunitária um instrumento que estivesse a serviço dos interesses das\dos trabalhadoras que fossem atingidas\os pelas ondas eletromagnéticas da Mega FM, para que pudessem ter conhecimento sobre a realidade em que estavam inseridos, sobre seus direitos, além

de possibilitar o acesso aos acontecimentos que se passavam em âmbito local, nacional e internacional.

Sendo assim, a programação da Mega FM era extremamente diversificada, aberta a todos que quisessem contribuir com o debate de idéias desde que fossem assegurados os princípios e objetivos da rádio de fomentar o conhecimento crítico da realidade. Com isso, a comunitária ganhava vida durante os sete dias da semana, no período de 8h às 22h.

Vale dizer que os princípios da Mega e dos sujeitos empenhados em construir a comunitária emergem do lugar em que eles ocupam nesta sociedade, pois estão atravessados por histórias, vivências, costumes que os identificam e os comprometem com a valorização daquilo que lhes é importante, que lhes dão sentido enquanto ser, portanto, é evidente que a Mega esteja comprometida em privilegiar em sua programação o resgate da memória do povo brasileiro, através de manifestações da cultura popular.

Nesse sentido, destacamos que desde o início de suas atividades a Mega passou a contribuir na cobertura do carnaval de Juiz de Fora. No ano de 1998, exibiam um programa diário, veiculado às 12h, durante os dias do festejo. O que nos chama atenção é que para este programa, foi construído uma personagem pelos integrantes da rádio, o *repórter cara-de-pau*, que realizava entrevistas durante os ensaios das escolas de samba da cidade, nos bailes e nos dias de apresentações dos desfiles e blocos. Talvez pela identidade construída através deste programa ou pelo reconhecimento do trabalho da rádio, a comunitária foi homenageada pelo bloco do bairro, cujo samba-enredo, daquele ano, foi *Santa Cândida no Reino de Ganga Zumba* e o refrão dizia “A luz que traz o sonhar/ que vamos viajar/ atrás de Ganga Zumba/ com a Mega FM/ uma explosão de som no ar”. (LAHNI, 2005).

Com este compromisso de resgatar e valorizar a cultura popular vai ao ar pela primeira vez o *Mega Fenômeno*, no ano de 1999. O programa tinha como objetivo resgatar lendas do imaginário popular, como a *mula sem-cabeça*, por exemplo. Contudo, o mais significativo desta experiência é que para a realização do programa foi criado o *Grupo de Teatro da Mega* que realizava conversas com moradores mais antigos do bairro para que lhes contassem algumas destas histórias, a partir do que lhes era contado o grupo encenava e com sonoplastia apropriada veiculavam na rádio toda sexta-feira, à meia-noite. (LAHNI, 2005).

Aproximar da trajetória da Mega FM só fortalece nosso entendimento de que o povo brasileiro tem inúmeras possibilidades para escrever sua história, e, sobretudo, através de

determinadas formas que escolhe para contar das contradições que vivencia tende a mobilizar um tanto de gente inimaginável. A comunitária é exemplo disso, sua programação era organizada pelo que dava sentido aqueles moradores, os participantes da Mega não estavam preocupados em impor padrões para aqueles sujeitos, nem ditar como deveriam se vestir, como deveriam falar, o que deveriam ouvir, ao contrário, os programas partiam das condições objetivas de vida daqueles moradores, na busca pela valorização das relações que estabeleciam uns com os outros, no resgate das histórias de seus antecedentes, homens e mulheres escravizados que resistiram bravamente contra as mais variadas formas de exploração e opressão.

A classe trabalhadora produz cultura e se expressa através de formas complexas, originais, criativas, no entanto, estas experiências, pela força transformadora que carregam, são sistematicamente recusadas a partir de critérios burgueses que insistem em diminuir, ridicularizar e negar as formas de expressão artístico-cultural e intelectual das/os trabalhadoras.

A partir disso, o debate sobre direitos das/os trabalhadoras tornou-se uma preocupação constante e teve espaço privilegiado na programação da comunitária, era preciso contribuir para que aquela população se reconhecesse enquanto sujeitos de direitos, fomentando a mobilização para que lhes fossem asseguradas as possibilidades para produzir cultura, ter acesso à cidade, pautando por serviços de transporte público, educação e saúde gratuitos e de qualidade, por exemplo.

Para tanto, um programa importantíssimo para a comunidade foi o *Direito Popular*, realizado por estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, membros do Diretório Acadêmico Benjamin Colucci (DABC). No programa, eram abordados determinados temas sobre os direitos das/os trabalhadoras, além de esclarecer dúvidas que chegavam por cartas e telefonas. No entanto, com a mudança de gestão do DABC, no ano de 1998, o programa encerra suas contribuições e a ausência deste espaço específico para tratar dos direitos da classe trabalhadora foi sentido com bastante pesar pela comunidade. (LAHNI, 2005).

Mas o debate sobre os direitos da classe trabalhadora continuou perpassando toda a programação da Mega, este era um de seus elementos essenciais, e por saber que pela nossa cultura política um dos meios para conseguir direitos é através do voto, ou melhor, já que a nossa cultura política tende a restringir a participação popular ao voto a Mega comprometeu-se em levar para o cotidiano dos moradores as discussões sobre os processos eleitorais em âmbito

municipal, estadual, nacional (e internacional). A comunitária passou a promover debates e entrevistas com diversos políticos e os candidatos em disputa em cada período eleitoral.

A receptividade dos debates gerados pela programação foi significativa entre os moradores ouvintes da Mega FM o que demonstra, por um lado, o poder que os meios de comunicação têm de informar, formar e mobilizar a população e, por outro lado, cai por terra a construção do nosso imaginário de que o povo brasileiro é avesso à política, ao contrário, o interesse pelos assuntos do bairro, da cidade, do país era tanto que da experiência da rádio passou-se a difundir pela comunidade um exemplar semanal do *Jornal A Voz do Morro*, organizado por membros da direção da comunitária. Os exemplares eram entregues nas casas dos moradores, e a idéia era que a comunidade tivesse acesso às notícias que seriam veiculadas na rádio (no programa de mesmo nome do jornal) com uma semana de antecedência de modo que pudessem compartilhar das opiniões entre a vizinhança e ter uma melhor participação durante os programas.

Por essa capacidade de tratar de temas necessários para construir uma visão crítica da realidade, promovendo conhecimento dos direitos dos trabalhadores, com programas específicos para isso, a Mega também foi responsável por movimentar a organização política dos moradores da comunidade Santa Cândida.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que a Mega FM sempre esteve comprometida com a democratização dos meios de comunicação e empenhada em possibilitar o acesso ao conhecimento. Sendo assim, diante da ofensiva por parte do Ministério das Comunicações e dos setores ligados ao monopólio da comunicação, através da Polícia Federal, contra diversas rádios sem concessão pelo país, a Mega decide organizar um debate com representantes de comunitárias da região para tratar desta questão essencial na luta de classes, na batalha das ideias. (LAHNI, 2005).

Além deste debate e firme em seu compromisso de lutar pela democratização dos meios de comunicação, em defesa das comunitárias, a Mega esteve à frente de uma manifestação, em Juiz de Fora, no ano de 1999. Ocupando as ruas da região central da cidade, juntamente com moradores da Zona Leste e demais sujeitos comprometidos com a causa, as ruas foram ocupadas com música, dança, cartazes e palavras de ordem exigindo o direito do povo ter sua voz ouvida nas ondas do rádio. (LAHNI, 2005).

Perceba como a comunitária estava possibilitando uma movimentação política extremamente relevante na cidade, estava se construindo como referência para sujeitos da cidade, especialmente aqueles histórica e simbolicamente excluídos do cenário político, dos espaços de poder, de tomada de decisão. A Mega recebia entre 60 a 70 telefonemas diariamente, mas mesmo em seu ápice os participantes decidiram encerrar, temporariamente, as atividades da rádio para um momento de reflexão, crítica e autocrítica. Este hiato dura cerca de um mês e durante este tempo os integrantes mantinham reuniões semanalmente para avaliações, e de um desses encontros decidem fazer uma visita a Rádio Favela, em Belo Horizonte, para se apropriar melhor daquela experiência, compreender os desafios do cotidiano da rádio e principalmente saber daqueles sujeitos relatos sobre como resistir à ofensiva da Anatel e Ministério das Comunicações, uma vez que a Favela FM, como já sinalizamos, foi uma referência na resistência para as comunitárias em todo o país. (LAHNI, 2005).

Os participantes da Mega voltam renovados deste momento de reflexão e logo se envolvem em mais uma ação junto aos moradores do Santa Cândida cumprindo um papel importante no processo eleitoral da Sociedade Pró-Melhoramento (SPM) da comunidade.

As eleições para renovar a direção da SPM ocorriam a cada dois anos, e no Santa Cândida a entidade sempre teve um caráter combativo até as investidas de cooptação de um determinado vereador da região. Com isso, os moradores se organizaram para fazer o enfrentamento a este processo e utilizaram-se da comunitária como o espaço para viabilizar esta resistência. Promoveram debates na rádio entre as chapas concorrentes a SPM, além de realizarem uma pesquisa entre os moradores da comunidade buscando saber a visão de cada morador\|a sobre a importância da entidade, chegaram a visitar cerca de trezentas moradias. Este movimento surtiu um efeito incalculável na comunidade, pois se antes o índice de votantes era baixíssimo com a contribuição da comunitária foram mais de dois mil votos naquele ano (1999), mobilizando jovens e despertando uma significativa parcela da comunidade para a organização popular. (BARRA, 2010).

Vale dizer que a comunitária movimentou ainda políticos, artistas e intelectuais da cidade, além de personalidades importantes na cultura popular brasileira. Foram recebidos nos estúdios da comunitária o rapper MV Bill e o sambista Bezerra da Silva, em 2001, que além de participar de uma entrevista na Mega fez uma apresentação gratuita na comunidade vizinha do São Benedito. (LAHNI, 2005).

A Mega foi um espaço aglutinador dos sujeitos comprometidos em transformar as relações sociais, em encontrar novas formas de comunicação social, em democratizar o acesso a informação, uma vez que se a cultura se forja nas relações sociais *concretas* a batalha também deve ser travada no plano das idéias, da disputa ideológica.

Deste modo, o que nos cabe destacar desse processo é que a maior parte do tempo de funcionamento a rádio estava sendo gerida por aqueles que, tendencialmente, estariam, ou inseridos precocemente na dinâmica informal e precária da produção, ou envolvidos em atividades ilícitas - os jovens da comunidade.

Destacamos, deste modo, a potencialidade desta relação da juventude com a ação cultural, pois através das atividades da Mega a juventude da comunidade pôde encontrar um espaço privilegiado de construção de identidade, valores e pertencimento. Além de ser um espaço de fomento da arte produzida na periferia, a Mega FM demonstrou para aqueles jovens que a comunidade pensa, produz e constroi seus próprios intelectuais, tal como Gramsci define, os intelectuais orgânicos (da classe trabalhadora, neste caso). A própria rádio trazia elementos desta idéia tendo como princípios educar e organizar os sujeitos da comunidade, possibilitando o acesso à informação e a difusão dos valores produzidos ali. Assim, ao transformar a realidade da comunidade o jovem transformava-se a si mesmo pelo intermédio da Mega FM.

A identificação da juventude com a comunitária foi imediata devido ao fato de a Mega conseguir agregar a diversidade que engloba o universo juvenil. Como temos buscado demonstrar ao longo deste estudo, a juventude é uma categoria complexa, contraditória e deve ser entendida levando-se em conta suas nuances sociais, culturais, raciais e as questões referentes à diversidade sexual e de gênero. Assim, a Mega cumpria o objetivo de aglutinar os interesses do universo juvenil, pois conseguia dar voz a juventude trabalhadora, com programas que valorizavam a identidade da jovem e do jovem trabalhador (e não banalizavam e espetacularizavam como nos meios de comunicação burgueses).

A comunitária estava comprometida em tratar de questões referentes a gênero, raça, sexualidade, e isso era possível devido ao fato da rádio ser construída por inúmeras mãos, eram muitos sujeitos contribuindo com aquele processo e materializando suas demandas, suas inquietudes e contradições na programação da Mega. Eram abordadas questões referentes à saúde e direito das mulheres com o *Programa da Mulher* organizado por estudantes e professoras da Universidade Federal de Juiz de Fora; o programa *Diversidade*, organizado pelo Movimento Gay

de Minas trazia questões referentes à diversidade sexual e de gênero. Além disso, a rádio possibilitava a construção do elo necessário entre cultura, educação e comunidade, uma vez que as escolas da região e o movimento estudantil tinham espaço reservado na programação da comunitária.

Por saber que a história da escravidão no Brasil levou as negras e os negros a ocuparem os espaços periféricos, reais e simbólicos, da sociedade a Mega FM tinha espaço privilegiado para debater a questão das negras e negros na sociedade brasileira e no mundo, com os programas *Voz d'África* e a *Voz do Morro*, além de viabilizar o espaço para valorizar a produção cultural das negras e dos negros e o conhecimento das religiões de matizes africanas através dos programas *100% Funk*, *A Voz do Samba*, *Nas águas dos Orixás*, por exemplo.

No entanto, foram os programas voltados para divulgar a cultura a hip-hop os que mais despertaram interesse na juventude das comunidades adjacentes, em especial o *Hip Hop Brasil*, apresentado por Adenilde Petrina Bispo, uma das principais referências no processo de organização da comunitária e o *Impacto do Rap*, apresentado por Dundá e Carlinhos.

Esses programas tinham duração de aproximadamente duas horas, e durante este tempo passavam mensagens de valorização e auto-estima para os jovens da comunidade através dos *raps* selecionados. Com isso, a participação dos jovens era certa, tanto pelos telefonemas ao longo do programa, quanto pelos jovens que enchiam os estúdios da rádio para socializar, conversar e participar das atividades que aconteciam, em geral, oficinas de *grafite*, *break*. (BARRA, 2010, p.60).

Os movimentos de juventude do bairro, que não havia nenhum, através da cultura hip hop começou a se juntar. Nós convidávamos o pessoal de Brasília, que tinha o pensamento parecido com o nosso, para dar cursos de grafite, de break, para iniciar os jovens nos elementos da cultura hip hop. Eles vinham ficavam dois, três meses nas casas da gente fazendo esse trabalho de pregação da cultura para a juventude que era desinformada. Isso foi muito interessante, na rádio a gente tinha curso de desenho, de grafite para as pessoas e vários outros cursos. Fora que a gente reunia para discutir, para conversar, preparar programa, para falar o que a gente queria com a rádio. (BISPO, 2010 apud BARRA, p.63).

A partir do exposto é importante lembrar que não é nosso objetivo, neste trabalho, aprofundar no debate sobre a origem e as manifestações do hip-hop no Brasil e no mundo, mas é interessante pincelar algumas idéias sobre a cultura para situar os elementos que envolvem a juventude da periferia e a identifica, tornando o hip-hop um movimento de rápida identificação

tanto dos jovens da comunidade Santa Cândida, quanto da juventude de tantas outras periferias do país e do mundo.

Uma das vias de explicação desta identificação dos jovens da comunidade Santa Cândida (e de tantas outras periferias) com o hip-hop está no fato de a cultura se desenvolver no bairro do Bronx, periferia de Nova Iorque, nos Estados Unidos, no final dos anos 1960 e início de 1970.

O Bronx era um bairro em que se concentrava uma parcela significativa da população negra e de imigrantes, especialmente de latino-americanos. As ruas do Bronx e as demais ruas da periferia dos Estados Unidos passaram a ser um dos únicos espaços de socialização da juventude que vivia em condições precárias e subumanas.

Isso devido ao fato de naquela conjuntura, entre os anos 1960 e 1970, os Estados Unidos vivenciar um período de contradições e abismos econômicos, de relevante mobilização política expresso num movimento de resistência e luta da população negra por direitos civis e humanos.

Para situar esta conjuntura de contradições evidentes na sociedade norte-americana é importante resgatar que com o advento do capitalismo - uma relação social que se modifica historicamente pela ação da humanidade- tem-se uma transformação em todas as esferas sociais. Esse sistema traz inovações jamais vivenciadas, e a principal característica que esse modelo introduz nas relações sociais é a necessária divisão social em duas classes fundamentais: os detentores dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho.

A partir desta divisão, as sociedades passam a vivenciar experiências sem precedentes, uma vez que o capitalismo altera as relações sociais, traz inovações tecnológicas no processo de produção e a riqueza socialmente produzida passa a ser apropriada por aqueles que detém a propriedade privada dos meios de produção. Assim, como aponta Netto (2001), ao contrário das sociedades anteriores, a riqueza cresce em proporção direta ao crescimento da pobreza (material e espiritual da humanidade).

É nesse contexto, portanto, que faz sentido falar em questão social. Um conceito que surge atrelado a este processo de exploração capitalista e que comporta uma dimensão tanto objetiva - expressa, por exemplo, na pobreza, no desemprego, na exploração do trabalho - quanto subjetiva, e é esta dimensão, essencialmente política, que dá sentido ao conceito de questão social, pois ela se refere ao processo de tomada de consciência desses trabalhadores explorados que passam a lutar pelos seus direitos - por melhores condições de trabalho, de moradia, e mais adiante, pelo próprio fim deste sistema.

No período em que nos referimos o capitalismo já se encontrava em sua fase amadurecida e as expressões da questão social estavam mais complexas, portanto mais complexas as formas de exploração, opressão e resistência. O racismo, na sociedade norte-americana (e não apenas lá) era uma expressão da questão social, um elemento estrutural que molda sua dinâmica de exploração e acumulação, deixando os negros e negras em situações de extrema carência de elementos fundamentais de sobrevivência, ocupando os espaços periféricos das cidades, quando não desempregados estão nos piores postos de trabalho, com serviços de educação e saúde diferenciados (leia-se precarizados).

A juventude, neste contexto, não muito diferente do que temos demonstrado neste estudo, apresentava-se, para as vistas do Estado e das instituições burguesas, como um problema social, parecia estar destinada a engrossar as fileiras do desemprego, das gangues que disputavam territórios e dos crimes de rua, mas como as relações sociais capitalistas se movimentam pela contradição é justamente neste conflito que se forja a cultura hip-hop, um movimento de resistência às condições precárias e subumanas em que a juventude negra estava submetida na sociabilidade burguesa.

A cultura hip-hop se desenvolve através das influências dos sujeitos que constituíam aquele espaço. Sendo assim, por influência dos imigrantes jamaicanos que ocupavam as ruas das periferias da ilha com Sound System<sup>7</sup>, uma estrutura de pares de som que serviam para animar as festas de ruas, as ruas das periferias continuaram sendo o principal espaço de socialização e ocupação do tempo livre da juventude trabalhadora, no entanto, os jovens encontraram uma nova forma de ocupar aquele território, deixando a disputa entre gangues em segundo plano para expressar de uma nova forma, criativa, inteligente e autêntica, as contradições que vivenciavam.

Assim, passaram a denunciar através do *RAP*, da música falada, da poesia cantada, o cotidiano daquela juventude, as opressões, a violência, o descaso, enfim, as letras dos raps passaram a traduzir o universo complexo e contraditório que constitui a vivência da\o jovem trabalhador\.

Além do *RAP*, sigla que em português se traduz em ritmo e poesia, o hip-hop se constitui ainda em outros três elementos essenciais, no *break*, a dança de passos fortes e ágeis, que em geral acompanha as batidas das músicas que farão a base para o rap. Os responsáveis por esta

---

7 LAHNI, 2005.

trilha sonora de resistência das periferias urbanas são os *Dj's* e nas comunidades e nas ruas em que os/as jovens se manifestavam através da dança, da música e da poesia, os muros passaram a ser coloridos por símbolos muito particulares, assim, o hip-hop também se expressa em uma maneira particular das artes plásticas, no *grafite*.

O hip-hop é uma cultura que deve ser entendida em sua totalidade. Ela se manifesta em um tempo histórico determinado, numa conjuntura social, política e econômica específicas, em que os jovens experimentando estas determinadas condições de vida começam a pensar, criticar e expressar as relações sociais em que estão inseridos.

Deste modo, falar sobre a cultura hip-hop só é possível se atrelada a um determinado contexto histórico, com uma origem político, econômica e social determinadas, pois esta cultura retrata as demandas e a forma de vida de uma parcela específica da sociedade, as negras e os negros, jovens trabalhadores, moradores das periferias urbanas capitalistas, e como o modo de produção capitalista tende a manter parecidas, em sua essência, as condições de exploração das/os trabalhadores não é por acaso que o hip-hop se difunde profunda e rapidamente entre as diversas periferias pelo mundo, dando sentido a vida de uma parcela significativa de jovens.

O hip-hop se desenvolve, portanto, nos Estados Unidos, nos anos 1960 e 1970 numa conjuntura complexa, como vimos no capítulo anterior, num momento de efervescência dos movimentos juvenis e estudantil, uma vez que as contradições do sistema capitalista estavam latentes. Era um momento de disputa ideológica entre o capital e o socialismo, hegemonizados por EUA e Rússia, um enfrentamento que se convencionou chamar de Guerra Fria, pela ausência de um confronto bélico entre as duas nações, mas que nas entrelinhas se manifestou em conflitos irreparáveis como a Guerra do Vietnã, por exemplo.

Nos países da América Latina os elementos desta geopolítica se expressaram numa onda de ditaduras, essencialmente como uma tática da burguesia alinhada ao imperialismo de modo a garantir a inserção dos países latino-americanos às exigências do capital monopolista. Talvez por este contexto as possibilidades concretas para o desenvolvimento da cultura hip-hop tenham começado a expressar-se no país, no momento de redemocratização, nos anos 1980.

Sabe-se que as primeiras experiências da cultura hip-hop no Brasil começaram nas ruas de São Paulo, especialmente na rua 24 de maio<sup>8</sup>, que se tornou o ponto de referência para os sujeitos interessados pela cultura, aquele era o local que se encontravam para fazer as disputas de dança,

---

8 LAHNI, 2005.

compartilhar as rimas, as músicas e toda a poesia e a arte da periferia paulistana. Não demora muito e estas experiências começam a se espalhar por todo o país.

Segundo os documentos que tivemos acesso para esta pesquisa, a movimentação em torno da cultura hip-hop em Juiz de Fora se iniciou no ano de 1983, através de um grupo de jovens que fazia disputas de dança nas ruas da cidade e do bairro Santa Cândida. Logo passam a se organizar no *Break Machine*, o primeiro grupo de break de Juiz de Fora, que tinha como referência o *Popó* um dos integrantes do grupo que foi responsável por impulsionar o aparecimento de outros *breakers* pela cidade.

Com a consolidação dos grupos de break e dos interessados pela cultura hip-hop, surge a demanda por encontrar um lugar específico em que pudessem ensaiar e aprimorar os elementos da cultura. Conseguiram um espaço no centro Cultural Bernardo Mascarenhas e ampliaram o diálogo para algumas escolas públicas do município.

A partir desta mobilização surge a primeira posse hip-hop de Juiz de Fora, cujas principais referências foram PMC e Líder Boy. Com o fortalecimento das atividades da posse começaram a multiplicar as rodas de break em diversos clubes da cidade reunindo vários dançarinos e amantes da cultura. Logo estes sujeitos se organizaram e levaram as rodas de break para o centro da cidade, passando a ocupar, periodicamente, o calçadão da rua Halfeld, tornando aquele local um ponto de encontro e divulgação da cultura hip-hop em Juiz de Fora. No entanto, com a mudança de PMC e Líder Boy para São Paulo a movimentação em torno da cultura hip-hop na cidade começou a desmobilizar, até a nação em Juiz de Fora desaparecer.

Este novo ânimo com a cultura hip-hop na cidade é retomado com a contribuição da Mega FM propagando os *raps*, principalmente nacionais, nos programas que já citamos acima. Se dizemos que a Mega estava propagando os raps nacionais entendemos que a comunitária estava compartilhando as condições em que os sujeitos, essencialmente jovens, vivenciavam nas periferias do país, expressando a exploração e a resistência inerentes àquela juventude trabalhadora e, portanto, contribuindo para a identificação das/os jovens do Santa Cândida e demais comunidades de Juiz de Fora que estavam submetidos às mesmas contradições, à violência, ao desemprego, à pobreza, ao racismo, à discriminação, por exemplo.

Desta forma, ressaltamos que o elo que se constroi entre as comunitárias e o hip-hop no Brasil, na década de 1990, é muito forte, uma comunhão de idéias, princípios, valores que estão

sempre na direção de dar voz aos sujeitos oprimidos, marginalizados e que não encontram espaço nas mídias burguesas para expressarem sua verdadeira essência, a resistência.

Sendo assim, a identificação com os programas de hip-hop da Mega FM foi tamanha entre a juventude da comunidade que no dia 25 de abril do ano de 1999 tem-se início as atividades da Posse Visionário Antônio Conselheiro.

No programa Hip-Hop Brasil, do dia 25 de maio do ano de 1999, Adenilde explica que uma Posse é “a reunião de um grupo de pessoas que gostam da cultura hip-hop. Reúnem-se grafiteiros, breakers, poetas, dj’s, rappers e pessoas em busca de informação e cultura. Nas posses se estudam a cultura do povo negro, estuda-se política, religião, música, etc”.

Em seu manifesto, a Posse Visionário Antonio Conselheiro reafirma seus objetivos, princípios e valores. Comprometendo-se com o fortalecimento da luta do povo brasileiro, dos valores da comunidade, com a arte e a liberdade. O vínculo principal entre aqueles que constroem a posse é a arte e o compromisso com a cultura hip-hop e seus elementos, o rap, o break e o grafite. Definem-se como uma organização sem fins lucrativos, sem direcionamentos partidários e sem ideologias, mas comprometidos com a luta dos trabalhadores, da comunidade e contra todos os tipos de preconceito e opressão. “Não compramos ideologias, sejam elas quais forem, pois sabemos que a única verdade que nos cabe é a de que somos livres e queremos continuar sendo livres. Pela Arte, pela Música e pela Paz.”

Eram muitos os jovens envolvidos nestas atividades e em permanente diálogo com posses de outras cidades e estados. Como a cultura hip-hop nasce nas ruas, esta juventude estava animada em apresentar e compartilhar suas formas de expressão ocupando as ruas de Juiz de Fora. Começam então a organizar diversas reuniões em diálogo com posse do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, principalmente, e deste diálogo decidem construir o *Hip-Hop Attack*.

O Hip-Hop Attack, organizado pela Mega FM e Posse Visionário Antônio Conselheiro, foi um evento realizado em 9 de outubro de 1999, no Parque Halfeld, no centro de Juiz de Fora e contou com diversas expressões artísticas durante todo o dia. Foram apresentações musicais de artistas da periferia da cidade e municípios vizinhos, além de artistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Bélgica.

A partir da organização deste evento e do envolvimento dos jovens com a cultura hip-hop construíram-se as possibilidades de questionamento da imagem que se faz da juventude

trabalhadora, que se difunde nas mídias burguesas e moldam o senso comum e o imaginário popular, reforçando a tendência a identificar juventude com violência, descompromissada, alienada. Na verdade, pelos documentos que tivemos acesso, este evento demonstrou a disciplina e o comprometimento daqueles jovens, que se reuniam para construir coletivamente o caráter do evento, mobilizando-se para conseguir apoios e patrocínios para trazer os artistas de outras localidades, enfim, disciplina, comprometimento, criatividade eram alguns dos elementos que prevaleciam entre aqueles sujeitos.

No entanto, cerca de um ano após a construção da Posse Visionário Antônio Conselheiro, por divergências ideológicas, os integrantes da Mega FM se desligam desta organização e passam a construir a Posse Zumbi dos Palmares (PZP). A atual posse contava com uma estrutura organizativa que não prezava pela hierarquia, ao contrário, todos os participantes tinham tarefas específicas e eram responsáveis pelo funcionamento do movimento.

Os integrantes da PZP tinham como horizonte incidir em diversas escolas públicas da região promovendo debates e seminários sobre a cultura hip-hop, além de organizar eventos e campanhas referentes a cultura e educação como campanha de doação de livros de história, poesia e filosofia, além de promover atividades contra o analfabetismo utilizando-se dos espaços nas escolas de bairros da periferia de Juiz de Fora, por exemplo.

Com a clareza de seus objetivos, comprometimento, disciplina e dedicação os integrantes da Posse Zumbi dos Palmares foram construindo um caminho de muitas conquistas para os sujeitos empenhados em compartilhar a cultura das periferias. A PZP passou a se encontrar diariamente na sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFJF, localizada no centro da cidade. Estes encontros ocupavam o tempo livre daqueles jovens interessados em aprender e compartilhar os elementos da cultura hip-hop e durante os sete dias da semana eram oferecidas oficinas de rap, break, grafite e dj.

A ocupação da sede do DCE se mostra uma experiência extremamente relevante, pois demonstra a necessidade de um espaço físico de encontro dos estudantes além dos muros da universidade, um espaço que possibilita a efetivação do movimento estudantil enquanto movimento social ao dialogar com a cultura das periferias e tornar aquele ambiente um espaço de socialização, de construção de valores e fortalecimento da auto-estima de sujeitos sistematicamente estigmatizados.

Ainda que mantivessem as divergências com a Posse Antônio Conselheiro a PZP e a rádio Mega decidem organizar, em 2000, o *Hip-Hop Contra Attack*, nos mesmos moldes do evento anterior, envolvendo diversos parceiros. Para esta segunda edição os organizadores deixam claro que seus objetivos com o evento são acima de tudo fomentar o compromisso com a educação, pesquisa e informação. Assim, pretendem “organizar e conscientizar os jovens da periferia para que se tornem cidadãos e se afastem das drogas; dar dignidade aos jovens e moradores da periferia através da manifestação artística além de divulgar a arte e a produção cultural das comunidades.”

Foram muitas as atividades construídas por aquela juventude que, através da cultura hip-hop, passou a ter algo significativo com que envolver-se, sentiam-se valorizados ao construir, oferecer, compartilhar essa diversidade de atividades nas comunidades de Juiz de Fora.

Com este compromisso de construir uma nova sociedade, que se inicia através da luta pela democratização dos meios de comunicação, os integrantes da MEGA e PZP juntamente com outros movimentos sociais e estudantis da cidade, como o grêmio estudantil da Escola Estadual Cândido Motta Filho, Renovação Negra, Feafro (Federação de Entidades Afrodescendentes), Escola de Cidadania (UFJF), Batuque Afro-brasileiro Nelson Silva, decidem construir, em 2003, o Agosto Negro.

O evento contou com diversas palestras e debates realizados em escolas públicas de bairros de periferia da cidade e tinha como principal objetivo apresentar os princípios da cultura hip-hop e sensibilizar as/os jovens estudantes para a situação da população negra na sociedade. Os espaços do evento tinham, sobretudo, a finalidade de promover a valorização da juventude e da população negra dos morros de Juiz de Fora.

E foi em meio à onda de mobilização da juventude e das comunidades de Juiz de Fora, no mesmo período da enriquecedora programação do Agosto Negro que fiscais da Anatel, em 14 de agosto de 2003, lacram o transmissor da comunitária, emitem um auto de infração e um termo de interrupção de serviço. (LAHNI, 2005, p.147).

A comunitária seguia sem concessão não por escolha de seus integrantes, pois desde o início das atividades da Mega todos os pedidos que foram enviados ao Ministério das Comunicações foram negados. É preciso destacar que estas negativas por parte do Estado e das classes dominantes materializam o processo da luta de classes que se desdobra na esfera cultural.

A Mega sempre divulgou em seus programas os direitos e deveres de todo o cidadão, incentivou os moradores a atuarem mais na vida da região e da cidade. Ativou as

bandeiras de lutas dos movimentos sociais e um canal de reivindicações dos cidadãos. Mesmo assim, foram derrotados na batalha por uma concessão de funcionamento junto ao Ministério das Comunicações. O processo que começou em 1998 foi encerrado em 2002 com a resposta negativa do Governo, que garantiu concessão para a Life, uma rádio evangélica na mesma região da Mega. (...). (BISPO, 2010 apud. BARRA, 2010).

Adenilde destaca no trecho acima a importância da Mega para a vida e organização da população do Santa Cândida, e demais bairros da Zona Leste e outros de Juiz de Fora. Esclarecer a população sobre seus direitos, contribuir para que tenha uma visão crítica da realidade e possibilitar que enxergue que a saída para superar as condições precárias de vida se dá através da organização estava indo longe demais para uma rádio comunitária.

Neste ponto se materializam as contradições da formação social e cultural do país, que se engendram pelo distanciamento dos intelectuais com as lutas do povo, que acarreta sobretudo, na ausência de uma perspectiva nacional-popular. Em um país em que os sujeitos que se mantêm no poder lutam insistentemente para alienar a classe trabalhadora da sua condição de classe, de sujeitos providos de força social para construir uma nova sociabilidade era inaceitável que se mantivesse a possibilidade de seguir com a rádio, com *a comunitária de verdade* (slogan da rádio: “*Mega FM a comunitária de verdade – o povo dá um show no ar*”).

Nesse sentido, as classes dominantes e seus aparelhos repressivos e ideológicos, reproduzindo os caminhos da cultura política do país, baseada no patrimonialismo, no coronelismo, justificam a negativa do pedido de concessão para a Mega FM alegando que na mesma região já existia uma rádio “comunitária”, a Life. Uma rádio evangélica, cujo dono era um pastor e vereador da cidade pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Eu acho que a Mega não conseguiu a concessão porque ela não tinha padrinho político. A gente acreditava que a justiça da nossa causa era o suficiente para a gente ganhar essa concessão. E quem ganhou no nosso lugar, na nossa região foi à rádio Life que pertence ao pastor Messias Mariano, que na época, 2001 e 2002, era vereador do PSDB.(...). Então aquilo que a gente sempre lutava, que era a reforma agrária na terra e no ar, a gente não conseguiu. (BISPO, 2010 apud BARRA, p.64).

A pontencialidade da Mega era tamanha que a arbitrariedade dos sujeitos que detém o poder foi desmedida. Além de interromper a transmissão, lacrar o transmissor, não conceder o direito de manter suas atividades, pois haveria outra rádio na mesma região, os coordenadores, irmãos de sangue e de luta, Adenilde e Nonô foram condenados e tiveram que prestar depoimento na Polícia Federal. Com isso, se reforça a lógica da criminalização das lutas e das conquistas da classe trabalhadora no Brasil.

(...) Depois que a rádio comunitária virou um direito de democratizar a comunicação, democratizar o país através da informação, a perseguição ficou muito grande. A gente

sentiu isso na hora do interrogatório, para eles lá eles não fazem distinção entre quem é você. Todo mundo é bandido até que se prove o contrário. Nós fomos condenados a pagar cestas básicas ou trabalho comunitário. Além disso, teve uma multa de mais de dois mil reais. A gente não tinha como pagar essa multa porque a rádio nunca teve dinheiro. (BISPO, 2010 apud. BARRA, 2010).

O dinheiro que mantinha o funcionamento da comunitária sempre vinha de doações, a rádio funcionava em um cômodo cedido na casa dos irmãos Nonô e Adenilde, neste cômodo tinham um sofá doado pela mãe dos dois, mesas, cadeiras, aparelhos de som, doados. Houve a iniciativa de cada integrante da MEGA se comprometer com uma contribuição individual mensal, mas as condições de vida de cada um\uma não permitia que a arrecadação ultrapasse quarenta reais mensais, pelo menos arcava com a conta do telefone, que girava em torno de trinta reais por mês. Para comprar os equipamentos básicos para colocar a voz do povo no ar, Nonô vendeu seu carro, que segundo ele, um carro poderia proporcionar uma satisfação instantânea a pelo menos cinco pessoas, mas a influência que a MEGA proporcionaria na vida dos moradores do Santa Cândida era incalculável. (LAHNI, 2005).

Depois de muitos protestos, choros, rezas e um amplo debate sobre democratização e a necessidade de municipalização a comunitária retoma suas atividades, sem violar o laço da Anatel, os integrantes conseguem outro transmissor<sup>9</sup> e passam a reorganizar os horários da rádio que passou a funcionar de 19h às 23h nos dias de semana e de 8h às 23h nos finais de semana. (LAHNI, 2005).

Nesta retomada das atividades da comunitária permanece ainda mais aflorada a mobilização da juventude. Isso se manifesta quando o Eré, integrante da MEGA e da PZP, idealiza, em 2004, o projeto denominado Juiz de Fora nos Trilhos da Paz<sup>10</sup>. Este projeto tinha como principal objetivo contribuir para que a juventude das periferias de Juiz de Fora tivesse outras alternativas além das drogas e da violência, buscando demonstrar como as variadas formas de expressão cultural populares (hip-hop, capoeira, por exemplo) poderiam apresentar-se como possibilidades de ocupação do tempo livre da juventude. Seriam oferecidas oficinas sobre os elementos da cultura hip-hop e de demais expressões culturais para alunos de escolas públicas e

---

9 A Mega recebeu uma contribuição da Prefeitura de Juiz de Fora por um período para veicular alguns informativos, com o dinheiro desta contribuição conseguiram comprar outro transmissor para a comunitária seguir com a voz do povo no ar. (LAHNI, 2005).

10 LAHNI, 2005.

bairros de periferia. O projeto foi assumido pela Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e passou a receber financiamento da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal.

Em preparação ao início do projeto junto às escolas, ocorreram reuniões, seminário e palestras, organizadas pela PJF e dirigidas às pessoas (rappers, capoeiristas e outros) que iam ministrar cursos aos jovens. Paralelo a isso, entre julho e setembro, estavam sendo resolvidas questões burocráticas, para que fosse firmado convênio entre a Prefeitura e os grupos envolvidos, a fim de ser realizado pagamento de oficinairos. Da Rádio e PZP, Eré, Prscila (mãe solteira de um filho nascido em maio de 2004) e Aici foram os que participaram diretamente do projeto. (...). (LAHNI, 2005, p. 150-151).

Neste mesmo ano, Marileia Venâncio Porfírio, docente da UFRJ, na condição de secretária especial de Direitos Humanos esteve na cidade como responsável oficial do Governo Federal para acompanhar o andamento do projeto. Na ocasião, Marileia concede uma entrevista à comunitária e sua passagem pela Mega gera um momento de muita comoção<sup>11</sup>.

Mariléia estudou na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi militante no movimento estudantil, secretária do DCE da UFJF, atuou ainda na Juventude Universitária Católica (JUC) e na Ação Popular (AP). Formou-se em 1969 e se mudou para a capital mineira para trabalhar. Em Belo Horizonte continua sua militância e passa a contribuir em diversos movimentos operários através da AP. No entanto, em 1971 quando se preparava para mudar para São Paulo foi presa, levada para o DOPS de BH e torturada. Após sua passagem pelo DOPS, em BH, onde teve sua humanidade dilacerada, Marileia foi trazida para Juiz de Fora e cumpriu prisão domiciliar por um ano na casa dos pais<sup>12</sup>. Nesse mesmo período, Adenilde era militante da Juventude Operária Católica (JOC) e atuava em um grupo que fazia visitas e prestava auxílio aos presos políticos na ditadura militar. A comoção na comunitária se deu quando aquelas duas mulheres recordaram que haviam se conhecido na prisão. (LAHNI, 2005).

A história do Brasil tem sido escrita através de tentativas desumanas, cruéis, violentas no intuito de silenciar a rebeldia e a força do povo brasileiro. As lutadoras e os lutadores do povo na luta por soberania, justiça, igualdade, pelo fim da exploração, dos privilégios e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida seguem por caminhos que, em algum momento, vão se encontrar, e no momento deste encontro não é fácil conter a emoção, pois quem se dedica a

---

11 LAHNI, 2005

12 Informações retiradas do site da UFJF quando de uma entrevista da professora no debate da Comissão Municipal da Verdade, realizado em 2014, na Faculdade de Comunicação Social da referida instituição. Disponível em <<http://www.ufjf.br/comissaodaverdade/2014/08/01/marileia-venancio-porfirio>> Acesso em 12 de maio de 2017.

construir uma nova sociedade reconhece no outro o sacrifício desta missão e as lágrimas, sorrisos e abraços são expressão genuína e quase natural daquelas/es que se reconhecem companheiras/os.

O companheirismo, a solidariedade (de classe), a coerência eram alguns dos valores que estavam presentes naqueles jovens dispostos a construir a cultura hip-hop. Isso se expressa nesta iniciativa de conceber projetos que possibilitassem outros jovens, que vivenciavam as mesmas condições de classe, trilhar rumos diferentes daqueles postos pelo sistema capitalista, sejam eles, a violência, o desemprego, enfim, caminhos que afastam a juventude da escola, da cultura, do lazer, do trabalho, da construção de uma vida digna.

A partir da experiência da Mega e das atividades que foram surgindo através dela conseguimos afirmar que o enfrentamento ao projeto hegemônico do capital é possível e extremamente necessário. A juventude que está sendo formada pela indústria cultural, está atravessada pelos valores do individualismo, tendendo a enxergar a realidade fragmentada, mas experiências como esta só reforçam nossa convicção de que é possível construir uma nova sociabilidade.

No entanto, para que esta ideia se efetive, acreditamos que deve caber aos sujeitos coletivos da classe trabalhadora, partidos, movimentos sociais atentar para as demandas do universo juvenil, incorporar suas particularidades, complexidades e contradições para a luta da classe trabalhadora. Isso implica combinar a luta política com a luta econômica, dando respostas aos dilemas relacionados ao tripé cultura-trabalho-educação.

A Mega foi um instrumento importante nesta direção, conseguindo ser um caminho alternativo da juventude da periferia. Por esta razão, e por demonstrar aos trabalhadores que através da organização conseguiriam garantir e ampliar os direitos, em 2004, a Mega fez um novo pedido de concessão que foi negado devido à existência da Life na mesma região. E, em 2005, este transmissor é definitivamente apreendido por uma ação conjunta da Anatel e Polícia Federal.

Com o fechamento da Mega, em 2005, parecia encerrar também a possibilidade de sonhar e construir um futuro para a juventude e toda a população do Santa Cândida, da Zona Leste e dos demais morros envolvidos pelas ondas da comunitária, pela cultura hip-hop, pelo conhecimento dos direitos, pela cidadania, pelo sentimento de pertencimento a quem historicamente se via como excluído.

(...) A visão que o centro tem da periferia é uma visão muito negativa. A rádio mostrava que na periferia não tinha só gente ruim. Tinha coisas ótimas, que os moradores eram capazes de fazer programas inteligentes. A rádio era um elemento de autoestima para o bairro. Acabou isso. Igual o Marcelinho falou: antes eu era o Marcelinho da Mega, hoje

eu não sou ninguém. Esse é o sentimento que muita gente tem. (...) (BISPO, 2010 apud BARRA, p.63).

Este é o sentimento que a burguesia quer nos inculcar, quer que a classe trabalhadora acredite ser impotente, incapaz de produzir cultura, política, incapaz de construir uma nova sociedade. E é justamente a partir desta condição que a pós-modernidade se fortalece, pois vale lembrar que ela ganha forma ao questionar e negar os rumos da história até o momento da crise estrutural do capitalismo. Se por um lado, de acordo com a pós-modernidade, o capital havia demonstrado que não seria capaz de manter um projeto sólido para a sociedade, por outro lado, os trabalhadores também pareciam ter fracassado com o fim do chamado “socialismo real”. Com isso, a ideologia pós-moderna passa a negar a teoria marxiana e marxista ao afirmar que o mundo pós-1970 se complexificara a tal ponto que precisaria de novas teorias para interpretá-lo, conseqüentemente nega a perspectiva revolucionária e o sujeito revolucionário, nega a capacidade da classe trabalhadora de construir um projeto que supere sua condição de exploração, de construir uma nova sociedade.

Esta lógica se adequa perfeitamente à cultura política conservadora do Brasil, um país que se desenvolve sob episódios sistemáticos de revolução passiva, de tentativas de silenciamento da resistência do povo brasileiro. Sendo assim, o fechamento da Mega se expressa enquanto um traço característico de nossa formação social e uma herança evidente da ditadura militar que contribuiu, inclusive, para manutenção do monopólio dos meios de comunicação.

Nesse sentido, reforçamos que o silenciamento da comunitária se expressa como um traço da ruptura entre intelectuais, artistas e povo. Além disso, apresenta-se enquanto reafirmação da cultura elitizada, desvinculada do povo e de suas causas, da cultura alienada. Sobre isso, Adenilde é enfática ao afirmar que “(...) pessoalmente acho que o Brasil não é uma democracia. Porque numa democracia fala todo mundo, aqui só fala uma classe social, só as ideias de interesse de uma classe social são veiculadas na imprensa. (...)” (BISPO, 2010 apud BARRA, p.67).

Como sabemos, na luta de classes todas as armas são válidas, e uma das mais valiosas tem sido os meios de comunicação que tem demonstrado a capacidade de educar e organizar a classe. No caso das mídias burguesas contribuem para alienar a classe trabalhadora, transformando a arte e a cultura em mercadorias, a partir disso, vendem um estereótipo e um estilo de vida aos jovens trabalhadores que não podem consumir, tornando-os competitivos e individualistas. Os meios de comunicação burgueses, enquanto aparelhos privados de hegemonia estão em permanente disputa da consciência da juventude, e a base de sua disputa se manifesta através do consumo.

Seguindo esta lógica o capital não mede esforços para se apropriar das formas de resistência da classe trabalhadora, numa tentativa insistente, algumas vezes exitosa, de transformar em mercadoria nossas expressões culturais, nossa arte, nossas bandeiras de luta, o hip-hop e as expressões da periferia não estão imunes a esta lógica.

A partir do exposto nos são suscitadas algumas questões. A trajetória da Mega demonstra a importância dos meios de comunicação na luta de classes, a comunitária foi extremamente relevante para o processo de construção de consciência das/os trabalhadoras do Santa Cândida, contribuindo para uma leitura crítica da realidade e mostrando que o caminho para a superação das contradições, da exploração e da opressão vivenciadas por elas/es se daria através da organização. Assim seguiu a rádio mobilizando um número significativo de trabalhadoras na luta pela democratização dos meios de comunicação, por melhorias para o bairro, para a cidade, interessados pela política nacional e internacional.

A comunitária mobilizou, sobretudo, a juventude, através da cultura mostrou para aquelas/es jovens que era possível sonhar e construir um futuro diferente do que está posto pelo capitalismo. Ainda que não pudesse se apresentar como alternativa concreta de geração de renda para aqueles jovens - uma vez que o (des)emprego tem sido o elemento central na vida das/os jovens trabalhadoras-, ela se tornou espaço privilegiado de ocupação do tempo livre da juventude do Santa Cândida, capaz de ampliar a formação pessoal e intelectual daqueles sujeitos, abrindo as possibilidades de ocupação, perspectivas, conhecimento, valores, oportunidades.

Resta, portanto, aos sujeitos coletivos da classe trabalhadora o desafio de recuperar a cultura e memória do povo brasileiro, se apropriar e readequar à conjuntura experiências como a da comunitária. Cabe-nos ocupar, democratizar os meios de comunicação e encontrar maneiras, tão eficientes quanto a da Mega para dialogar com a classe trabalhadora. É urgente nos qualificarmos para a batalha das idéias. É ainda mais urgente dialogar com a juventude, inseri-la nos debates constituintes da classe trabalhadora e vinculá-la à construção de um projeto político para o país, nacional e popular. A consciência da juventude está em permanente disputa e a cultura é a esfera privilegiada para consolidar esta luta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento em que propomos apresentar nossas considerações finais, cabe antecipar que as reflexões problematizadas neste estudo não se esgotam nesta dissertação. Ao contrário, todo este percurso nos possibilita afirmar que este trabalho foi uma aproximação com a temática da cultura em interface com juventude e este caminho, permeado por inúmeros desafios, pessoais e acadêmicos, nos deixa o interesse em perseguir esta problemática em trabalhos futuros, seguindo nesta incessante e apaixonante busca de compreender as particularidades da realidade brasileira e da dimensão da cultura para contribuir na direção da construção de um projeto nacional e popular para o país.

Desta forma, foi possível compreender, na construção deste estudo, que as vias para a modernização podem se concretizar de formas distintas e com isso vão desenhando uma maneira particular das relações sociais. A revolução passiva, materializando uma via não clássica de modernização apresenta-se como uma categoria essencial para pensar a realidade brasileira, pois a partir dela conseguimos desvelar muitos componentes importantes para pensar a formação social e cultural do país.

Disso ressalta-se a fragilidade das classes sociais em disputar projetos societários efetivos, em especial a fragilidade de uma perspectiva *nacional-popular*, fazendo com que a luta política tende a centralizar-se na figura do Estado que se apresenta como o grande agente de mudanças, enquanto contribui para a passividade da sociedade civil. O elemento do transformismo, que marca nossa cultura política, cristaliza esse jogo político, pois ele se manifesta como um dos principais meios que as classes dominantes têm de fazer com que as mobilizações das classes populares, os grupos que se destacaram no processo de subversivismo esporádico saiam sem (ou com pouco) acúmulo político.

Diante disso, este estudo nos permite compreender ainda que, as transformações no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva do capital, trazem novos desafios para a organização da classe trabalhadora. Com o neoliberalismo enquanto projeto hegemônico encontrado pelo capital para superar esta crise, percebe-se de forma latente o acirramento das contradições entre capital e trabalho, radicalizando as desigualdades sociais. Estes sintomas foram sentidos no Brasil na década de 1990 e de forma mais aguda pela juventude trabalhadora do país.

Neste ponto, o *trabalho* foi a categoria central para guiar nossas análises sobre as juventudes, pois é ele quem irá definir a condição de classe destes sujeitos. Sendo assim, desde o resgate histórico que fizemos sobre a construção da categoria juventude percebemos que se tratava de um universo complexo, dinâmico, histórico e que deveria ser entendido pelo seu recorte de classe.

Historicamente as juventudes se desenvolvem de formas distintas pela condição de classe que as perpassa. Nesse sentido, quando apontamos que o trabalho, ou a forma que assume na sociedade capitalista – emprego-, definia uma identidade nacional a juventude brasileira, estávamos nos referindo a uma parcela específica de jovens, pois o desemprego estrutural é a realidade de uma parcela determinada de jovens, a educação, como um espaço potencializador da emancipação e construção da autonomia dos sujeitos também se restringe a uma parcela específica da juventude. As jovens e os jovens trabalhadores como vimos, vivenciam um processo de inserção precoce no mundo da produção, ocupando postos mais precários de trabalho, sem garantias de direitos, e para dar conta desta jornada, tendem a abandonar o ensino formal.

Como desdobramento deste processo de *adulthood precoce* (FRIGOTTO, 2004), a juventude trabalhadora no Brasil vivencia um grau elevado de frustração, como aponta Brenner, Dayrell e Carrano (2005). As condições objetivas em que se inserem estes jovens, as distanciam da realização de seus maiores desejos, em geral, relacionados à ações culturais. O incentivo a produção cultural e as atividades relacionadas a dimensão das expressões culturais, atividades que contribuem para o desenvolvimento intelectual e artístico, para a ampliação do entendimento crítico da realidade que os cerca, na construção de valores, de identidade, de autonomia também parecem estar restritas a uma parcela específica da juventude.

Nesse sentido destacamos a potencialidade da Mega FM na organização da juventude da comunidade Santa Cândida. A maior parte das atividades da comunitária eram realizadas pelos jovens da comunidade, por aqueles sujeitos, portanto, que estariam inseridos precocemente na esfera produtiva, ou, por não encontrar lugar no mundo do trabalho, estariam envolvidos em atividades ilícitas. Este envolvimento dos jovens nas atividades da rádio reafirma nosso entendimento de que através da dimensão cultural se consolidam as possibilidades concretas de resistência e de construção da contra-hegemonia.

A cultura, como buscamos demonstrar, se engendra nas relações sociais concretas. Sendo assim, consideramos que a luta de classes se concretiza também na batalha das ideias, na disputa ideológica. A comunitária, nesse sentido, apresentou-se como espaço capaz de congrega sujeitos interessados na construção de novas formas de comunicação social, comprometidos em extinguir o monopólio dos meios de comunicação e democratizar o acesso e a produção de informações. Neste processo, a rádio possibilita que os sujeitos daquela comunidade tenham conhecimento sobre seus direitos, sobre a conjuntura política de sua cidade, do país e de conflitos gerados pelo capital em outros lugares do mundo. Com isso, aqueles sujeitos conseguem ampliar sua visão da realidade, passam a questionar as condições precárias que vivenciam naquela comunidade e conseguem compreender a importância da organização para conquistar seus direitos. Entretanto, a formação social brasileira, marcada por episódios de revolução passiva, desenha uma forma particular das relações sociais, em que as classes dominantes, através do aparelho estatal, buscam formas de silenciar e desmobilizar as lutas e a organização popular, numa tentativa incessante de alienar a classe trabalhadora. Sendo assim, todos os pedidos de concessão que foram negados à comunitária cristalizam nossa hipótese de que a dimensão da cultura é a esfera privilegiada da luta de classes, a luta de classes se desdobra na batalha das ideias.

O desenvolvimento deste estudo nos possibilitou enxergar que o capitalismo se organiza fundamentado pela busca incessante por acumulação, pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Para isso, percebe que na esfera da reprodução das relações sociais estão postas as possibilidades de concretizar a sua essência, disputando o processo de formação da consciência da classe trabalhadora, ou melhor, aprofundando o processo de alienação dos trabalhadores, em especial da juventude.

Sendo assim, se o neoliberalismo foi o projeto encontrado pelo capital para superar a crise estrutural que se materializou na década de 1970, a pós-modernidade foi a lógica cultural de sustentação deste projeto. A pós-modernidade contribui neste processo de alienação da classe trabalhadora no sentido de encobrir as contradições que constituem o sistema capitalista. Isso devido ao fato de a pós-modernidade negar a visão de totalidade da realidade social, fragmentando a visão de mundo, fazendo com que se fortaleçam as lutas pelas individualidades.

Esta leitura da realidade ganhou forma na sociedade brasileira a partir da década de 1990. Como apontamos neste estudo, a experiência da comunitária se forjou neste terreno histórico e

social em que privilegiava-se o fortalecimento dos coletivos, das transformações possíveis, nos bairros, nas comunidades.

Atrelado a esta visão fragmentada das relações sociais, a pós-modernidade contribui para o aprofundamento das contradições advindas com a indústria cultural, e os rebatimentos deste processo são latentes na juventude trabalhadora. Por esta lógica, a pós-modernidade tenta transformar a própria experiência da juventude em uma mercadoria, em um *estilo de vida* que pode e deve ser consumido. A indústria cultural, a partir disso, vai moldando uma identidade de jovem associada a determinados lugares, produtos, marcas que podem ser consumidos em qualquer lugar do globo. No entanto, pelo recorte de classe que define as juventudes, esta identidade não pode ser consumida por todos os jovens e isso gera inúmeras contradições, que podem se manifestar em frustrações, na violência, por exemplo.

Desta forma, consideramos que a pós-modernidade apresenta-se como uma lógica antagônica a perspectiva nacional-popular. Com disso, impõe o desafio aos sujeitos coletivos da classe trabalhadora em fortalecer a luta ideológica, com especial atenção ao processo de formação da consciência da juventude.

Consideramos, portanto, que é imperativo se debruçar sobre o desafio de recuperar a história do povo brasileiro, organizar forças para construir um projeto societário efetivamente nacional e popular, comprometido com a soberania do país e com a superação da condição de dependência do Brasil. Para isso, acreditamos que a dimensão da cultura é o espaço privilegiado para que a classe trabalhadora consolide este projeto e que a juventude trabalhadora é o sujeito que pode contribuir para a concretização desta luta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 2009.

BARRA, B. A. L. Rádio Comunitária: a luta pela democratização da comunicação. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

BASTOS, M. D; STEDILE, M. H; VILLAS-BÔAS, R. Verbete Indústria Cultural e Educação.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, C. S. Cultura e democracia no Brasil: uma análise dos anos 70. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. Globalização e cultura: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização. Tese (doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. Cultura e hegemonia: a construção do debate cultural em Gramsci e os desafios contemporâneos. Guararema-SP, ENFF, 2012.

BRANCO, P. P. M. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRENNER, A. K; DAYRELL, J. e CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

CARNEIRO, J. M. Juventude rural: projetos e valores. In: Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

CARLINI-MARLATT, B. Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem. In: Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

CASSAB, M. A. T. Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza. Niterói: Intertexto, 2001.

CHAUÍ, M. A cultura, in Convite à Filosofia, SP-2005. apud. GODOIS, A. Indústria Cultural.

COHN, A. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude. In In: Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

COUTINHO, C. N. Democracia e Socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro. São Paulo, Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. GRAMSCI: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas/ Carlos Nelson Coutinho. – 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935\ Carlos Nelson Coutinho, organizador. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

DAGNINO, E. org. Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1994.

ESTEVAM, D.: COSTA, I.C.: VILLAS-BÔAS, R. Agitprop: cultura política. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Florestan Fernandes: prefácio José de Souza Martins. – 5. Ed. São Paulo, Globo, 2005.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere, v.5: O *Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. Revista de Educação do Cogeime, v.25, ano 13, p. 9-21. dez.2004.

\_\_\_\_\_. A revolta mundial da juventude e o Brasil. Teoria e Debate Especial 1968 , maio 2008. Disponível em <[http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Especial68-Revolta\\_e\\_juventude.pdf](http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Especial68-Revolta_e_juventude.pdf)> Acesso em: 10 de novembro de 2016.

GUIMARÃES, N. A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Edições Loyola, 2012.

IANNI, O. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 1990. Rio de Janeiro, vol.14, n.1, p.1-311, 1990.

\_\_\_\_\_. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 1990. Rio de Janeiro, vol.17, n.1, p.1-120, 1995.

\_\_\_\_\_. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2001. Rio de Janeiro, vol.22, p.1-111, 2001.

JAMESON, F. Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo, Ática, 2004.

JAMESON, F. Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo, Ática, 2004.

KATZ, C. Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo. São Paulo, Expressão popular, 2016.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LAHNI, C. R. possibilidades de cidadania associadas à rádio comunitária juizforana Mega FM. São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes, 2005. Tese de doutorado em Ciências da Comunicação.

LASSANCE, A. Brasil: jovens do norte a sul. In: Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

LENIN, V. I. O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos/ Karl Marx; introdução, apresentação e notas Jesus Ranieri. São Paulo, Boitempo, 2010.

MATOS, M. B. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. Desmonte da nação: Balanço do governo FHC. Ivo Lesbaupin org. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. Rio de Janeiro, Editora Vozes Ltda, 1999.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da questão social. Temporalis. ABEPSS, Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, F. No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil. O silêncio dos intelectuais/ organização Adauto Novaes. São Paulo: companhia das Letras, 2006.

PAULA, A. P. P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

PEREIRA, D. V. L.; JESUS, A. R. O Projeto da modernidade, crise capitalista e ideologia pós-moderna. Temporalis, Brasília (DF), ano 10, n.20, p.31-47, jul./dez. 2010.

SAES, D. A. M. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1994.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

SANTOS, M. Da cultura à Indústria Cultural. Editora Mais, n.19, p.18. 2000

\_\_\_\_\_. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Editora Record, 2011.

SANTOS; G; SANTOS. M. J. P e BORGES, R. A juventude negra. In: Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SCHWARTZ, R. As ideias fora do lugar. São Paulo: Companhia das Letras.2003

SINGER, P. a juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SOARES, L. T. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo, Cortez, 2002.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VILLAS BOAS, R.L. Novo ciclo de modernização conservadora: Indústria cultural e reconfiguração da hegemonia. REBELA, v. 1, n. 3, fev. 2012. Disponível em <<https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/56/130>> Acesso em: 22 de março de 2017.

WILLIAMS, R. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. Palavras-Chave: um vocabulário de Cultura e Sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.